

ensaios de história

2022

V. XXIII ISSN 1414-8854



ENSAIOS DE HISTÓRIA

® UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SÃO PAULO STATE UNIVERSITY

REITOR

PROF. DR. PASQUAL BARRETTI

VICE-REITOR

PROF^a. DR^a. MAYSÁ FURLAN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DIRETORA

PROF^a. DR^a. FERNANDA MELLO SANT'ANNA

VICE-DIRETOR

PROF. DR. MURILO GASPARDO

CURSO DE GRADUAÇÃO

COORDENADOR

PROF. DR. MARCOS ALVES DE SOUZA

VICE-COORDENADOR

PROF. DR. MARCOS SORRILHA PINHEIRO

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v. XXIII, n.1/1	p.	2022
--------------------	--------	-----------------	----	------

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História
Grupo PET – MEC História Unesp Franca

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Conselho Consultivo

PROF.^a DR.^a Ana Carolina de Carvalho Viotti

PROF.^a DR.^a Helena Amália Papa

PROF.^a DR.^a Susani Silveira Lemos França

Comissão Editorial

Presidente

PROF.^a DR.^a MÁRCIA PEREIRA DA SILVA

Amanda Couto Moreira

Ana Julia Ribeiro

Beatriz Henriques Lemos Alves

Camila Alves Avila

Júlia Luisa de Carvalho Mensatti

Laura de Ruijter

Laura Pereira Teixeira Luiz

Luanne Miguel Alvarenga

Luiza Paula Monteiro Mota

Maria Cecília Teixeira

Nathaly Concordia

Rafaela Cia Vieira

Rafiza Gabriela Souza Rosa

Rhuan Papani David

Yére Brassoloto

Publicação Anual / Annual Publication

Solicita-se permuta / Exchanged desired

Endereço / Address

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Contato: Av. Eufrásia Monteiro Petrágia, 900, Jardim

Doutor Antônio Petrágia, CEP 14409-160, Franca/SP, Brasil

ensaiosdehistoria@gmail.com

Ensaio de História (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP) Franca,
SP, Brasil, 1996-2019, 1-20
ISSN 1414-8854

Capa: Design gráfico feito por Yére Brassoloto, a partir da fotografia capturada por Rafiza Gabriela Sousa Rosa durante o evento “5º Semana Preta: Resistências Transatlânticas”, realizado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos mais um volume da Revista Ensaios de História, periódico organizado pelo grupo Pet – Mec – História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, em nome do Curso de História, habilidades Licenciatura e Bacharelado. A presente edição abarca o dossiê *História, Minorias e Sexualidade* e artigos livres.

O Dossiê começa com o artigo da Profa. Dra. Daiane Machado, docente especialmente convidada para abrir o presente número. No texto, a pesquisadora problematiza os desafios enfrentados por mulheres no desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas, sobretudo relacionadas às questões da raça e da maternidade. Seguem-se textos de graduandos de diferentes cursos que analisam papéis históricos de minorias em diferentes momentos e espaços históricos. Há textos que refletem sobre a participação feminina na Revolução Francesa, mulheres frente aos trabalhos domésticos não remunerados, a dialética assexualidade e atração sexual representada pela deusa Ártemis e, por fim, a análise literária do romance Gabriela, *Cravo e Canela*, incluindo a perspectiva de gênero.

Seguem-se os artigos livres, de farta diversidade temática e temporal.

No conjunto, o periódico espera oferecer leitura de qualidade e espaço de divulgação para pesquisadores iniciantes, fomentando a vocação para a pesquisa em alunos que iniciam sua formação em diferentes cursos de graduação, especialmente os relacionados com a História e áreas afins.

Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva
Grupo Pet – Mec – História
Tutora

SUMÁRIO

DOSSIÊ: História, Minorias e Sexualidade.

SER HISTORIADORA NO BRASIL: ALGUMAS NOTAS SOBRE A CARREIRA ACADÊMICA.

Daiane MACHADO.....8-16

PARA ALÉM DO PÃO, DO PEIXE E DO LAR: A MARCHA DAS MULHERES PARA VERSALHES E AS CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO FRANCÊS.

Maria Cecília Teixeira MIRANDA.....17-27

A FORÇA EMANCIPATÓRIA ARTEMISIACO: A RELAÇÃO ENTRE ÁRTEMIS E A ASSEXUALIDADE.

Melissa Barboza ARAÚJO.....28-39

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO NÃO PAGO E DISPARIDADES NO BRASIL.

Keila Cristina Borges TROMBELA.....40-58

A DECADÊNCIA DO CORONELISMO EM ILHÉUS: UMA ANÁLISE POLÍTICA, SOCIAL E DE GÊNERO EM GABRIELA, CRAVO E CANELA, DE JORGE AMADO.

Regno Henrique SUMERA.....59-72

ARTIGOS LIVRES

A BOA MORTE NA SOCIEDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XV.

Laura Felipe ROMANI.....73-86

A HUMANIDADE DE MONSTROS: O SOLDADO ALEMÃO NO FRONT RUSSO (1942-1945).

Mateus

NOGUCHI.....87-106

IMAGENS, REPRESENTAÇÃO E USO DE CAVALEIROS DA IDADE MÉDIA PELO MOVIMENTO DE EXTREMA-DIREITA "INSTITUTO LUX BRASIL".

Dave Hanneman Alves DUARTE.....107-123

CIDADE, PATRIMÔNIO E ATIVISMOS URBANOS: O CASARÃO DE VILA GUILHERME ENTRE A MEMÓRIA E O DIREITO À CIDADE.

Anderson VANNUCCI.....124-135

HISTÓRIA DA MINERAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS TRATADOS POLÍTICOS QUE LEGISLAM A ATIVIDADE MINERADORA (1934-1967).

Gustavo Fernandes DOMINGUES.....136-150

QUAL É O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO? O CASO DA ESCOLA FRANCISCO DE PAULA CORRÊA DE ARAÚJO - CAMARAGIBE/PE.

Kerolayne Gomes da FONSECA.....151-170

Ser historiadora no Brasil: algumas notas sobre a carreira acadêmica

Being a woman historian in Brazil: some notes on the academic career

Daiane MACHADO¹

Resumo: A carreira acadêmica é marcada por efeitos de gênero, raça e maternidade? É sobre esse questionamento que se debruça esse breve artigo. Primeiramente, tratarei dos efeitos de gênero, raça e maternidade nas carreiras das mulheres no campo acadêmico de modo geral. Para em seguida, voltar-me às especificidades do campo historiográfico. Por fim, buscarei sugerir temas de investigação.

Palavras-chave: carreira acadêmica; historiadoras; historiografia brasileira; gênero, raça e maternidade.

Abstract: Is the academic career affected by gender, race, and maternity? This is the question that this brief article addresses. First, I will deal with the effects of gender, race and maternity on women's careers in the academic field in general. Then, I will turn to the specificities of the historiographical field. Finally, I will try to suggest topics for research.

Keywords: academic career; women historians; Brazilian historiography; gender, race and maternity.

¹ Professora Credenciada do Programa de Pós-graduação em História da UNESP.

Introdução

O objetivo deste texto é levantar algumas questões sobre os efeitos de gênero, raça e maternidade na carreira de mulheres acadêmicas. De modo muito breve e a partir de pesquisas recentes, levantarei a problemática dos efeitos no campo acadêmico de modo geral. Na sequência, centrar-me-ei no campo historiográfico e buscarei apontar o lugar das mulheres na disciplina. Finalizarei com sucintas sugestões de pesquisa.

Efeitos de gênero, raça e maternidade nas carreiras das mulheres

Começarei com uma questão desconcertante e necessária: A carreira acadêmica é marcada por efeitos de gênero, raça e maternidade?

Imagino que muitos de vocês tenham assistido ao filme **A filha perdida** (2021), da roteirista e diretora Maggie Gyllenhaal, inspirado no romance homônimo da escritora Elena Ferrante. O filme mergulha nas tensões que permeiam a relação carreira acadêmica e maternidade, mas uma cena em específico roubou minha atenção. Em um dos flashbacks de Leda, a personagem principal, ela está com um fone de ouvido na frente do seu computador tentando trabalhar. Em casas com crianças, o fone de ouvido é uma ferramenta de primeira necessidade. Era o dia do marido cuidar das duas filhas. Uma delas, corta o dedo descascando uma laranja. O marido está ao telefone, o assunto é importante e não pode esperar. O trato do casal é desfeito, o artigo de Leda terá que esperar. A carreira do marido é uma urgência, a dela não. Como mãe, a urgência dela é cuidar do corte do dedo da filha. Leda, como tantas outras mulheres, tenta retomar a vida acadêmica após um período de dedicação exclusiva às filhas. Tarefa não tão simples para as mulheres.

A cena que tentei reproduzir é alusiva a um dos obstáculos para esse retorno: a falta de apoio por parte do companheiro. É aceitável que o homem faça expediente extra na faculdade ou tarde no jantar de confraternização do congresso, que se ausente longos períodos para se especializar ou lecionar em uma instituição estrangeira, ou que permaneça meses em exaustivas pesquisas de campo. Quem o culpará por sua falta? Ele faz um sacrifício em nome da carreira e certamente agradecerá a esposa na abertura do livro ou na nota do artigo².

² A menção ou não ao trabalho silencioso das esposas nas publicações dos maridos é um dos temas tratados no artigo **Les femmes et le monde des Annales**, de Natalie Zemon Davis (2017). A autora analisa a invisibilidade do trabalho intelectual das mulheres na primeira geração dos *Annales*. Traçando o perfil das historiadoras esposas dos editores (Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand

O discurso do instinto materno e da “natural” aptidão da mulher para as tarefas do cuidado são antigas invenções do patriarcado, que, de forma violenta, à medida que masculinizavam a ciência, inferiorizavam o intelecto feminino (LERNER, 2019; DASTON, 1992). Invenções antigas, que reatualizadas, reverberam na representatividade feminina no ensino superior e na carreira científica. Basta observar as dissimetrias de gênero nas ciências, nos cargos de liderança institucional e as lacunas de produção e participação de atividades acadêmicas no currículo das mulheres, sejam ou não mães.

A dificuldade para trabalhar em casa, por fatores ligados à condição de classe e raça, ou pela maternidade, pode causar danos enormes à produtividade que, em um meio competitivo como o acadêmico, é vital para que a pesquisadora se mantenha na luta por uma colocação, para beneficiar-se de promoções e obter financiamentos.

Segundo um levantamento do movimento *Parent in Science*, realizado entre 2017 e 2019, a licença-maternidade costuma afetar o currículo de três a quatro anos após o nascimento do filho. O impacto é ainda maior sobre mulheres negras e indígenas. Lembrando que as mulheres indígenas ainda continuam sub-representadas entre os estudantes (MÜLLER, Beatriz C. et. al., 2021; STANISCUASKI, Fernanda et. al., 2021a).

Sabemos, por exemplo, que no período agudo da pandemia de COVID-19 as mulheres se sobrecarregaram. Com escolas e creches fechadas e sem redes de apoio, muitas profissionais precisaram conciliar o cuidado dos filhos, a organização doméstica e o trabalho remoto. Nessa situação, como elas poderiam ter mantido a produtividade acadêmica? Ou, ter cumprido todos os prazos das agências de fomento? Questões que deveriam levantar embaraços aos ruidosos defensores da meritocracia.

Em 2020, o *Parent in Science* fez uma sondagem que escancarou a queda da produção acadêmica das mulheres nos primeiros meses da pandemia. Mais da metade das mulheres com filhos, especialmente as mulheres negras, deixaram de

Braudel), das historiadoras que, como exceções, assinaram artigos e das poucas autoras que foram resenhadas, Davis evidencia como a condição marginalizada das historiadoras estava enredada em configurações de poder que minoravam a contribuição das mulheres intelectuais e solapavam sua ascensão na carreira. O mundo interdisciplinar dos *Annales*, sublinha Davis, era uma “fraternidade masculina” que se servia do trabalho voluntário ou remunerado de mulheres cultas (2017, p. 124). Texto originalmente publicado em 1992.

submeter artigos e tiverem dificuldades para respeitar os prazos de relatórios e prestação de contas (STANISCUASKI, Fernanda et. al., 2021b).

Já que “produtividade e competitividade” formam um par, a longo prazo corremos o risco de perdermos a diversidade no meio acadêmico e científico. Como não existe voz e corpo universal no discurso científico, e a perspectiva transforma o modo de produzir conhecimentos, regrediríamos ao exclusivismo do ponto de vista masculino na academia (HARAWAY, 1995).

Feitos esses comentários bastante gerais sobre os efeitos de gênero, raça e maternidade nas carreiras das mulheres, centrar-me-ei a seguir no campo historiográfico brasileiro, que apresenta algumas particularidades interessantes.

Algumas considerações sobre ser historiadora no Brasil

Apesar da principal casa do saber histórico do século XIX e primeira metade do século XX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ter deliberadamente fechado suas gloriosas portas às mulheres intelectuais (MELO, no prelo; GOETTEMS, 2018; OLIVEIRA, 2018), e as primeiras graduadas e doutoras terem sofrido violência de gênero quando ousaram progredir na carreira (ERBERELI JR., 2021; LIBLIK, 2019; CAIXETA, 2021; RODRIGUES, 2020), tivemos, e ainda temos, um número importante de mulheres chefes de departamento, líderes de grupos de pesquisa e sociedades científicas. Uma ressalva, o efeito tesoura é evidente, pois podemos contar nos dedos, até hoje, as mulheres reitoras.

Quanto às sociedades científicas, citarei, como exemplo, a Associação Nacional de História (ANPUH), que desde sua fundação, em 1961, contou com duas mulheres em postos chave da diretoria, Cecília Westphalen (1927-2004) e Alice Canabrava (1911-2003), e que desde a eleição de Canabrava (1979-1981), foi inúmeras vezes presidida por mulheres, muitas delas mães.

É verdade que o assunto da maternidade tardou chegar à associação. Chegou primeiro com as anphuzinhas, espaço recreativo destinado às crianças nos simpósios, mas só foi alçado à tema sério e acadêmico recentemente, em 2021, quando a presidente Márcia Mota fechou sua gestão com a conferência “Maternidade, misoginia e trajetória historiadora” (2021).

Foi em abril do mesmo ano, 2021, que a *Humanas: pesquisadoras em rede*³, coletivo de mulheres que atuam na área das Humanidades, comemorou um ano de existência animando debates em torno dos temas: “Maternidade e vida acadêmica e Interseccionalidades”.

Maria da Glória Oliveira (2018), uma das criadoras da rede, tem se dedicado a pensar a História, o campo e seus fundamentos, com a teoria feminista decolonial. Seus artigos chamam atenção para a invisibilidade da produção feminina na história intelectual e os seus efeitos para a construção da memória disciplinar.

Cabe dizer que Oliveira também integra a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), instituição que, nos seus 14 anos de existência, é pela segunda vez dirigida por uma mulher, a professora Karina Anhezini, igualmente integrante da rede Humanas.

É importante frisar o protagonismo dessas profissionais tendo em vista que a produção historiográfica voltada às reflexões teóricas e à história da disciplina foi durante muito tempo seara de preponderância masculina (SMITH, 2003).

Nesse sentido, vale destacar o projeto de história pública “Mais Teoria da História na Wiki”, encabeçado pela Flávia Varella, vice-presidente da SBTHH e integrante da rede Humanas. Com a intenção de qualificar e pluralizar o conteúdo da Wikipédia, o projeto busca colaborar com a edição de temas relacionados aos estudos de gênero, de sexualidade, de raça e às epistemologias do Sul Global.

Os responsáveis pelo projeto constantemente promovem oficinas para capacitar e motivar editoras para engajarem-se na redução das desigualdades de gênero existente na produção e disseminação de conteúdos na plataforma. Dominada por homens brancos, a Wikipédia conta com um número irrisório de editoras, cerca de 15%, e de biografadas, aproximadamente 17%. O projeto é uma ação efetiva de reversão dessa situação.

No tocante à memória disciplinar e à atenção voltada à produção intelectual das historiadoras, vivemos uma conjuntura favorável. Embora tardiamente, desde meados de 2017, teses e dissertações propondo compreender a história da historiografia, a teoria da história e suas relações com o gênero começam a aparecer ou conquistam visibilidade.

³ Para conhecer o blog *Humanas: pesquisadoras em rede*, acesse: <https://www.humanasrede.com/>

Herculana Firmina Vieira de Sousa (MELO, no prelo); Alice Canabrava (ERBERELI, Jr., 2021; CAIXETA, 2021), Cecília Westphalen (MACHADO, 2016), Altiva Pilatti Balhana (ALMEIDA, 2017), Olga Pantaleão (RODRIGUES, 2020; COSTA, 2018), Yeda Linhares (LIBLIK, 2019), Eulália Lobo (LIBLIK, 2019), Maria Beatriz Nascimento (PINN, 2021), Lélia Gonzalez (RATTS, RIOS, 2010), Emília Viotti (CLARA, 2022), são algumas das historiadoras já estudadas.

Essas historiadoras foram agentes, produziram reflexões sobre o Brasil, sobre a sua prática historiográfica e didática. Reflexões pouco conhecidas porque muitas não chegaram a publicar sínteses sobre o tema, como fizeram José Honório Rodrigues, Amaral Lapa, Francisco Iglésias, entre outros homens. Certamente muito desse apagamento deve-se ao acesso ao mercado editorial, que, como sabemos, age na legitimação acadêmica. Mas não apenas, relaciona-se também com os marcadores de raça e classe, como fica evidente no caso das historiadoras negras Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento. Essas intelectuais, militantes do Movimento Negro Unificado, construíram interpretações originais sobre o Brasil e seu passado afro-diaspóricos a partir da perspectiva situada de mulher e negra.

Voltando à questão do mercado editorial, apenas recentemente preenchemos uma lacuna relativa aos compêndios sobre história da historiografia brasileira, mais especificamente, relativa à contribuição das historiadoras para o campo. Em 2022, foi publicado o primeiro volume da coletânea "As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da História I". Pioneiras nos estudos históricos brasileiros, organizada por Diogo Roiz, Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann. A obra traz análises biográficas, entrevistas, autobiografias e memoriais acadêmicos de 23 historiadoras.

Vejo essa obra como um arsenal para pluralizar nossas referências e interpretações da historiografia brasileira. Nosso conhecimento sobre as carreiras das historiadoras será ampliado e poderemos melhor mensurar suas carreiras em relação às dos historiadores homens, e, assim, problematizar como os marcadores de raça, classe social e sexualidade operam em suas trajetórias e estruturam a disciplina.

Insistindo no mote da lacuna, no caso dos historiadores canonizados pela historiografia, acredito que devemos vasculhar seus arquivos pessoais para ponderarmos sobre as contribuições das esposas e filhas para suas obras, pois há séculos, lares servem como laboratórios de escrita da história.

O mesmo vale para os casais homossexuais, que, pelo conservadorismo dos valores culturais, pelo convencionalismo de seus cargos, dos projetos intelectuais e seus financiamentos, nunca visibilizaram a relação afetiva (MOTT). Um estudo sobre a carreira de Cecília Westphalen ou de Altiva Balhana terá que matizar os longos anos de companheirismo. O mesmo acontece com Kátia Mattoso, uma pesquisa que busque analisar sua inserção no meio universitário francês precisará abordar o papel de Jacqueline Dreyfus.

Considerações finais

Apesar de fragmentada e, certamente, omissa, a imagem do ofício de historiador que delineamos neste texto não apenas nuança a imagem masculina hegemônica da História, mas também serve para encorajar o presente. A disparidade de gênero em favor dos homens existente nos altos escalões institucionais, no número de profissionais “eméritos” e que nomeiam auditórios, bem como nas bolsas de estudo mais cobiçadas assinala que a busca por representatividade e mecanismos de compensação deve seguir. Espero que esse breve texto possa convidá-los à reflexão e à luta.

Referências Bibliográficas

A FILHA PERDIDA. Direção: Maggie Gyllenhaal. Produção de Endeavor Content, Faliero House Productions, Pie Films, Samuel Marshall Productions. Estados Unidos: Netflix, 2021. 1 DVD.

ALMEIDA, Letícia L. de. **A construção da história demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana.** 2017. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Identidades). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

CAIXETA, Laura Jamal. **Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?:** um debate sobre identidades em Alice Canabrava. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CLARA, Livia M. O. **O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960).** 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DASTON, Lorraine. The Naturalized Female Intellect. **Science in Context**, v. 5, n. 2, p. 209-253, 1992.

DAVIS, Natalie Z. Les femmes et le monde des Annales. **Tracés**, n. 32, p. 173-192, 2017.

ERBERELI Jr., Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava**: um ofício como sacerdócio (1935-1997). Mariana: SBTHH, 2021.

GOETTEMS, Gabriela C. da S. As Mulheres Conferencistas nas Tardes no Instituto: Gênero e História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Revista Enbornal**, v. 9, p. 58-77, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

HuMANAS 1 ano. A Mesa 01 - Maternidade e Vida Acadêmica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dfYNYMy8_-l0>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIBLIK, Carmem. **Uma história toda sua**: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

MACHADO, Daiane. **Por uma “ciência história”**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

MELO, Jeane. Mulheres letradas entre a história intelectual e as práticas historiográficas: breves considerações sobre produção feminina e a escrita da história nos oitocentos brasileiro. In: BARBOSA, Silvana M. (Org). **O lugar da mulher**: gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX), Editora da UFJF, Juiz de Fora/MG. No prelo.

MOTT, Luiz. **Velhas Lésbicas Brasileiras**. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/velhas-lesbicas-brasileiras/>. Acesso em: 22 out. 2020.

MOTTA, Márcia M. M. Maternidade, misoginia e trajetória historiadora. In: **31º Simpósio Nacional de História**: História, Verdade e Tecnologia. Gravado e publicado em 19 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=URW2LG83oo4>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MÜLLER, Beatriz C. et. al. Mulheres e Maternidade no Ensino Superior no Brasil. **Parent in Science**, 2021. Disponível em: www.parentinscience.com. Acesso em: 13 mar. 2021.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.

PINN, Maria L. de G. **Tem-se que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro**: Maria Beatriz Nascimento e a reescrita da história do Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia M. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

RODRIGUES, Lidiane. Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP. In: MORAES, Marieta F. de. (Org.). **Universidade e ensino de história**. Rio de Janeiro, FGV, 2020, p.45-92.

ROIZ, Diogo da S.; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia R. (Orgs.). **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I**: pioneiras nos estudos históricos brasileiros. v. 1. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. EDUSC: São Paulo, 2003.

STANISCUASKI, Fernanda et. al. Gender, Race and Parenthood Impact Academic Productivity During the COVID-19 Pandemic: From Survey to Action. **Front. Psychol**, n.12, 2021b, p. 1-14. Disponível em: www.parentinscience.com. Acesso em: 13 mar. 2021.

STANISCUASKI, Fernanda et. al. Maternidade no CV Lattes: quando será uma realidade? **Parent in Science**, 2021a. Disponível em: www.parentinscience.com. Acesso em: 13 mar. 2021.

WIKIPÉDIA. Projeto Mais Teoria da História na Wiki. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Projeto_Mais_Teoria_da_Hist%C3%B3ria_na_Wiki>. Acesso em: 28 abr. 2023.

WIKIPÉDIA. Projeto Mais Teoria da História na Wiki/2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Projeto_Mais_Teoria_da_Hist%C3%B3ria_na_Wiki/2022. Acesso em: 28 abr. 2023.

Para além do pão, do peixe e do lar: a marcha das mulheres para Versalhes e as contribuições do feminismo francês.

Beyond bread, fish and home: The march of women to Versailles and the contributions of French Feminism.

Maria Cecília Teixeira MIRANDA¹

Resumo: Buscando contribuir para a compreensão da luta feminina por direitos civis, a Marcha das mulheres para Versalhes simboliza uma importante contribuição neste caminho. É neste sentido que, esse artigo, pretende estudar as insatisfações femininas do período, incorporando as mulheres como protagonistas neste movimento político. Ademais, o artigo segue em adição ao movimento, ressaltando problemáticas femininas estendidas para os séculos posteriores, que, novamente, necessitariam da voz e da manifestação feminina. Finalmente, por meio do método indutivo, objetiva-se entender a responsabilidade das questões acerca do espaço privado e do espaço público e suas consequências, como, por exemplo, a dominação masculina, a domesticação feminina e a definição de papéis de gênero.

Palavras-Chave: História das mulheres, Feminismo Francês, Marcha sobre Versalhes

Abstract: Seeking to contribute to the understanding of the women's struggle for civil rights, the Women's March to Versailles symbolizes an important contribution in this path. In this sense, this article aims to study the female dissatisfactions of the period, incorporating women as protagonists in this political movement. Additionally, the article continues to add to the movement, highlighting female issues extended to later centuries, which would again require female voice and expression. Finally, through the inductive method, I aim to understand the responsibility of issues regarding the private and public spheres and their consequences, such as male domination, female domestication, and gender role definition.

Keywords: Women's History, French Feminism, March to Versailles.

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – FCHS. Contato: mct.miranda@unesp.br.

A Revolução, muitas vezes evocada por pronomes femininos, demorou algum tempo para reconhecer o protagonismo decisivo das mulheres. Os motivos para essa falta de reconhecimento sobre os movimentos revolucionários eram os mais variados, no entanto, podemos destacar dois principais: as tradições culturais e as circunstâncias políticas.

Em um primeiro momento, temos um período recortado - mediante bibliografias selecionadas - que vai de 1789 a 1793. Neste momento, observamos um interesse, tanto masculino na França, quanto feminino, em romper com os ideais manifestados durante séculos pelo Antigo Regime. Os ideais que chegaram junto a Revolução desenhavam com clareza uma mulher dedicada à família, amante da pátria e determinada a cooperar com o bem comum, um reflexo prático dos princípios republicano. Ainda assim, era uma responsabilidade feminina parir os grandes heróis republicanos.

Não seria surpresa que, tornou-se comum a escrita de panfletos destacando as diferenças entre os sexos e seus papéis de gênero. Um bom exemplo é o panfleto denominado como “Por que as mulheres são menos aristocratas que os homens?”, do Journal de Perlet de novembro de 1790. Esta publicação impressa objetivava ensinar os ideais privados e maternos para as mulheres, além de criticar o feminino aristocrata, considerando-o exuberante e causador de crises.

É justamente nesse momento, tal como catalogado e desenvolvido pela historiadora Lynn Hunt (1945), no capítulo intitulado “Revolução e Vida Privada”, uma série de flutuações entre o privado e o público. Conforme se verifica nos escritos de Hunt, a vida pública ganha um olhar mais revolucionário, em contraposição à desconfiança que a vida privada obtinha. Esse pensamento será tão forte que influenciará diversos setores da sociedade: as vestimentas, os vocabulários, os calendários e, acima de tudo, o grupo social das mulheres.

Aproximando-se deste período de atritos entre o público e o privado, é importante destacar que o âmbito privado, do lar, sempre foi associado ao feminino e nesse momento isso não seria diferente.

A exemplo, podemos considerar as obras de Donatien Alphonse François de Sade (1740-1814), filósofo e escritor da época, conhecido pela exaltação do privado em seus cenários românticos. Durante a análise, observamos o papel central do feminino como elemento marcante em suas obras. Sade inclui críticas aos conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade, enxergando-os como um método para

justificar os atos déspotas desses homens ditos como revolucionários. Esse privado era, na visão de Sade, um espaço reservado especificamente para o gozo masculino, o que gerava, conseqüentemente, uma falta de identidade para as mulheres mantidas no ambiente protegido. O filósofo finaliza ressaltando que, quando pouco representadas culturalmente, o grupo das mulheres públicas ganhou imediatamente um papel ameaçador, desequilibrado e com gigantesco potencial destrutivo.

Sendo assim, fica explícito a ambigüidade presente nos discursos revolucionários. É marcante, por exemplo, a presença do apelo dirigido às mulheres da época para que incentivassem seus cônjuges a se juntarem ao serviço militar e a causa republicana. Torna-se visível, assim, a configuração de uma contraposição, a já citada mentalidade do que caracterizava uma mulher patriota e adepta à revolução que se perpetuou por muitos círculos sociais do século XVIII.

Para esta sociedade, era incabível pensar nas relações de gênero em pé de igualdade, visto que os clubes femininos formados para a discussão política e elevação das mulheres, logo foram entendidos como uma maneira de desfeminização. Ademais, o abandono aos ideais femininos importantes para a revolução também era uma forte acusação da época. No entanto, o único objetivo dessa politização estava ligada à vontade de fazer parte e dar voz ao povo soberano.

Como bem expresso por Tânia Morin, “no momento em que as militantes deixaram de ser apenas personagens excêntricas e barulhentas para se tornarem uma ameaça política, os governantes julgaram necessário reprimi-las com rigor da lei e força das armas” (MORIN, 2009).

Adentrando ao principal evento trabalhado no artigo e para entendermos a questão das insatisfações populares, uma das mais importantes fontes são os Cahiers de Doléances, os conhecidos cadernos de queixas, o quais, em meados do fim de 1788, somavam mais de 60.000 cadernos, com intuito de reclamar das condições sociais e econômicas do período.

As mulheres pouco foram ouvidas, apenas algumas representantes da classe das floristas e modistas - as quais gozavam de maior proximidade com a nobreza - chegaram a ser consideradas fontes confiáveis de queixas. Todavia, não deixaram de existir panfletos, cartas e petições femininas reivindicando participação nas

decisões políticas, adesão de direitos como educação e trabalho, o direito do divórcio e a valorização feminina nos espaços em gerais.

Dentro do sistema absolutista, as mulheres, em especial, enxergavam uma oportunidade de romper com o passado e com as particularidades designadas a elas. Entretanto, para as mulheres feministas francesas a imagem da vaidade, do egoísmo e da futilidade, eram associadas às mulheres do Antigo Regime, em especial a figura emblemática de Maria Antonieta:

Os franceses detestavam Maria Antonieta e repudiavam tudo o que ela representava no imaginário popular: a má mãe, a esposa adúltera, a leviandade, o luxo desmedido, a má conselheira do rei, a estrangeira. Entre outras faltas, era acusada de ensinar o Rei a ser dissimulado, o que significava guardar segredos e mentir. A dissimulação estaria no cerne das conspirações contra revolucionárias. (MORIN, 2009, p. 36)

Para além dessa busca imensurável por direitos e da vontade de romper com as características fúteis femininas, as reivindicações populares giravam em torno da insatisfação popular, característica intrínseca desse período francês. Segundo o historiador alemão, Eric Hobsbawm (1917-2012), muitos foram os fatores acarretadores das revoltas: a grande concentração de camponeses insatisfeitos e explorados, a chegada de péssimas colheitas - o que, ao relacionar-se com o aumento populacional, gerou grandes fomes - a inflação, a manutenção dos altos impostos feudais e os problemas financeiros da corte, os quais estavam ligados à extravagância da nobreza e ao envolvimento do país na guerra pela independência americana.

Assim, a queda da Bastilha marcou o início da Revolução Francesa e contou com uma participação feminina limitada. No entanto, será com a Grande Marcha para Versalhes que a representação política feminina surgirá de maneira expressiva. Esta participação foi expressão da independência e da força dessas mulheres, em especial das que dominavam o espaço das lojas e mercados, até então considerado, por excelência, o único lugar público feminino tido como de defesa da comunidade e da família, simultaneamente.

Além das comerciantes de peixe, há presença significativa das “donas de casa”, responsáveis por realizarem as compras, passando horas na fila e percebendo agudamente a variação nos preços dos alimentos. Tal assertiva é destacada por Hobsbawm:

O preço do pão registrava a temperatura política de Paris com exatidão de um termômetro e as massas de Paris eram a força revolucionária decisiva: não por mero acaso, a nova bandeira nacional francesa foi uma combinação do velho branco real com as cores vermelha e azul de Paris. (HOBSBAWM, 2002, p. 115)

Desse modo, as vendedoras de peixes - em especial - mantinham relações íntimas com o rei, a partir da responsabilidade intrínseca da profissão com a realização de banquetes reais. No entanto, era comum encontrar relatos de diversas outras mulheres, como as vendedoras de frutas e as floristas, que também escreviam politicamente aos representantes do Terceiro Estado. Estes textos tinham como objetivo publicizar as demandas de toda uma classe feminina preocupada em alimentar suas famílias.

Aprofundando no que diz respeito à Marcha, ressalta-se que houve uma motivação anterior à criação do movimento. No dia 7 de agosto de 1789, as corajosas mulheres marcharam pela primeira vez para Versalhes, a fim de demandar o trabalho do Rei para que fosse criada uma nova Constituição limitadora de seus poderes. Assim, ao voltarem para Versalhes, em 25 de agosto, encontravam-se fortalecidas e protegidas pela presença da Guarda Nacional, levando como pauta a escassez de pão em Paris.

A partir deste momento, os clamores ganharam cada vez mais apoiadores. As mulheres começaram a atuar nesse campo político e tornou-se comum - até mesmo diárias - a presença dessas protestações, passando a contar com o comparecimento dos cônjuges dessas mulheres.

Para mais, essa organização feminina chegou ao ápice em 5 de outubro de 1789, motivada pela contínua falta de pão. Neste dia, sete mil mulheres junto à Guarda Nacional derrubaram as portas do Hotel de Ville, tomaram as armas e marcharam para Versalhes a fim de trazer o Rei para Paris, distanciando-o da má influência da rainha e da corte e, em contrapartida, aproximando-o da realidade enfrentada pelo povo. No caminho, o movimento feminino se queixava da falta de comprometimento masculina na revolta, enquanto as mulheres ocupavam debates e galerias.

Como consequência dessas movimentações, no dia 6 de outubro, essas mesmas mulheres - em menor número - invadiram o palácio real e obrigaram o Rei a assinar os decretos de agosto. Em seguida, o monarca acabou sendo escoltado até

Paris e prometeu realizar tudo que estivesse ao seu alcance para levar suprimentos ao seu povo.

As repercussões da Marcha foram as mais variadas possíveis. Alguns mitos rondavam a imagem dessas “mulheres de outubro”, eram consideradas pela população prostitutas, mulheres enfurecidas e, até mesmo, como bruxas e mal-educadas. O relato de Sébastien Mercier, escritor e dramaturgo, sobre a volta da multidão, é um exemplo da visão acerca dessas mulheres: "duzentos mil homens na estrada dançando (...) cada um com uma das prostitutas nos braços; as vendedoras de peixe sentadas nos canhões, outras usando barretes frígios e barris de vinho". (MORIN, 2009).

Se nos próprios depoimentos da época observamos o conservadorismo exacerbado e o questionamento da moral e da virtude, os escritores contemporâneos, mais radicais, ajudaram a criar um imaginário heroico sobre essas figuras femininas, além de colocá-las no seu lugar de cidadãs. Essa leitura é valiosa, foi - e ainda é - capaz de legitimar grandes movimentações femininas e gerar novas manifestações.

Portanto, as diferentes consequências e visões, acerca da movimentação feminina, de certa forma tiveram resultados duradouros. Os levantes populares passaram a ser comuns e as mulheres passaram a exigir batalhar ombro a ombro em diversas insurreições, que agora eram enxergadas como parte de sua existência. No entanto, houve um medo crescente de inversão de papéis entre os gêneros, o que logo resultou em um discurso de domesticação:

Dando mais um passo na direção da “domesticação” das ativistas, Hérault, Presidente da Convenção Nacional, aproveitou para lembrar às homenageadas que depois do seu grande feito, seu papel na Revolução era dar à luz a um povo de heróis e nutri-los com leite materno para que desenvolvessem a virtude marcial. Naquela época, achava-se que o leite transmitia à criança as qualidades morais de quem amamentava, portanto, podemos pensar que o orador reconhecia virtudes marciais naquelas mulheres. O leite materno formava cidadãos, ao contrário do leite mercenário das amas contratadas. O Festival de Regeneração representou o paroxismo da campanha do aleitamento materno. Por outro lado, o culto à maternidade cívica excluía a mulher do espaço público, exaltando seu dever de gerar patriotas. (MORIN, 2009, p. 74)

Em análise do trecho, fica explícito a necessidade de realocar as militantes ao espaço privado. Assim, os clubes femininos foram proibidos em 1793 e as comemorações, a fim de homenagear essas revolucionárias, tornaram-se eventos

masculinos. Neste espaço, a participação feminina exaltada - em um momento de necessidade política - volta a ser direcionado ao espaço privado, materno e doméstico, incentivando, inclusive, a prática pública do tricô, como resultado da doçura feminina. Logo, os espaços públicos, jurídicos, intelectuais e, até mesmo, esportivos, que por um curto período pareciam estar abertos ao público feminino, na realidade, continuavam com suas portas fechadas para as mulheres.

Ante ao apresentado, é nítida a importância da participação das mulheres nos atos revolucionários, característicos do período renovador francês. Polo exposto, é destacável o êxito das comerciantes em romper com o imaginário construído do que, supostamente, deveria ser a ação feminina da época. Portanto, ao reconhecermos essa importância, podemos admitir a notabilidade desses pensamentos progressistas para a constituição de políticas e atos feministas contemporâneos, ainda que exista, repetidamente, repressões e tentativas de apagamento da história e dos atos heroicos das figuras femininas históricas.

Passado o marcante evento das mulheres marchando para Versalhes, o século XIX inicia-se com um cenário pouco distinto do apresentado acima. A representação feminina ainda era dependente do reservado, das casas de chá e das lavanderias, continuando restritas ao espaço privado, inclusive, do direito político ao voto. Sendo assim, permaneciam submissas ao que se acreditava ser um intelectualismo masculino e a necessidade de programar-se como provedores do lar.

É nesta ambientação que os movimentos feministas na França do século XIX ganham força e importância com reivindicações por direitos trabalhistas, direitos matrimoniais e por igualdade, em um panorama.

Assim, ao focarmos nosso pensamento no lugar ocupado pelas mulheres na França pós-revolução, Michelle Perrot nos apresenta a mulher parisiense em sua obra “Mulheres Públicas” (1998). Perrot, em um primeiro momento, movimenta o nosso imaginário com as representações urbanas femininas. Deste modo, a presença feminina em esculturas, em pinturas, em alegorias religiosas ou em cartazes publicitários, expõem a permanência da visão de uma eterna mulher musa que, permanentemente, possui seu corpo visto como transmissor de alguma mensagem.

Até o século XIX, fazia-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas,

suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (PERROT, 1995, p. 13)

As representações femininas continuaram atreladas ao imaginário do status quo/ à moral e ética. Nos palcos, nos salões, nas galerias, em qualquer espaço público que seja, elas seguem com seus corpos dominados e sucessíveis às representações e valores masculino; “espetáculo do homem, elas são também o objeto de desejo deles.” (PERROT, 1998, p. 15).

Porém, na maioria das vezes, serão as mulheres públicas que, motivadas por suas péssimas condições de vida, ou, até mesmo, por sua posição social pouco influente, as maiores participantes dos movimentos emancipatórios do período. Logo, faz-se necessário a realocação dessas personagens, quebrando com a imobilidade das ilustrações e entendendo-as como sujeitas capazes de reagir aos sufocamentos masculinos.

Uma das pautas feministas mais efervescentes ao redor do mundo, trata-se da questão do sufrágio feminino. A França, quando estipula sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, exclui as mulheres do seu famoso conceito de igualdade e volta a designar papéis políticos e cívicos apenas ao homem branco e com posses. No entanto, o fato surpreendente é que, mesmo contando com a colaboração e com a voz feminina, em diversos eventos representativos e importantes para a emancipação francesa, as mulheres só passam a exercer o voto e, conseqüentemente, passam a ser cidadãs em 1944, sendo o penúltimo país do continente europeu a conferir este direito às mulheres. “‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e em dignidade’, dizia a Declaração do Homem e do Cidadão. Então, as mulheres não eram ‘seres humanos?’” (PERROT, 1998, p. 120).

Neste sentido, mulheres importantes no cenário político, foram ignoradas, ridicularizadas e mortas em busca de visibilidade e de seus direitos civis. O caso mais destacado é o da própria Olympe de Gouges (1748-1793), mulher responsável por escrever a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), mas que acabou guilhotinada em 1793 - muito como consequência pelo conteúdo reivindicatório de seu trabalho.

No decorrer do século XIX, nenhuma mudança simbólica foi promovida nas condições civis das mulheres. O governo autoritário, imposto por Napoleão em 1799,

continuou com a tradição de estipular papéis de gênero, além de promover a perseguição e o exílio da escritora francesa Germaine de Staël. O intelectualismo não era um lugar feminino, e, acima de tudo, a presença de mulheres no espaço acadêmico gerava um verdadeiro incômodo. Assim, as mulheres, se fossem capazes de dominar a arte da escrita, deveriam focar em escrever romances ou livros de receitas, jamais estariam autorizadas a escreverem sobre temas políticos e sociais.

Apesar do descontentamento estatal e masculino, a existência de escritoras mulheres tornou-se cada vez mais frequente. Os periódicos *La Femme nouvelle* (1832) e *La Femme libre* (1832) são considerados um avanço dentro dessa temática, pois se tornaram os primeiros periódicos redigidos por e para mulheres, com discursos e pautas sociais bem estruturadas.

Diversos outros obstáculos surgiram na caminhada feminina por emancipação. No entanto, diversas formas de resistência também foram organizadas. Ao se depararem com a permanência das péssimas condições de trabalho, durante os anos da Segunda Revolução Industrial, além da temática infinita da desigualdade salarial, Eugénie Niboyet (1796-1883) funda a organização 'la Société de la Voix des Femmes', em 1848. Mais que apenas um grupo de mulheres, era um grupo de operárias determinadas a definirem cooperativas de trabalho, salários mais justos, cargas horárias humanizadas e acesso à educação.

Justamente neste momento, em um ato tido como de coragem, Jeanne Deroin (1805-1894) lança sua candidatura para a Assembleia Legislativa em 1848, comprometendo-se a transformar a condição feminina e a lutar pelo sufrágio feminino. Todavia, a teoria poligenista - na época, possuía inúmeros adeptos e um alto rigor científico - serviu para deslegitimar suas propostas e ideais. Para além de sua candidatura ser considerada ilegal, Deroin, por ser mulher, possuía, cientificamente para à época, uma capacidade cerebral inferior.

Desse modo, ainda que as muitas tentativas de alcançarem seus direitos fossem consideradas fracassadas, o cenário operário foi efervescente e possibilitou o acesso a informações. Ou seja, ainda que vagarosamente, o espaço público, o chão das fábricas e o trabalho assalariado iam começando a fazer parte da realidade feminina. É neste momento que observamos os papéis de gênero sofrendo pequenos - mas simbólicos - abalos em suas estruturas.

O século XIX prosseguiu, sendo considerado um século de agitações, de tal forma que os movimentos sindicalistas e as greves femininas são pontos destacáveis dessa argumentação. Também, tem-se a ascensão da imprensa feminina francesa - com apoio de literatos homens - como marca do período, ao representar uma maneira de luta e possibilitar avanços inimagináveis para nós, atualmente, como uma classe de mulheres. Logo, o século XX foi tomado por manifestações por direitos e pela conquista do sufrágio feminino na maior parte do mundo.

No entanto, a luta parece ser eterna, a conquista dos direitos, dos espaços e do trabalho pareciam em vão, visto que as mulheres ainda se encontravam presas a um mundo condicionado ao feminino, segundo Simone de Beauvoir (1908-1986):

Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Uma senhora importante e bem-pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas Renault; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e, por outro lado, as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. Na hora atual (...) em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens. (BEAUVOIR, 1980, p. 450).

Simultaneamente ao discurso de Beauvoir, as lutas, as conquistas civis e o espaço alcançado são motivos de orgulho pelo movimento feminista, mas perderam um pouco do sentido ao esbarrarem em questões ainda mais complexas. Beauvoir vai além e nos faz tropeçar nas questões da divisão sexual do trabalho, nas questões da dupla jornada feminina e na impossibilidade das mulheres serem enxergadas na condição de sujeitos.

Todas as mulheres citadas acima - e as que, devido ao silêncio da historiografia, não estiveram presentes - contribuíram inestimavelmente para o progresso do feminismo e da conquista por direito às mulheres. De fato, como apresentado, a liberdade feminina esteve - e continua - ligada a inúmeros fatores e nas mãos masculinas e capitalistas. Portanto, objetivando a emancipação feminina de maneira geral, é necessário reconhecer que desde a Marcha das Mulheres para Versalhes, em outubro de 1789, a luta pela nossa liberdade foi constante e continuará sendo.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1 e 2.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: ARIÉS, Philippe (dir.). **História da Vida Privada – 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 9-13/ 21-51.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

MÉNDEZ, Natalia. (2005). **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**.

MORIN, Tania Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa-1789-1795**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. Alameda Casa Editorial, 2014.

PASTORINI, V. **Mulheres francesas do século XIX**. Albuquerque: revista de história, v. 13, n. 26, p. 47-66, 28 dez. 2021.

A força emancipatória artemisiaco: a relação entre Ártemis e a assexualidade

The Artemisian emancipatory force: the relationship between Artemis and asexuality

Melissa Barboza ARAÚJO¹

Ofélia Maria de BARROS²

Resumo: A assexualidade, isto é, a ausência total, parcial ou condicional da atração sexual, tem sido tratada de maneira patologizante ou como uma escolha pessoal. Contudo, entendemos, a assexualidade não como uma condição do sujeito, mas, como um dos desdobramentos da sexualidade. Portanto, esse artigo tem como objetivos: trazer à tona o tema para o debate sobre a sexualidade; dar visibilidade a esses corpos; e investir na construção de parâmetros para a existência para além da conjugalidade. Como metodologia utilizamos a análise da representação da deusa Ártemis, que assim como outras divindades da mitologia, tem seus comportamentos como referências para padrões de comportamentos. Nesse sentido, entendemos a assexualidade presente nessa divindade como umas das formas de vivenciar a sexualidade tão legítima quanto os demais modelos. Para a fundamentação teórica utilizaremos algumas referências: Audre Lorde (2019); Ana Carvalho (2019); Michel Foucault (1988) e Genette Paris (1994). No que concerne aos resultados, partimos do princípio que o apagamento que podem ser atribuídas a deusa é resultado da sociedade allonormatividade e o modelo referente a conjugalidade.

Palavras-chave: assexualidade; Ártemis; apagamento; sexualidade; allonormatividade;

Abstract: Asexuality, that is, a total, partial or conditional absence of sexual attraction, has been regarded in a pathological way or as a personal choice. However, we understand asexuality not as an individual condition, but as one of sexuality's ramifications. Therefore, this paper has as its goals to elicit this subject to the debate on sexuality; to give these bodies visibility; and to invest in building parameters for existence beyond conjugality. We have used, as our methodology, an analysis of the goddess Artemis' representation, as, like other mythological deities, this goddess has her behavior as a reference for behavioral patterns. This way, we understand the asexuality in this deity as one of the ways to experience a sexuality that is as legitimate as other models. For our theoretical ground, we will use references such as: Audre Lorde (2019); Ana Carvalho (2019); Michel Foucault (1988) and Genette Paris (1994). Concerning our results, we have assumed that the historical erasure of some characteristics which can be attributed to this goddess is a result of allonormative society and the conjugality model.

Keywords: asexuality; Ártemis; erasure; sexuality; allonormativity.

¹ Graduanda em licenciatura plena em história - UEPB, e-mail: melissaraujo04@gmail.com

² Orientadora: Graduada em história, mestre e doutora em Ciências Sociais, Professora do Departamento de História da UEPB. Email: ofelia.terra@gmail.com

Introdução

As narrativas míticas, isto é, os mitos, assim denominados pelos gregos, ou as visões de mundo dos povos ancestrais, tem por finalidade construir modelos explicativos (modelos exemplares) que falem acerca da origem das coisas existentes, utilizando como aporte os elementos sobrenaturais (ELIADE, 2011). No que concerne ao campo da historiografia, a análise e crítica das fontes, torna-se imprescindível para o ofício do historiador, assim como defende Marc Bloch e Lucien Febvre, rompendo com o ideário da história tradicional. Nesse sentido, por meio do exercício crítico das narrativas míticas, percebe-se a relevância destas tanto para as sociedades em que estas surgiram como para a história da humanidade na totalidade, isto é, como modelos a serem seguidos tanto na construção dos ideários sócio-culturais e, conseqüentemente, na construção dos sujeitos.

Sobretudo, é considerável identificar ainda no século XXI a presença dessas narrativas na construção de seus ideários na sociedade contemporânea, em seguida, a sua importância e as representatividades transmitidas por meio dessas histórias, na literatura e nos meios midiáticos: séries, filmes e animação. Todavia, é importante destacar que a sociedade contribui para a perpetuação de suas ideologias e conceitos, logo, nota-se a propagação de pensamentos regidos pelas ideologias dominantes, a exemplo no ocidente do que irá ocorrer a partir da imposição e universalização do ideário cristocêntrico, fundado no modelo hetero-normativo-patriarcal e cisgêneros³.

Em virtude da generalização da heteronormatividade, faz-se necessário discutir sobre outros cenários no campo da sexualidade bem como entender historicamente a supremacia do poder falocêntrico e a imposição das referências de conjugalidade, visto que, por conjugalidade estamos nos referindo a ideia de que a felicidade e a finalidade última da vida humana, seria formar, pares, casais, ou mesmo trisais seja com o intuito de reprodução ou não. Portanto, compreende-se a emergência de discutir sobre essas pautas e refletir sobre as representações atribuídas a algumas divindades. Desse modo, será oportuno a reflexão sobre a divindade da mitologia grega Ártemis, buscando entender acerca de sua

³ Entende-se por cisgênero como um termo que expressa quando uma pessoa se identifica com o sexo biológico, ou seja, o indivíduo se identifica com a identidade de gênero atribuída desde o nascimento.

sexualidade, ou assexualidade, não como algo anômalo, mas algo bastante comum e problematizar os símbolos impostos a ela como uma continuação da sociedade allonormativa que "[...] referência a forma de socialização que perpetua a normatividade da atração sexual." (ROCHA; FALCÃO; BARBOZA, BUENO, 2020, p.3), ou seja, uma convenção social que visualiza o sexo como algo inerente ao ser humano, por conseguinte, um indivíduo que caminhe de maneira oposta é representado como defeituoso.

Com isso, diante da complexidade da sociedade moralista, heteronormatividade e allonormativa que impõe papéis aos indivíduos, os seus discursos e atitudes são um gerador que traz impactos aos indivíduos assexuais, resultando já violência sob esses corpos e a invisibilidade dos mesmos. Com isso, entende-se a urgência de espaços para as pautas acerca da comunidade assexual rompendo com a vinculação de um saber associado a patologia, dado que, as primeiras investigações trataram a assexualidade com um viés patologizante e anormal (CARVALHO, 2019).

Apesar de existir uma nova direção no que diz respeito ao conhecimento acerca da assexualidade - em que na sua definição é compreendida como ausência total, condicional ou parcial da atração sexual, por esse motivo se entende como uma identidade que engloba micro identidades, ou melhor, espectros - ainda não existe um distanciamento dos pré-conceitos citados, existindo um impasse no que diz respeito à ocupação de um espaço cujo há a predominância do "[...] discurso hegemônico e allonormativo, que procura justificativas em discursos biomédicos patologizantes ou que colocam em um lugar de inexistência." (ROCHA; FALCÃO; BARBOZA; BUENO, 2020, p.3). Diante do exposto, é preciso ressaltar a emergência de abrir espaços para esses discursos e para produções acadêmicas sobre esse assunto em virtude da ausência alarmante de materiais desvinculados de conceitos biomédicos, buscando romper ao enfatizar a assexualidade como algo natural e normal ao ser, assim como é natural as relações sexuais e, sobretudo, transmitir visibilidade a esses corpos.

A comunidade assexual diante de todos os impasses existentes e a falta de visibilidade dos mesmos utilizam os meios tecnológicos - como o aplicativo twitter - como recurso para denunciar suas experiências em que são invisibilizados e tentam construir uma rede de apoio entre eles. A partir do que foi citado, é perceptível a importância dessas conexões com outros sujeitos que se identificam e o mecanismo

que utilizam para denunciar situações e conquistar a voz que foi bastante silenciada. Além do aplicativo, existem alguns sites com informações sobre o que é a assexualidade e os espectros existentes nessa identidade, assim como o site AVEN - rede de visibilidade e educação assexual - fundada em 2001 que possui o objetivo de transmitir essa visibilidade e compartilhar os conhecimentos sobre a comunidade.

Contudo, “[...] de encontro com a posição da AVEN, Bogaert (2004) propôs a definição de assexualidade enquanto ausência de atração sexual por outros indivíduos” (CARVALHO, 2019, p. 9), porém, a assexualidade é visualizada como um termo guarda-chuva em que possui diversos espectros, ou seja, podendo sentir atração sexual de forma parcial ou condicional também. Esse aspecto não faz com que um indivíduo deixe de ser assexual, já que ele também sai das normas sociais e do conceito de conjugalidade. Portanto, é preciso desvincular os estereótipos de que essas pessoas não se relacionam romanticamente ou se envolvem sexualmente. Logo, é necessário a produção desses assuntos sem que envolva os preconceitos para alcançar as pessoas e que seja rompida a continuação desses ideários violentos.

Os impactos do discurso normatizador sob as minorias

A sexualidade por muito tempo foi utilizada como um dispositivo de poder. Diante disso, a sexualidade foi estimulada por meio da busca pelo saber, isto é, a verdade, criando diversos mecanismos para a obtenção do poder (FOUCAULT, 1976). Uma dessas ferramentas criadas está intrinsecamente ligada à linguagem, posto que, ela é responsável pela criação do real. Dessa forma, diferentemente do Oriente⁴ que busca pelo saber sexual relacionado diretamente a prática sexual, no Ocidente foram utilizados diversos dispositivos acompanhados pela linguagem como, por exemplo, a repressão do discurso acerca do sexo, sendo atribuído ao conceito de dualidade: o bem e o mal. Ademais, é considerável destacar que esse mecanismo foi direcionado sobretudo às mulheres cuja sociedade patriarcal e moralista atribuiu a elas um papel de “inocência”, sendo advertidas a esses

⁴ Segundo Foucault, em seu livro *História da sexualidade: A vontade do saber* (1976), o intelectual utiliza o termo *ars erotica* quando diz respeito ao Oriente. Tal termo é utilizado em virtude da forma em que é expressado e compreendido o conteúdo da sexualidade, não existindo um tabu, repressão e omissão.

sentimentos e discussões com o intuito de “manter as mulheres por perto a fim de empregá-los a serviço dos homens” (LORDE, 2019, p. 68)

Além disso, segundo Foucault, no seu livro *História da sexualidade: A vontade do saber* (1976), existem outros recursos com o objetivo do possuir o controle dos indivíduos como a propagação do debate sobre o sexo. Apesar de se apresentar muito controverso, essa técnica foi utilizada durante a Idade Média em que era bastante comum a prática da confissão. É notório que tal assunto era associado como algo pecaminoso e as confissões eram uma maneira de buscar o perdão da autoridade, ou seja, algum membro da Igreja. Esse recurso era uma forma eficiente da manutenção do poder, dado que, compreende-se que o poder é derivado de vários pontos desiguais e instáveis, sendo ela um conceito não fixo. Em virtude disso, um desses pontos que contém esse poder é a Igreja.

Outrossim, a propagação do tema sexualidade e sexo, como já citado, estava conectado com o pensamento moralista cristã que interpretam a partir dos conceitos dualistas e, além disso, associado aos aspectos culturais ocidentais que atribui o saber a duas áreas: biologia e medicina. Portanto, visando realizar um panorama histórico estabelecendo uma ponte com aspectos cotidianos, percebe-se esse ideário muito predominante no que se refere a assexualidade, posto que, por muito tempo a discussão possuía um embasamento centralizado na biomedicina, atribuindo a assexualidade como uma patologia. Diante disso, essa visualização resulta em impactos nas pessoas assexuais, pois “fica impossibilitada de ocupar um espaço dentro do discurso hegemônico e allonormativo, que procura justificativas em discursos biomédicos patologizantes ou que colocam em um lugar de inexistência” (ROCHA; FALCÃO; BARBOZA; BUENO, 2020, p.3).

Dessa forma, a sexualidade é um dispositivo de controle e poder expondo a permissão, ou não, de algumas atitudes a partir de um ideário moralista e estabelecendo uma relação de vigilância através das confissões, a fim de julgar e punir o que sai das normas da sociedade patriarcal, hetero e allonormativa, tendo em vista que “segundo Mollet e Lackman (2020), Allonormatividade é uma palavra derivada de allosexual, que referencia a forma de socialização que perpetua a normatividade da atração sexual” (ROCHA; FALCÃO; BARBOZA; BUENO, 2020, p.3), ou seja, uma sociedade que possui como uma normatização a atração sexual como algo característico à existência humana. Consequentemente, indivíduos que

não se enquadram nessa norma social são tratados com indiferenças e são negligenciados.

Diante do exposto, esses dispositivos impactam a vida de um indivíduo que não se enquadra nos papéis e padrões estipulados pela sociedade ignorando a diversidade, ainda assim, propondo a homogeneização. Em virtude disso, é predominante o silenciamento e o negligenciamento sobre a existência das pessoas que se identificam como assexuais. Nesse sentido, a assexualidade é uma identidade que engloba diversas micro identidades, em virtude da ausência total, parcial ou condicional da atração sexual, sendo elas a demissexualidade, grayssexualidade, litossexualidade, entre outros.

Ademais, mesmo que exista uma nova compreensão no que diz respeito à assexualidade, distanciando-se da abordagem patologizante, ambos coexistem nos discursos das pessoas, evidenciando as dificuldades que uma sociedade allosexual direciona nesses sujeitos, além da ausência de espaços para a discussão, assim como a falta de representatividade, resultando principalmente nos jovens uma baixa autoestima e a dificuldade na autoaceitação, podendo carregar esses sentimentos até mesmo em sua vida adulta.

Além disso, o erotismo é frequentemente relacionado à atividade sexual, sendo retirado das pessoas assexuais e consecutivamente desassociados com esse sentimento, contudo, “a palavra “erótico” vem do grego *eros*, a personificação do amor em todos os seus aspectos - nascido de Caos e representando o poder e a harmonia” (LORDE, 2019, p.70). Logo, é importante destacar a importância da valorização e o reconhecimento desse amor além do amor romântico que, por conseguinte, é vinculado à atração sexual da qual está presente na hierarquia das relações em que o relacionamento amoroso está no topo da pirâmide. Sendo assim, o erotismo vai além do enquadramento e da conotação sexual, pois é possível sentir o gozo em outros aspectos na vida, realizando uma ponte para o autoconhecimento, o empoderamento e a autoconexão.

Por fim, percebe-se a compreensão de que o sexo é algo inerente e fundamental ao ser humano. No entanto, é preciso quebrar com essas vertigens da tentativa de uma homogeneização e padronização da população, dado que é uma maneira de violência com todos os sujeitos que não se encontram nesse rótulo, especificamente os assexuais.

Ártemis e a energia potencializadora da assexualidade

É fundamental, espaços para o debate acerca dos arquétipos associados às divindades, realizando uma análise por um viés histórico, pois se percebe a herança de algumas ideologias de épocas anteriores que estão presentes no enunciado até os dias atuais. Diante do exposto, no que se relaciona às divindades femininas são atribuídos papéis como a maternidade, o sacerdócio, a satisfação do parceiro (geralmente homens) onde o seu erotismo está voltado ao prazer do outro. No entanto, o erotismo foi negado às mulheres, dado que, entende-se que este vai além da prática sexual abrangendo diversas áreas da vida das mulheres. Em vista disso, Lorde busca romper com esse ideário predominante de uma sociedade patriarcal, já que, esse medo está ligado à compreensão de que “[...] mulheres tão empoderadas são perigosas. Então somos ensinadas a dissociar a demanda erótica da maioria das áreas vitais das nossas vidas, com exceção do sexo.” (LORDE, 2019, p.69)

Dessa forma, a partir de uma análise dos arquétipos da divindade Ártemis, notam-se semelhanças entre estereótipos atribuídos às pessoas assexuais. Nesse contexto, temos como objetivo estabelecer uma relação entre elas buscando problematizar alguns pré-conceitos muito ligados aos conceitos biomédicos patologizantes. Assim sendo, existem alguns paradigmas no que concerne a deusa grega Ártemis, entre elas a sua relação com a natureza sendo representada como deusa-mãe e, sobretudo, como auxiliar no parto.

Outrossim, em referência ao último arquétipo citado, ele é evidenciado na sua narrativa mitológica. Por Ártemis ter sido a primeira a nascer e vivenciar o trabalho de parto da sua mãe, Leto, de seu irmão gêmeo Apolo, ela assiste todo processo de dor sofrido pela sua mãe e a ajuda no nascimento do deus Apolo. Consequentemente, essa sua trajetória influencia na percepção da divindade visualizando esse acontecimento como um precursor para a ausência de atração sexual, ou melhor, se manter virgem: “entendemos também por que, embora se mantivesse virgem, Ártemis, sabendo quanto sofrera sua mãe, se dedicasse a aliviar as mulheres nessa tarefa” (PARIS, 1994, p.93).

Essa relação embasada em um entendimento comum relaciona a atração sexual com algum trauma vivenciado durante a vida, assim como é relacionado a Ártemis e sua vivência no parto do seu irmão. Logo, essa percepção é bastante comum na comunidade assexual, uma vez que, o senso comum relaciona a ausência de atração sexual com traumas que o indivíduo pode ter sofrido. Todavia, a

assexualidade, assim como outras orientações sexuais, não se trata de uma condição ou escolha, por conseguinte, esse discurso inviabiliza esses sujeitos assexuais. Desse modo, percebe-se novamente o discurso reafirmando a prática sexual como algo que não pode ser desvinculado ao ser humano e quando esse sai das normas sociais é tratado como uma anomalia.

Ademais, além dos arquétipos artemisiacos, é concedido alguns valores à divindade, entre eles, o ascetismo, a castidade e a solidão. Destarte, todos estão relacionados a falta total de atração sexual e, conseqüentemente, a prática sexual correlacionado a castidade e ascetismo. Em vista disso, é notório ressaltar a diferença entre o ascetismo e a castidade, na qual “[...] é diferente, no sentido de que pode ser adotada por um longo período ou mesmo por toda a vida; mas se a castidade for resultante do medo do sexo, ou conseqüência de frigidez, gera apenas frustração” (PARIS, 1994, p. 102), todavia, ambas são conseqüência de uma escolha com base religiosa, isto é, com base em uma instituição que condiz um poder nos seus discursos moralistas, em seqüência “são necessários alguns esclarecimentos entre categorias comumente confundidas no imaginário social e tratadas como sinônimos: celibato e assexualidade” (ROCHA; FALCÃO; BARBOZA; BUENO, 2020, p.3).

Essa frustração citada pela autora, para a sociedade allonormativa, coexiste ao mesmo tempo, com o sentimento de solidão, vista como conseqüência da ausência da atividade sexual. Entretanto, esse pensamento possui um aporte na hierarquia de relacionamentos, em que no topo se encontra o relacionamento romântico, e apenas na conquista de um chamado amor é possível obter a felicidade, imobilizando-se no conceito de conjugalidade. Ainda também, é frequentemente confundido os tipos de atrações existentes, principalmente a atração romântica e atração sexual, sendo que ambas são diferentes, podendo não coexistirem juntas e, por fim, ressaltando que o sexo não é algo característico do homem.

Diante do exposto, essa hierarquia de relacionamento também negligência as outras formas de amor. É significativo debater acerca das diferentes atrações, assim como as diferentes formas de amar. É preciso perceber o amor na forma horizontal, dado que é elencado verticalmente colocando o relacionamento amoroso em primeiro lugar e, com efeito, apagando a importância de outros amores como a amizade, família, animais, hobbies e a si.

Essa manifestação é propagada de maneira bastante comercial em todas as esferas midiáticas - séries, filmes, animações, literaturas, entre outros - e datas comemorativas. Em vista disso, essa propagação atinge indivíduos que não se identificam com essa ideologia, gerando uma pressão social e resultando na busca de uma vida sexualmente ativa, já que “a abordagem dos indivíduos com estilos de vinculação ansioso às atividades sexuais reflete na tentativa em cumprir as necessidades de segurança e amor não cumpridas” (CARVALHO, 2019, p.20), do mesmo modo ocasionando um apagamento na existência desses corpos e a exclusão advinda da pressão que podem ser carregada até a fase adulta. Dessa maneira, é importante produzir conteúdos com representatividade assexual para reforçar que essa identidade é comum e muito presente na sociedade, além de fazer com que alguns sujeitos consigam se identificar e, conseqüentemente, se descobrir de uma maneira mais leve.

Destarte, a partir da análise dos arquétipos e valores associados à divindade Ártemis, é perceptível o reflexo do que uma sociedade patriarcal e moralista atribui às mulheres a referência da pureza, castidade, etc. Ademais, ainda na contemporaneidade é notório a herança desses papéis por meio do controle das instituições que detém poderes. Em seqüência, a repressão do tema sexo e, ao mesmo tempo, a propagação através das confissões evidencia recursos do controle. Essas confissões apesar de ser bastante comum em um recorte temporal histórico anterior a modernidade, porém ainda se faz presente atualmente como a confissão da atividade ativa do sexo.

Isto posto, alguns valores entregues à deusa, como a solidão, a castidade e a ausência da feminilidade ainda são concebidas a algumas pessoas que não seguem a normatividade, principalmente às mulheres. Com efeito, é difundido esses valores por meio de uma normalização para englobar os indivíduos no conceito tradicional, hierárquico, heteronormativo e patriarcal, estipulado. Dessa maneira, é produzido estereótipos fundamentados nesses valores, que sempre estão relacionados à moral cristã, como características de pessoas frias, solitárias e que nunca amou e vai amar. Essa falta de conhecimento anula todas as pessoas que se identificam como assexuais e se encontram no espectro demi, gray, assexuais fluidos e outros espectros que são inviabilizados.

Essa ideia anula toda a comunidade assexual, posto que esses sujeitos não são frios e não deixam de amar as pessoas. É preciso se desvincular da concepção

estabelecida pela hierarquia de relacionamentos, ou seja, a amanormatividade e romper com o conceito de que pessoas assexuais não podem se relacionar romanticamente com seu parceiro, visto que a atração romântica e sexual diz respeito a sentidos diferentes.

Conclusão

Portanto, é notório como os mitos possuem um papel ativo nas sociedades antigas e como elas foram um elemento central para a construção das mentalidades dos indivíduos. Em virtude disso, as narrativas mitológicas representam aspectos dos contextos sociais, na qual os discursos e os enunciados corroboram para a propagação de ideologias predominantes. Diante disso, no que concerne a sexualidade e a periodização proposta por Foucault (1976), a Idade Média compreende a sexualidade como algo carnal, por conseguinte, a modernidade passa a interpretar a sexualidade e o sexo conforme os parâmetros biomédicos patologizante.

Segundo o citado, no que relaciona a divindade Ártemis, é possível perceber aspectos valorizados pela sociedade patriarcal, heteronormativa, conjugal, allosexual e propagada de maneira normalizadora como, por exemplo, a castidade, solidão, o ofício de parteira e a ausência da feminilidade em que se relaciona com os princípios moralista cristã. Esses valores são atribuídos a algumas divindades em que a posteriori da Idade Clássica passam a ser utilizadas como recursos para repercutir esses ideários por sair das padronizações. Dessa forma, surgia a necessidade de englobar essas características com outros aspectos que coexistissem com as normas da sociedade, estabelecendo um aporte no discurso religioso

No entanto, essa perpetuação do discurso tem como a finalidade a manutenção da padronização da sociedade, isto é, negligenciando toda a diversidade presente no mundo. Por conseguinte, gera impactos que afetam diretamente sujeitos que não se identificam com essa normatividade, sobretudo as pessoas que se identificam com a assexualidade. A partir da pressão social pela vida sexual ativa dos indivíduos, possuindo um controle por meio das confissões, ou seja, através da linguagem, efetua impactos alarmantes na vida desses sujeitos no âmbito da mentalidade e no olhar em si, pois há a perpetuação de uma percepção de anomalias.

Desse modo, tratar os indivíduos como anormais, doentes são formas de violência cometidas sob essa minoria. Em seguida, a ausência de representatividade também influencia nesses indivíduos, pois se encontra uma dificuldade em materiais sobre esse assunto em que se distancia das questões das patologias. Tendo em vista isso, faz-se necessário a importância de produzir materiais que abrange esse conteúdo rompendo com o conceito patológico e enfatizando o quanto é comum a presença da assexualidade e pessoas que se identificam como assexuais. Por fim, é necessário questionar sobre os pré-conceitos acerca da assexualidade e os valores atribuídos às mulheres.

Além disso, é destacável desvincular das características transferido para as pessoas assexuais: frio, solitário e casto, posto que, assexuais não se afirmam como tal por escolha, escolhas principalmente embasadas em valores da cristandade na tentativa da manutenção da pureza, mas como uma questão de ser. Esse enunciado transmite diversas violências direcionadas a essa comunidade já que está os invalidando e principalmente compactuando com as violências. Conseqüentemente, é urgente criar conteúdos que demonstrem e abordam de maneira acessível, sem vinculação com estereótipos e conceitos já estabelecidos.

Logo, esse artigo buscou por meio de uma análise das representações e valores estabelecidos por uma população que tem como modelo exemplar a conjugalidade e refletir sobre esses modelos que estão enraizados na mentalidade das pessoas, todavia, buscando também enfatizar que assexualidade é tão válida quantos as outras, mas por haver um apagamento histórico foram negligenciadas em nome da defesa de um padrão conjugal na qual o papel da mulher circunscrever-se a família monogâmica, no seu lugar de filha-esposa-mãe, ou seja, enquanto objeto de uma relação e o conseqüente apagamento de sua singularidade - subjetividade, tudo isso em nome de um ideal e modelo de sociedade falocêntrica e patriarcal.

Referências Bibliográficas

BARBOZA, A; BUENO, L; FALCÃO, C, ROCHA, M. **Assexualidade em seriados televisivos: uma análise sócio-histórica**. Revista Relações Sociais. Vol. 03, N.04, p. (1-13), 2020.

CARVALHO, Ana C. **A assexualidade e a orientação romântica: Estudo comparativo entre o grupo assexual Romântico e o grupo assexual aromântico.** Outubro, 2019.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade do saber.** 11. Gallimard, 1976.

LORDE, Audre. **Irmão Outsider.** 1. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PARIS, Ginette. **Meditações pagãs: os mundos de Afrodite, Ártemis e Héstia.** Texas: Vozes, 1994.

Mulheres no mercado de trabalho: trabalho doméstico feminino não pago e disparidades no Brasil

Women at the heart of the labor market: unpaid female domestic work and disparities in Brazil

Keila Cristina Borges TROMBELA¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender como se deu a inserção das mulheres no mercado de trabalho, entender a relevância do trabalho doméstico não pago exercido pelas mulheres na construção das sociedades, em especial na brasileira, e mensurar as disparidades ainda presentes nos rendimentos sob a ótica da economia feminista. A história das relações sociais de trabalho e de sua divisão sexual é pródiga em exemplos acerca das disparidades salariais entre homens e mulheres no que se refere ao trabalho. Os exercidos no que permeia o universo dito masculino é valorizado ante os das mulheres. As mulheres que ficaram confinadas ao âmbito doméstico, ou seja, “privado”, tiveram sua participação cidadã na sociedade invisibilizada, enquanto as que alçaram o âmbito público tem menores remunerações e uma dupla jornada de trabalho imposta, uma vez que seu trabalho dentro das casas não diminuiu com sua participação da renda familiar. Atualmente no Brasil, essas discrepâncias ainda são nítidas quando se observa os dados de inserção do mercado de trabalho e os dados de remuneração por gênero. Uma análise do modo como ainda há mudanças a serem feitas e de que o tema deste estudo permanece atual e necessário.

Palavras – chave: mulher; mercado de trabalho; economia feminista; patriarcado; salário.

Abstract: This article aims to understand how women entered the labor market, understand the relevance of unpaid domestic work performed by women in the construction of societies, especially in Brazil, and measure the disparities still present in income from the perspective of feminist economics. The history of social relations at work and their sexual division is full of examples of the wage gap between men and women concerning work. Exercises in what permeates the so-called male universe are valued in comparison to those of women. Women who were confined to the domestic sphere, that is, “private”, had their participation in society made invisible, while those who rose to the public sphere had lower wages and an imposed double workday since their work inside the home did not decrease with their share of household income. Currently in Brazil, these discrepancies are still clear when looking at labor market insertion data and gender pay data. An analysis of how there are still changes to be made and that the subject of this study remains current and necessary.

Keywords: woman; labor market; feminist economics; patriarchy; wage.

¹ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini.

Introdução

O presente artigo visa analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho e suas relações com o patriarcado. O objetivo é apontar a questão da invisibilidade do trabalho executado por mulheres no âmbito privado, um trabalho historicamente executado por mulheres e desconsiderado como trabalho ao ser enquadrado como doméstico e colocado no rol de cuidados da família. Busca-se ao longo do texto destacar a historicidade da manutenção da desigualdade de remuneração entre homens e mulheres, assim como mensurar o peso do patriarcado nesse processo. Para este intuito, será utilizada uma metodologia descritiva na busca de traçar e analisar a existência de padrões sociais. A pesquisa se fundamentou em autores com trabalhos relevantes no tema, tais como: Antonella Picchio, Gerda Lerner, Christine Delphy, Daniele Kergoat e Silvia Federici.

O artigo está organizado da seguinte forma: a apresentação da discussão acerca do patriarcado da mulher como categoria de análise e o estudo do trabalho doméstico feminino não pago e das disparidades no Brasil.

Economia feminista e mulher como categoria de análise

Esse trabalho teve como um de seus principais objetivos discutir a experiência de mulheres brasileiras que adentraram o mercado de trabalho, seja por escolha ou necessidade, e como o patriarcado delimitou as fronteiras que elas poderiam ou não cruzar. Partindo de um recorte de uma economia que foge ao “padrão” pautado, em sua maioria nas vivências ditas masculinas, a Economia Feminista busca preencher as lacunas que a visão *mainstream* deixou ao considerar, como o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres, que é não remunerado realizado dentro de suas casas, reduzido apenas ao valor de uso, ou seja, desprovido de valor de troca. Lerner delimita o patriarcado como:

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta. Portanto, ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar nossa existência. (LERNER, 2020, p. 25)

Atualmente, fica evidente a disparidade de como o mercado de trabalho enxerga e insere as mulheres em seu meio, uma vez que essa diferenciação deriva de um processo que perdura séculos, moldando até como a sociedade divide a

participação feminina no âmbito público no mercado de trabalho e na participação política cidadã como sujeito de direitos, as resignando, muitas vezes, ao privado, ou seja, a esfera doméstica. Tal configuração adveio da somatória de ideologias ao longo da História da humanidade que valorizam o trabalho remunerado que é tradicionalmente masculino, e possui valor de troca no mercado, em detrimento do que é realizado de forma gratuita pelas mulheres justificados por uma “essência” feminina, o trabalho doméstico que segundo Lapa (2018, p. 19) é o “não remunerado realizado pelas trabalhadoras em suas próprias casas”. Este processo se faz presente até hoje, sendo denominado como “divisão sexual do trabalho”.

A Divisão Sexual do Trabalho (DST) é definida por Kergoat (2003, p. 55) como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade”. Nesta divisão as mulheres desempenham o trabalho reprodutivo que não possui valor de troca enquanto os homens o produtivo que possui o valor de troca. Mesmo com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o local que elas ocupam são os hierarquicamente inferiores aos dos homens e com menores remunerações mesmo desempenhando as mesmas funções.

Silvia Frederici (2017) em sua obra “Calibã e a Bruxa”, em um recorte voltado para a Europa, investigou como o capitalismo se desenvolveu ao longo dos séculos. Partindo do ponto de que no capitalismo o conceito de “feminilidade” foi desenhado de modo a reforçar as divisões já existentes no sistema, então, o conceito de “mulher” como categoria de análise é legitimado porque a divisão sexual do trabalho se faz presente quando colocam a mulher no campo de trabalho reprodutivo e, dessa forma, restringindo sua identidade.

A filósofa aponta que, dentro deste contexto, o corpo da mulher representa o que uma fábrica é para o homem, ou seja, sua principal fonte de exploração. O Estado se apropria do corpo feminino como fonte de reprodução e acumulação desde o feudalismo, tanto pela forma como impossibilitou os acessos das mulheres ao mercado de trabalho fora do meio privado, quanto pela não consideração de suas contribuições como relevantes na construção do sistema. Frederici também explica que foi nesse mesmo período, na luta anti feudal, que houve os primeiros registros de uma inicial movimentação de mulheres contrárias ao sistema vigente. Porém, devido à limitação que sua dependência em relação aos homens (maridos, pais,

senhores feudais), tinham vários aspectos de suas vidas controlados, as limitando social e economicamente, como pode-se observar no trecho seguinte:

A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual (FREDERICI, 2017, p. 52)

Conforme as mulheres de todas as classes, cada uma de sua forma, iam sendo cada vez mais marginalizadas, suas vidas foram afetadas de um modo negativo e intenso. Com o crescimento do comércio a situação se agravou, e muitas foram privadas de acessar renda e propriedade, acessível somente aos homens. Em algumas cidades italianas comerciais “as mulheres perderam o direito a herdar um terço da propriedade de seu marido (a *tertia*)” (Frederici, 2017, p. 50). Em áreas rurais, dependendo de seus status social, solteira ou viúva, seu acesso às posses de terras foi retirado. Portanto, as mulheres se viram obrigadas ao êxodo campesino, constituindo assim alta porcentagem da vida nas cidades. Essa movimentação geográfica foi fortemente reforçada pela Igreja, na qual elas eram consideradas “nada”, mas em algumas seitas heréticas: “Eram consideradas iguais; as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens e desfrutavam de uma vida social e de uma mobilidade.” (FREDERICI, 2017, p. 83).

Dominação masculina

Do ponto de vista sociológico, Pierre Bourdieu (2012), em seu famoso estudo que deu origem ao livro “A Dominação Masculina”, investiga e analisa dentro da cultura da Cabila em uma sociedade atual, os resquícios de costumes patriarcais que advém de épocas passadas, mas que explicam até certo ponto como a dominação masculina se concretizou. Apontando e categorizando os tipos de violências simbólicas, ou seja, até nos detalhes, que as mulheres sofreram, as conferindo uma submissão paradoxal porque se fez imperceptível até pelas que vivenciavam em seu cotidiano, uma vez que se normalizou alguns comportamentos. O início da divisão sexual do trabalho para o sociólogo, veio dessa segregação que as mulheres sofreram, invisível, normalizada e que não podia mais ser evitada. A divisão, como não só Bourdieu aponta, remete a todos os campos da vida das mulheres, principalmente, no âmbito privado, tornando as casas em ambientes “sexuados” que foi fixado como espaço das mulheres, mas, ainda assim, permeando

todas as mais distintas áreas na sociedade, reforçando e criando padrões de conduta para que elas se enquadrem.

A partir da investigação dessa sociedade, com a observação dessas vivências revelou-se quão profundas podem ser as divisões sociais por sexo/gênero, como foram normalizadas e legitimadas por diferenciações biológicas. Em uma sociedade onde toda a construção do que é masculino é colocada como honrada, as mulheres ou tudo que pode permear as construções de feminilidade se constituem a partir de olhar andro e falocêntrico, ou seja, há a valorização do homem. Deste modo as mulheres são observadas e divididas mediante do órgão sexual que a falta, sendo usado como meio de “justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” como explica Bourdieu (2012, p. 20). As mulheres são socializadas como “não homens”, levando assim que as relações as confirmam a espaços limitados, relativos somente ao afeto e à infantilidade.

Existe uma diferenciação, na qual há a representação da vagina como “falo invertido”, como fica exemplificado em escritos de cirurgias na Idade Média. Uma sucessão de outros fatores foram utilizadas para que fosse criada e reforçada uma dicotomia entre o masculino e o feminino. Enquanto o masculino foi posto como o correto, como a linha de conduta do que era socialmente valorizado, o feminino era entendido como não-alguma-coisa, pelo que lhe falta, como “defeituoso”. A vivência das mulheres foi delimitada a espaços pequenos e restritos para desenvolverem atividades consideradas fáceis. Dessa maneira, seu trabalho foi privatizado, confinado dentro do lar.

Partindo deste ponto e ampliando a discussão, a filósofa Helena Hirata (2018) faz sua análise a partir do feminismo materialista. Isto é: “se interessa pelas relações de poder, pelas relações de exploração, opressão, dominação entre homens e mulheres”. Nas palavras da própria autora, o conceito de classes em Marx não trabalha a questão de gênero como um fator de peso para as desigualdades, alocando as mulheres no “exército industrial reserva”. Juntando-se às outras autoras, Hirata procura a renovação da economia política no marxismo através da ótica de um patriarcado que não se descola do capitalismo.

Argumentando que não pode haver um olhar focado apenas no trabalho, sem levar o viés social, racial e de gênero em conta, Hirata expõe que mesmo as taxas de empregos aumentando, a desigualdade ainda persistirá, pois no Sul geográfico,

globalmente falando, há uma maior incidência de trabalhos informais, sem contar com o fator da existência de desigualdade salarial entre homens e mulheres, negros e brancos. Nesta linha de pensamento, a autora trabalha dentro do conceito de interseccionalidade.

Complementando o ponto de Hirata, a socióloga francesa Christine Delphy (1970), discorre sobre o modo como se desenvolvem as relações de trabalho doméstico dentro do âmbito privado, ou seja, dentro das próprias famílias, e a função econômica que as mulheres se enquadram nesse contexto. Para Delphy, as famílias além de desempenharem um papel de apoio à lógica capitalista, aponta que é dentro dessa relação que a exploração econômica das mulheres acontece, na qual a função que foi a elas incumbida, de cuidar de todos os afazeres domésticos, se assemelha a servidão.

A perspectiva que a autora traz, mostra como nas relações sociais de gênero pautadas em manter as mulheres dentro do âmbito da vida privada, ou seja, doméstica, mantinham sua participação como sujeito de direitos anulada e até esquecida por movimentos de direitos sociais, que apenas consideravam a relação de conflitos de classes como o principal problema da sociedade. As mulheres, então, foram excluídas do mercado de troca, mas não o que elas produzem, já que são elas que produzem as condições para que os homens sejam inseridos no mercado de troca. Dentro de tal estrutura, quando elas conseguem se inserir no mercado de troca, há disparidades nas remunerações.

Com essa exclusão das mulheres do âmbito público, ou seja, reclusão ao ambiente que configura a casa remetendo aos cuidados com a família, se faz necessário abordar essa exclusão neste trabalho. O sociólogo Therborn (2006) definiu a família institucional como uma unidade tipicamente determinada por uma pressão social, cujos membros se relacionam por meio do companheirismo, dando origem a uma afeição mútua. Os relacionamentos de poder também se desenvolveram a partir da “família tronco”, nas quais o pai, detentores do poder de transmitir suas propriedades ao primogênito, sendo o único com tal direito. Este deverá garantir o cuidado do lar, antes aos cuidados paternos, enquanto os irmãos mais novos, recebendo um lote, devem se responsabilizar por si. Esse controle paterno, segundo o sociólogo, seria como “manifestações do patriarcado”, mesmo com as mães ou sogras desempenhando algum tipo de poder, que teria sido a elas conferido pelo pai. Posto isso, o patriarcado se apresentaria com duas dimensões, a

primeira referente a dominação do pai e, a segunda, a do marido, aludindo então tais relações familiares e de gênero ao patriarcado.

Deste ponto em diante, as relações são desenvolvidas de modo particular em cada sociedade, seguindo diretrizes patriarcais em comum. Isso significa que mesmo com culturas e vivências diferentes em determinados locais, há similaridades que guiam as sociedades, e o patriarcado é um denominador comum, afetando diretamente a maneira como as mulheres se desenvolvem, ou não, na vida dentro e fora do privado.

Na Europa, com o surgimento da família proletária devido à industrialização e os cercamentos, o patriarcado passou por algumas reinvenções junto ao sistema capitalista, mas não deixou de existir e pressionou as relações sociais. Como o pai desse tipo de família não tinha posse de propriedades que seriam passadas para o filho, ele precisa subordinar sua mão-de-obra aos proprietários de terra ou ao poder do capital. Desta forma, para que o patriarcado europeu pudesse se desenvolver ele se apoiou em um conceito que Therborn (2006) chamou de “economia do salário familiar” que consistia em defender que a sobrevivência estivesse sujeita a contribuições para além de remunerações, de todos os componentes das famílias, incluindo as mulheres.

No caso do Brasil, os direitos e acessos das mulheres tiveram um progresso lento. Em 1905, tecnicamente o direito ao voto pela Constituição da República não as impedissem e três mulheres do estado de Minas Gerais conseguiram se alistar e votar. Mesmo que alguns deputados levantaram a pauta do sufrágio, o voto só passou a ser de fato estendido às mulheres em 1930, quando ocorreu o Golpe de Getúlio Vargas. O voto feminino no Brasil foi legalizado mediante o Decreto nº. 21.076 de 1932, mas de forma não obrigatória. Foi somente em 1933 que uma brasileira se elegeu à Assembleia Nacional Constituinte e em 1936 que Carlota Pereira de Queiróz e Bertha Lutz foram eleitas deputadas federais. Conforme as pautas feministas foram avançando, a Constituição de 1988 foi editada de modo a incluir no art. 5º que homens e mulheres são iguais perante a lei em seus direitos e deveres, incluindo também a questão da diferenciação salarial. Observa-se que mesmo com seus direitos amparados por leis dentro da Constituição, ainda há diferenciação, na prática entre a efetividade dos direitos das mulheres, uma vez que elas ainda recebem remunerações inferiores às dos homens.

Porquanto, a maioria das brasileiras acabou sendo configurada em ambientes domésticos. Entende-se que mesmo com a igualdade constitucional até esse momento ela não é suficiente, tornando-se necessário que existam projetos políticos e políticas públicas especificamente desenhados para situações como as apresentadas anteriormente. A Lei Maria da Penha Nº 11.340 de 2006, por exemplo, que foi criada para assegurar a segurança de mulheres vítimas de violência familiar e doméstica ainda não foi completamente implementada mesmo tendo mais de 15 anos, e, conseqüentemente, os índices de violência no Brasil permanecem alarmantes, sendo chamado por muitos de “pandemia silenciosa”

Trazendo um enfoque no campo do trabalho doméstico, Picchio (2018) alerta que o número de mulheres nessa ocupação se mantém constante, bem como as sem trabalho remunerado, as que desempenham o trabalho no âmbito doméstico, em suas casas, sem remuneração (dupla jornada se enquadra nessa categoria), a discriminação, o afastamento e a proporção elevada de mulheres no contexto de pobreza se mantêm constante. Sendo, dessas categorias, o trabalho doméstico invisibilizado, uma vez que na relação de produção/reprodução ele some nas análises econômicas. Segundo a economista: “O trabalho doméstico é a produção do trabalho como uma mercadoria, enquanto o trabalho remunerado é a troca do trabalho.” (PICCHIO, 2018, p. 72).

Entrando no tópico de dupla jornada e trabalho doméstico, Picchio apresenta alguns dados que elucidam de maneira satisfatória o lugar que a mulher é posta dentro da sociedade. Quando se trata do trabalho por quantidade de filhos, por exemplo, a relação é inversamente proporcional quando se trata de homens em relação às mulheres: “que quando o número de crianças aumenta, a quantidade de trabalho doméstico feita pelo homem, com idade entre 25 e 45 anos, realmente diminui de 9,5 para 3,8 horas, enquanto a da mulher passa de 21,6 para 45,7 horas” (PICCHIO, 2018, p. 77).

Esses dados explicam qual a visão da sociedade na totalidade sobre como deve ser o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos. Essa carga de trabalho é sempre depositada nas mulheres e mesmo quando os homens colaboram desempenhando seus papéis, há uma assimetria de tempo dedicado a tais tarefas domésticas. Mais uma vez, o trabalho, tempo ou contribuição feminina na sociedade é desconsiderado, diminuído e invisibilizado. Em sua dupla jornada foi encontrada a

“desculpa” do sistema para justificar a remuneração única pela maior quantidade de trabalho que elas fazem, justificar a exploração e desvalorização.

Encaminhando sua argumentação para o final, Picchio apresenta a relação de quanto o trabalho feminino mal ou não remunerado representaria em termos de Produto Interno Bruto (PIB). Com dados e metodologia Goldschmidt-Clermont de 1982, tem-se que poderiam chegar a números entre 30% e 40%. Tais dados questionam o caráter verossímil da teoria do salário sobre a produtividade do trabalho. É preciso levar em conta que mesmo havendo um núcleo do trabalho doméstico, existem as mulheres assalariadas e as que não podem, por alguma circunstância, adentrar no mercado de trabalho em busca por um salário. Picchio argumenta: “nesse ponto, as ‘donas de casa’ não são mais passivas e inertes do que as mulheres assalariadas; elas são somente menos notadas pelas ideologias em torno do trabalho” (2018, p. 90). Segundo a economista, existem duas formas principais que tornam o trabalho doméstico invisível. A primeira seria somente legitimar as mulheres como seres políticos a partir do momento em que elas se tornam assalariadas e a segunda se dá a partir do momento em que se fala da importância de seus papéis, mas retiraram-se delas o reconhecimento político e econômico.

No âmbito do mercado de trabalho, as últimas décadas foram marcadas por várias mudanças consistentes. As mulheres têm diminuído a quantidade de filhos, impedindo que o ciclo biológico seja o que norteia boa parte de suas vidas, relações e espaços que elas poderiam ou não ocupar. O trabalho remunerado tem sido um grande alvo de suas buscas, porém a quantidade de horas dedicada semanalmente aos afazeres domésticos não diminuiu. Os salários das mulheres passaram a ser fundamentais para a renda familiar, ou para o “salário familiar”. Isso não quer dizer que o trabalho feminino passou a ser valorizado, mas sim que o salário dos homens que antes supria as necessidades da família agora não é mais o suficiente. Mas, mesmo assim, os homens não aumentaram a média de horas dedicadas aos afazeres domésticos, a mulher se torna cada vez mais sobrecarregada.

Fica compreendido então, que o trabalho doméstico sustenta os baixos custos nas relações salário do homem e salário da mulher, propiciando a formação e acumulação de lucros capitalistas, justificando a invisibilidade das ocupações e funções desempenhadas por mulheres. Nas palavras de Picchio:

Para as mulheres, essa clareza é essencial porque ela traz o fato de que sua entrada no mercado de trabalho assalariado, ao mesmo tempo que, sem dúvida, resolve muitos problemas em suas vidas, não pode realmente “libertá-las”. Na realidade, nem traz a libertação do patriarcado, porque o mercado de trabalho assalariado, como vimos, baseia-se exatamente nesta particular divisão sexual do trabalho na reprodução.” (PICCHIO, 2018, p. 93)

Concluindo sua argumentação, a autora faz apontamentos importantes de qual deveria ser o papel do Estado e qual tem sido sua posição diante de todo o ciclo de violências que as mulheres são submetidas, sendo elas subordinadas por meio da dominação que o sistema executa explorando sua mão de obra, seja por agressões físicas, ou por todos os danos que elas sofrem e são desconsiderados. Não somente para o Estado, mas para a sociedade como um todo, tais violências e tratamentos se tornaram normalizados e até o enfoque dado ao tema diminuiu.

Existe uma certa tolerância das instituições de trabalho e as de direito de que, se comparado aos homens, as mulheres trabalham mais não recebendo a devida remuneração, as colocando em situação de vulnerabilidade social, sem proteção ou amparo, nem quando se fala em seguridade social. E, mesmo quando há entidades que em tese deveriam zelar por essas pautas como os sindicatos, as mulheres são excluídas dessas organizações (algumas até históricas) como no movimento trabalhista/sindical. “A impotência dos sindicatos afeta não somente as mulheres, mas também os homens – envolve não somente gênero, mas também classes.” (PICCHIO, 2018, p. 99)

Muitos fatores envolvem como as sociedades se desenvolveram diante do patriarcado, como as transformações, socializações, vivências e experiências no decorrer dos séculos. Desde os tempos mais antigos, as nações, civilizações ou tribos, conforme os seres humanos ao interagirem entre si, a diferenciação dos espaços ocupados pelos homens e pelas mulheres, foram se diferenciando de maneira que o que um fazia era valorizado, enquanto o outro, executado por mulheres, fazia as atividades e toda sua contribuição foi diminuída, invisibilizada e até mesmo colocada como de menor importância e complexibilidade.

Ao serem definidas, no início das relações humanas, por funções puramente reprodutivas, a participação das mulheres vem sendo apagada negada na construção do que conhecemos nas civilizações antigas. Atualmente, estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento vêm se debruçando em pesquisas

documentais, evidências arqueológicas e revisão de conceitos que, antes, foram tidos como verdade absoluta.

Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro

A pesquisadora Paula Viviane Chies (2010) em sua obra "Identidade e Gênero", traz apontamentos sobre como a participação feminina no mercado de trabalho, mesmo tendo aumentado, ainda se baseia em restrições pautadas no patriarcado, como a atribuição de certas funções como sendo "femininas" acarretando a desvalorização. Segundo a autora, houve um considerável aumento da participação das mulheres em várias profissões, mas esse aumento veio tanto acompanhado de desigualdades de remuneração, quanto de um ambiente no qual as mulheres são encaixadas na lógica de não pertencerem ao espaço público, somente ao privado. Os dados apresentados mostram que a partir dos anos de 1990, quando mais é percebido um aumento das mulheres no mercado de trabalho, as disparidades salariais ainda são persistentes e, como, atualmente, esse cenário ainda não mudou tanto quanto deveria. A autora traz grandes contribuições sobre como os homens conseguem ocupar mais espaços na sociedade em decorrência do patriarcado.

Chies (2010) discute sobre como a subordinação das mulheres aos homens pode ser considerada um ponto fixo na mentalidade geral, isso implica que independentemente do local onde homens e mulheres viessem a "confrontar", em qualquer esfera, haverá diferenciações entre ambos. As mulheres prejudicadas, uma vez que foram desvalorizadas de um modo geral, pois quando elas encontram trabalho assalariado, este é desvalorizado e, mesmo trabalhando fora do âmbito privado, as mulheres acabam tendo um acúmulo de funções. Neste sentido, há também uma dupla subordinação das mulheres, por meio do sistema de exploração e de dominação. Essa estrutura de subordinação de gênero se reforça nas relações de trabalho produtivo, nas quais o termo "produtivo" faz referência ao trabalho remunerando, excluindo o trabalho doméstico conferindo um status de "preconceito" para com as mulheres nas sociedades, que nas palavras da autora:

O preconceito em relação às mulheres é introjetado por medo de que a estrutura social, por mais tempo presente em nossa sociedade como pilar da dominação entre os gêneros, se desmantele como um 'castelo de areia'. A transformação dos papéis sociais das mulheres leva à reformulação das relações sociais na família, no trabalho, na política etc.

Os pilares da esfera pública e privada devem ser repensados como construções arcaicas e inapropriadas pelas novas funções que essas passam a abrigar” (CHIES, 2010, p. 512)

Posto isto, a mulher é enquadrada como uma força de trabalho secundária. Ao adentrar no mercado de trabalho a ocupação que ela desempenhe não se enquadra naquilo que fora delimitado a ela como função primária, ou com o que deveria ser sua principal ocupação que seria a responsabilidades que o âmbito privado lhe convém. A autora argumenta que:

A “força de trabalho secundária” favorece a exploração capitalista, pois dentro da mentalidade social proeminente, a mulher busca a inserção no trabalho em fases de crise econômica na família, quando o provedor (marido, pai, irmão etc.) está doente, desempregado, ou mesmo quando seu salário não é suficiente para o sustento da família, assim submete-se a um salário menor (CHIES, 2010, p. 515)

Assim, a entrada no mercado de trabalho advém de momentos nos quais o “provedor” faltou ou por alguma instabilidade na construção das famílias. A mulher encontra no trabalho remunerado uma forma de encontrar a si mesma, uma maneira de expressar sua própria identidade, fugindo do identitário do dito feminino, encarregada apenas do trabalho doméstico não remunerado e do cuidado. Em complemento, Silvia Frederici (2021) aponta que estudar o capitalismo e suas relações dentro de uma perspectiva feminista, é de suma importância. Uma vez que o machismo é um elemento estrutural, como o racismo também é, partir de uma perspectiva feminista para analisar tal sistema é o caminho necessário para promover uma mudança social real. O intuito é entender qual de fato é o local onde as mulheres são inseridas dentro desse sistema, no qual o direito de trabalhar não implica o fim das desigualdades, mas sim valida o direito de ser explorada. Frederici (2021) explica que é através do trabalho doméstico, ou o não remunerado, que a reprodução social acontece. Mesmo assim, as funções desempenhadas pelas mulheres não recebem a valorização e o reconhecimento que deveriam, principalmente por ser imprescindível. Nas palavras da autora:

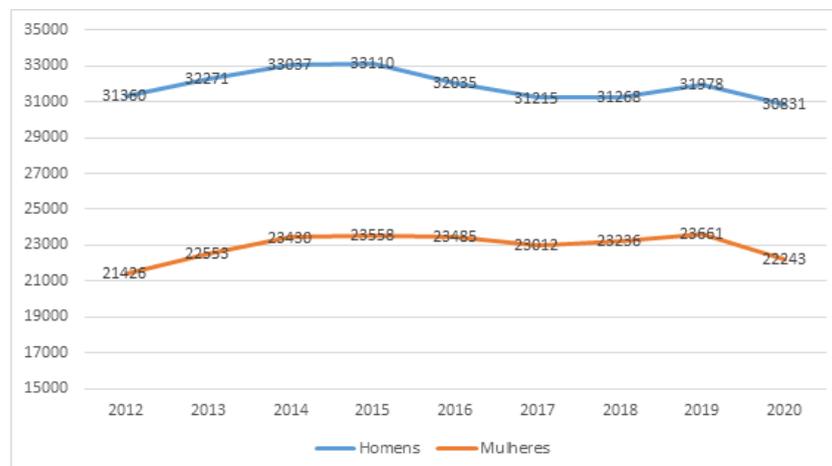
O trabalho doméstico, como o conhecemos, é uma estrutura bastante recente, datada do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX, quando, pressionada pela insurgência da classe trabalhadora e pela necessidade de mão de obra mais produtiva, a classe capitalista da Inglaterra e dos Estados Unidos começou uma reforma social que transformou não apenas a fábrica, mas a comunidade, o lar e, antes de tudo, a posição social das mulheres (Frederici, 2021, p. 157).

Brasileiras no mercado de trabalho

No Brasil, bem como em outros países, a presença das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo ano após ano, mas suas ocupações acabam sendo em sua maioria em serviços de cuidado ou de manutenção de limpeza, sendo estes cargos hierarquicamente mais baixos. Há uma falta de representatividade de mulheres em cargos de liderança e que escapem do estereótipo enraizado na sociedade. Já no que diz respeito ao trabalho doméstico em suas próprias famílias, o que se vê são as mulheres que, mesmo trabalhando fora, se dedicam mais horas a essa tarefa do que os homens.

O cenário do mercado de trabalho brasileiro pode ser mais bem compreendido a partir dos dados estatísticos que reunimos. O gráfico a seguir foi elaborado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) sobre nível de população ocupada em trabalhos formais. Elizabeth Belo Hypólito (2010) em sua pesquisa definiu ocupação como “todas as pessoas que, no período de referência, trabalhavam na produção de bens e serviços econômicos de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU” (Hypólito, 2010, p. 21). Sendo assim, o gráfico foi dividido entre homens e mulheres ocupados em números reais entre os anos de 2012 e 2020, não entrando mais a fundo nos números durante a pandemia do COVID-19.

**Gráfico 1: População ocupada em trabalhos formais (1000 pessoas)
Período: 2012-2020**

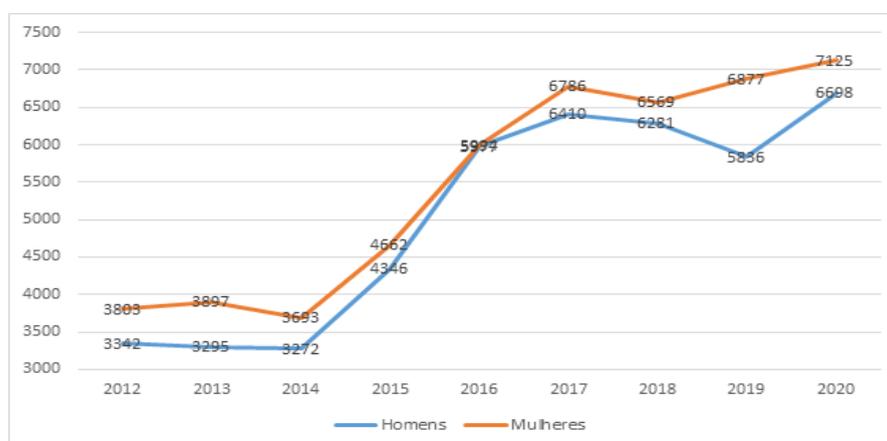


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2020 (acumulado de quintas visitas).

Os dados escancaram as disparidades entre a realidade dos homens e mulheres brasileiros inseridos no mercado de trabalho formal para serem considerados “população ocupada”. Enquanto as linhas do gráfico crescem praticamente na mesma proporção, os números expõem o quanto as mulheres têm menos acesso a esse tipo de trabalho. Tendo em mente o que foi abordado até aqui, as argumentações só se comprovam, pois mesmo com a maior taxa de ocupação feminina chegando ao ápice em 2019 a diferença entre os números em relação aos homens no mesmo ano é de quase 50% maior do valor total das mulheres ocupadas. Sendo assim, o que se pode analisar através desse gráfico é que existem empecilhos que dificultam o acesso das brasileiras em empregos que auferem na autonomia financeira ou com condições mínimas para que elas possam se sustentar ao desempenhar suas demais funções.

O gráfico a seguir mostrará a taxa de desocupação da população com a mesma divisão entre homens e mulheres. Seguindo a definição da mesma autora, a população desocupada é definida como “a resolução sobre a medição do trabalho infantil da 18ª CIET (OIT, 2008b) lembra que o conceito de população economicamente ativa designa o total de pessoas ocupadas desocupadas, entendendo-se por pessoas desocupadas aquelas que não têm trabalho, estão buscando ativamente um trabalho e estão disponíveis para trabalhar. Estas estatísticas referem-se às pessoas em idade legal para trabalhar” (Hypólito, 2010, p.19).

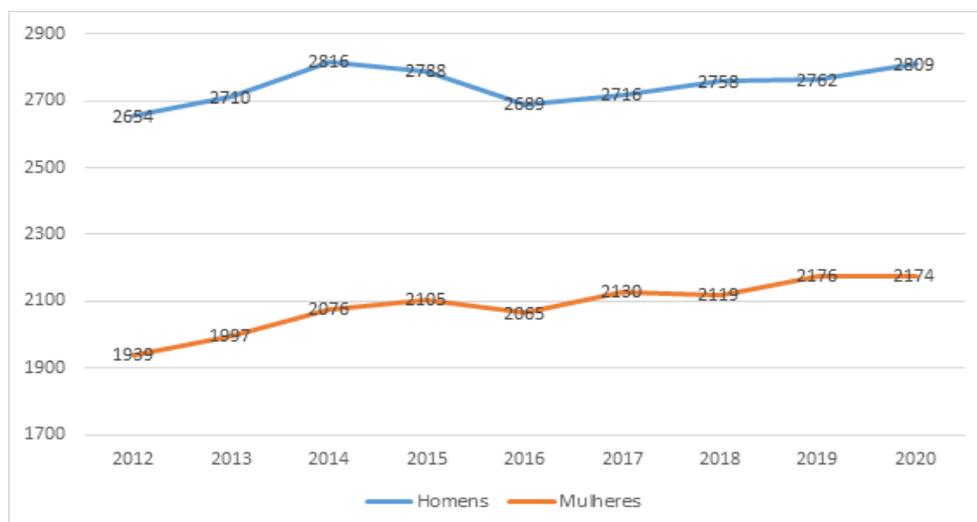
**Gráfico 2: População desocupada (1000 pessoas)
Período: 2012-2020**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2020 (acumulado de quintas visitas).

Nesse gráfico, por se tratar do oposto aos dados anteriores investigados, as linhas se inverteram, o que significa que a taxa de mulheres desocupadas supera a de homens. Fazendo uma comparação entre os dois gráficos, pode se observar que, ao mesmo tempo, as mulheres são minoria no que diz respeito aos empregos dentro da classificação apresentada, e que estão em maior número do tocante a pessoas com condições, mas que por alguma razão, se encontram fora do mercado de trabalho. Começando com números baixos entre 2012 e 2014, mas entre 2014 e 2016 esses números praticamente dobram e mesmo em 2016 quando as taxas se aproximam muito, o maior número são os da linha que representa as mulheres. Desde então, o índice se manteve elevado e confirmando, mais uma vez, as disparidades entre os gêneros no tocante ao mercado de trabalho. Para que a análise possa ser feita de maneira ainda mais profunda, com a finalidade de compreender como as disparidades salariais se apresentam no contexto brasileiro, haverá mais um gráfico desenvolvido do ponto de vista de remunerações reais entre homens e mulheres.

Gráfico 3: Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo (Reais)
Período: 1º trimestre (2012-2020)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Este último gráfico foi desenvolvido com o intuito de melhor avaliar os rendimentos, aferir e dimensionar em que ponto as desigualdades salariais de fato se apresentam no Brasil nos últimos anos. Como podemos observar, a remuneração

média feminina aumentou cerca de 12% entre 2012 e 2020, enquanto a masculina subiu cerca de 6%. Mesmo a média feminina tendo aumentado quase o dobro da masculina, no primeiro trimestre de 2020, o rendimento médio real das mulheres é quase 30% inferior que o rendimento médio real dos homens.

Essas taxas somadas à menor presença das mulheres em níveis de população ocupada e à sua maior taxa de desocupação, apresentam o atual cenário de empregabilidade das mulheres no Brasil atualmente. Essas desigualdades têm origens em épocas anteriores, como já foi apresentado no decorrer deste trabalho e, mesmo com o passar dos anos, as taxas mostram que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres.

Esse sistema não foi desenvolvido pensando ou valorizando as contribuições das mulheres, mas sim as colocando em posição de inferioridade, com menor remuneração, com maior jornada de trabalho e tendo seu trabalho no âmbito doméstico invisibilizado, não sendo levado em consideração no que diz respeito a remuneração familiar. Dessa forma o patriarcado ao longo da História se mostrou bastante efetivo em se reinventar com a evolução do Capitalismo e renovar os modos de explorar e dominar as mulheres para que estas mantivessem a ocupação de ter uma mão de obra barata no mercado de trabalho e exercer o trabalho doméstico sem remuneração para as condições da mão de obra masculina fossem supridas para continuar a vender sua força de trabalho.

Considerações finais

Ao trazer a discussão para países como o Brasil, é importante ter em mente que esse recorte não exclua a verdadeira realidade presente em um território cuja grande parte da força de trabalho feminina é voltada a dupla jornada de trabalho, sendo a primeira o relativo ao mercado de trabalho formal, onde a média de salário mensal das mulheres, em geral, equivale a 77,5% da remuneração masculina. Enquanto a segunda configura a realização de trabalhos domésticos sem remuneração. Através do estudo de Soares (2016) tais informações ficam nítidas e as análises sobre o tema podem ser aprofundadas. A autora faz uma comparação entre o tempo gasto por homens e mulheres dentro do ambiente doméstico, chegando a conclusões de que mesmo trabalhando fora de casa, o tempo médio por elas investido no trabalho doméstico não diminuiu, tendo uma média superior à média masculina e, devido a isso, uma menor participação na renda familiar. As

mulheres com maior nível de educação que não possuem filhos, tendem a dedicar menos horas do que as que possuem filhos, mas ainda assim, sua média é superior à dos homens na mesma categoria, como a própria autora demonstrou.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a participação de pessoas com 14 anos ou mais desempenhando funções de trabalho doméstico, por alguma remuneração ou troca, tem grande participação nas metrópoles, esse trabalho é realizado em sua maioria por mulheres, o que reforça ainda mais o propósito do que vem sendo defendido até aqui. Dados como esse não são minoria nos países, infelizmente. A mão de obra das mulheres é explorada, invisibilizada e a atual forma como as relações se dão é estrutural, pois adveio de um sistema hierárquico pautado na desigualdade de gênero que perdura há milênios nas sociedades na totalidade, até porque o sistema vigente não se desassocia do patriarcado que é um sistema no qual existe uma dominação masculina contínua, amparado por estruturas estatais e que legitima a divisão sexual (de gênero) do trabalho, bem como as violências constantes neste sistema, vitimizando assim as mulheres.

Pode-se, então, concluir que o sistema atual não promove justas oportunidades, que há uma divisão social do trabalho pautada no gênero, que favorece um, o masculino, enquanto explora o outro, o feminino, anulando e invisibilizando as contribuições que saem do que é tido como “produtivo” no mercado de troca. Isso não só ao nível global, mas principalmente em países em desenvolvimento, de forma mais intensa, como o Brasil. Sendo assim, o patriarcado moldou como as mulheres se inserem no mercado de trabalho, até onde está disposto a permitir que elas o ocupem e onde sua mão de obra é legítima para ser remunerada. No âmbito doméstico, as mulheres exercem longas jornadas de um trabalho que nem chegam a ser validadas e, quando elas ocupam ambos os espaços, público e privado, sua carga de trabalho só aumenta, fenômeno reconhecido como a dupla jornada. Mesmo com os avanços alcançados nos últimos anos, ainda há uma forte desigualdade que precisa ser superada.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BREGA FILHO, Vladimir; DE BRITO ALVES, Fernando. O direito das mulheres: uma abordagem crítica. **Argumenta Journal Law**, v. 10, n. 10, p. 131-142, 2009.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 99-119, 2015.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: Notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HYPÓLITO, Elizabeth Belo. Pesquisa nacional por amostra de domicílios—principais mudanças conceituais referentes ao tema trabalho. **mercado de trabalho**, v. 43, p. 18, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**, p. 55-63, 2003.

LAPA, Thaís de Souza. Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal. **Dossiê de Economia Feminista**, p. 247-284, 2018.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. 2020.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 838-873, 2016.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual**. IPEA, 2016.

Pessoas Ocupadas - Trabalhadores Domésticos – RM. **IPEA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 17. Jul. 2021.

PICCHIO, Antonella. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 69-104, 2018.

Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por

sexo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5429#resultado>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

SOARES, Maira Covre Sussai; JUNIOR, Jadir Soares. Divisão do trabalho doméstico nas famílias brasileiras: influências de fatores individuais e das políticas públicas. **Anais**, p. 1-17, 2016.

TEIXEIRA, Roselene Aparecida. A influência do patriarcado nas leis de proteção ao trabalho da mulher. Blog Justificando. 1, mar. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/01/as-leis-de-protecao-do-trabalho-da-mulher-e-o-patriarcado/>. Acesso em: 13, jul. 2021.

THERBORN, Göran. Entre el sexo y el poder: pautas familiares emergentes en el mundo. **Sistema: revista de ciencias sociales**, n. 166, p. 3-30, 2002.

A decadência do coronelismo em Ilhéus: uma análise política, social e de gênero em *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado¹

The decadence of coronelismo in Ilhéus: a political, social, and gender analysis in *Gabriela, Cravo e Canela*, by Jorge Amado

Regno Henrique SUMERA²

Resumo: O presente artigo analisa o coronelismo retratado no romance literário *Gabriela, Cravo e Canela*, escrito por Jorge Amado e publicado em 1958. Entendemos coronelismo enquanto um sistema social brasileiro, tendo seu fim reconhecido na década de 1930. Na República, o coronel adquire papel político, como intermediário entre a população e o governo. Como análise, identificamos o coronelismo na ficção do escritor em três segmentos: político, social e de gênero. Desta forma, buscamos analisar, por meio do texto de Amado, as nuances envolvidas nas relações dos coronéis com a sociedade local e entre a família. O escritor retrata Ilhéus imersa na *belle époque*, onde os sentidos de civilização e de progresso são instrumentalizados pelos coronéis. No entanto, no tempo da narrativa o poder e influência desses coronéis entra em declínio. Se a Ilhéus dos coronéis irradia modernidade, Amado pontua que as mudanças sociais não seguem o mesmo ritmo. Essa investigação perpassa pelo estudo do uso da literatura como fonte histórica e da representação enquanto metodologia abordada por Roger Chartier.

Palavras-chave: Jorge Amado; Coronelismo; Gabriela, Cravo e Canela; História; Literatura.

Abstract: This article analyzes the coronelismo portrayed in the literary novel *Gabriela, Cravo e Canela*, written by Jorge Amado and published in 1958. We understand coronelismo as a Brazilian social system, recognized as ending in the 1930s. In the Republic, the coronel acquires a political role as an intermediary between the population and the government. As an analysis, we identify coronelismo in the writer's fiction in three segments: political, social, and gender. In this way, we seek to analyze, through Amado's text, the nuances involved in the relationships of the coronéis with the local society and among family members. The writer portrays Ilheus immersed in the *belle époque*, where the senses of civilization and progress are instrumentalized by the coronéis. However, in the time of the narrative, the power and influence of these coronéis decline. If the coronéis' Ilheus radiates modernity, Amado notes that social changes do not follow the same pace. This investigation involves the study of the use of literature as a historical source and representation as a methodology approached by Roger Chartier.

Keywords: Jorge Amado; Coronelismo; Gabriela, Cravo e Canela; History; Literature.

¹ Artigo apresentado na I Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IELACHS – UFTM.

² Graduando do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, campus de Uberaba, sob orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Sandra Mara Dantas.

Introdução

O presente artigo³ tem como intuito analisar a questão do coronelismo sob a ótica do escritor Jorge Amado em seu livro *Gabriela, Cravo e Canela* (2008). Publicado pela primeira vez em 1958, ao longo das quase 400 páginas Jorge conta com riqueza de detalhes sobre a terra, o povo, os hábitos da cidade de Ilhéus, “naquele ano de 1925, quando floresceu o idílio da mulata Gabriela e do árabe Nacib” (AMADO, 2008, p.17).

O livro tem como espinha dorsal a relação de Gabriela com Nacib. A retirante ao chegar em Ilhéus encontra trabalho na casa do “turco”, dono do Bar Vesúvio, ponto de encontro dos homens ilheenses. A história de amor do árabe e de sua *bié* não nos interessa aqui, porquanto iremos destrinchar a representação dos coronéis do cacau feita por Jorge Amado.

Em primeiro momento, devemos pensar na História representada na literatura, pois, segundo Sevcenko (1999, p. 20), ela, a literatura moderna, “constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro [...]”. Sidney Chalhoub (2003, p. 55) define que “a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere”. A obra literária, portanto, adquire importância histórica de modo em que se identifica nela o retrato de uma época. Camilotti e Naxara (2009, p. 39) apontam como um dos possíveis usos da literatura pela história “o texto literário como substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se buscam os movimentos de instituição de imaginários”.

Por representação, tomamos o conceito desenvolvido por Roger Chartier como “o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (1991, p. 184), sendo as “‘representações’ construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo” (COELHO, 2014, p. 95). Na obra, os coronéis são representados pelo

³ Este artigo fora criado a partir de um trabalho da disciplina Brasil Republicano I com a proposta de desenvolver uma produção de texto dialogando com algum elemento do período republicano, precisamente entre 1889 e 1964, período do qual a disciplina se orienta, sendo o escolhido a produção cultural retida na análise de uma obra literária focalizando a questão em torno do coronelismo, sistema social presente nas primeiras décadas republicanas.

escritor como chefes da elite política local em franco processo de decadência em uma Ilhéus marcada pelos discursos de progresso e de civilização. A decadência é marcada pela chegada do engenheiro Mundinho Falcão e pelas mulheres operando mecanismos de resistência ao controle dos homens da cidade.

Diante do exposto e antes de entrar mais a fundo na análise dos coronéis e de suas relações na obra, convém refletir sobre a questão da qual iremos tratar, o coronelismo. Enquanto um sistema social, o coronelismo se fez numa política de trocas de favores entre o poder público e o poder dos chefes locais. Arruda (2013, p. 6), ao ponderar quanto ao papel dos antigos coronéis da Guarda Nacional do período imperial, reflete que, posteriormente “a burocratização do estado republicano [...] serviu apenas de instrumento de manipulação dos mesmos [os coronéis] para reavivarem seu poder e continuarem ‘mandando’ em seus municípios”. Na primeira república, os coronéis adquirem papel político, pertencendo a uma “rede de alianças” (ARRUDA, 2013, p. 6), sendo “intermediários entre o governo e a população” (ibidem). São aqueles que dominam a máquina pública republicana, que apadrinham os filhos dos aliados, que, como dito, trocam favores e proteção. Enquanto sistema político, perdurou até a década de 1930, morrendo “simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo...” (CARVALHO *apud.* ARRUDA, 2013, p. 9).

Os coronéis baianos, por sinal, são os retratados na obra citada de Jorge Amado. O escritor nascera em 1912 no estado da Bahia, em Itabuna, falecendo em 2001 na cidade de Salvador. Interessante notar que o escritor era filho de um coronel, de nome João Amado de Faria, conforme relata em sua autobiografia *O Menino Grapiúna* (2010). Em outro livro seu, *Navegação de Cabotagem* (2012), Jorge conta sua proximidade com os coronéis do cacau:

Na saga de matar e morrer conquistaram a terra virgem, desbravaram a mata, comandaram jagunços, plantaram as árvores dos frutos de ouro, ergueram cidades, semearam cruzeiros nos caminhos abertos pelas tropas de burros, nos atalhos das tocaias. Minha mãe Eulália dormia com a repetição sob o travesseiro, o marido, coronel João Amado de Faria, ausente, nos rumos da guerra, à frente dos cabras. Da coragem indômita nasceu a civilização grapiúna (os poetas, os ficcionistas, tantos), batida sobre o sangue derramado. Os coronéis do cacau, eu os aprendo, irão ser meus personagens nas histórias de espantar. (AMADO, 2012, p. 65)

De fato, são seus personagens ao longo das inúmeras obras que escreveu. No entanto, nosso objeto de pesquisa é *Gabriela, Cravo e Canela*. Livro singular da pena de Jorge Amado, inaugurou uma nova fase de sua escrita, muito mais cronista do que autor doutrinário. José Paulo Paes credits essa mudança ao fim do “mito stalinista” que “aliviara finalmente os escritores de esquerda das coerções mais tirânicas do chamado realismo socialista” (2008, p. 399-400). Para Durão e Peruchi (2022, p. 205), é exemplar desta mudança um novo narrador amadiano, “que lida com o discurso indireto livre de uma forma mais rica e matizada”. Além disso, “se, nos romances anteriores, uma preocupação política regulava todo o aparato narrativo, agora a crítica social fica subordinada a um princípio de ironia” (DURÃO; PERUCHI, 2022, p. 206).

Sabemos, portanto, que Amado era filho do coronel João e desde tenra idade mantivera contato com outros iguais ao pai, seus futuros personagens. Conforme Santos (2009, p. 1-2) demonstra, a literatura é uma “representação”, de uma determinada sociedade, acreditando que os discursos literários não são neutros já que esses reproduzem interesses e aspirações dos autores e da sua época”.

Dividamos, pois, a retratação do coronelismo por Jorge Amado em três vieses: um político, um social e outro de gênero. Esta tripartite abarca a atuação dos coronéis em sociedade, atuantes enquanto sujeitos políticos, e em família, enquanto pais e maridos e em suas relações com as mulheres da trama.

Coronelismo e política: artimanhas e alianças

O chefe do poder político na Ilhéus de *Gabriela...* é o coronel Ramiro Bastos, já bastante idoso, mas ainda valente e disposto a ser obedecido e temido. Um outro coronel, Amâncio Leal, é quem revela o papel do chefe político e o poderio dos coronéis na cidade:

[...] quem é que fez esse progresso? Não fomos nós, os fazendeiros de cacau? Temos nossos compromissos, tomados numa hora difícil, não somos homens de duas palavras. Enquanto eu for vivo, meus votos são para meu compadre Ramiro Bastos e pra quem ele indicar. Nem quero saber o nome. (AMADO, 2008, p. 55)

Evidentemente havia aqueles que não eram signatários dos pensamentos do coronel Amâncio Leal creditando aos coronéis e, sobretudo a Ramiro Bastos, as benesses à cidade. O principal antagonista político de Ramiro é o jovem Mundinho

Falcão, exportador de cacau disposto a acabar com o poder dos coronéis, com a pretensão de fazer a dragagem do porto de Ilhéus, por onde escoam as safras de cacau, àquela altura impedido de receber maiores navios por conta de uma alta camada de areia depositada no fundo do mar.

O narrador, no entanto, revela o progresso assentido por Amâncio:

Modificava-se a fisionomia da cidade, abriam-se ruas, importavam-se automóveis, construíam-se palacetes, rasgavam-se estradas, publicavam-se jornais, fundavam-se clubes, transformava-se Ilhéus. Mais lentamente porém evoluíam os costumes, os hábitos dos homens. Assim acontece sempre, em todas as sociedades. (AMADO, 2008, p. 12)

Ilhéus, naqueles anos de 1920, via desabrochar a sua *belle époque* na paisagem e na arquitetura. Fenômeno este que revela a ambivalência das mudanças que atingem o externo, para usufruto das classes mais privilegiadas, enquanto poucas mudanças sociais são efetivadas. O narrador estabelece as modificações em consonância com modos de viver e noções de valores, subtendidos como "ideais modernos, condensados no que então era visto como associação indissolúvel entre os conceitos de progresso e de civilização" (NEVES, 2008, p. 19).

Em outra passagem, revela-se a troca de favores no sistema coronelista. Ramiro Bastos pretende eleger um deputado federal e assim o comunica para o coronel Aristóteles, um antigo apoiador seu, agora aliado de Mundinho:

- Nesse doutor Vitor, coronel, não voto mais. Nem que o mundo venha abaixo. Não presta pra nada. Tanta coisa pedi, nada fez.
Ramiro falou com sua voz autoritária, como quem repreende um menino desobediente:
- Por que você não se dirigiu a mim para os pedidos? Se pedisse por meu intermédio, ele não ia negar. A culpa é sua. Quanto a votar nele, é o candidato do governo, vamos elegê-lo. É compromisso do governador. (AMADO, 2008, p. 295)

A morte de Ramiro Bastos, no final da narrativa, coloca em destaque os arranjos em torno de quem herdaria o posto de chefe político de Ilhéus e evidencia as disputas em torno da sucessão de um chefe político local. Naturalmente, alguns preferiam que o filho do velho coronel assumisse o cargo, entretanto "não era homem brilhante nem primava de energia, não nascera para mandar" (AMADO, 2008, p. 368). Outros viam no coronel Amâncio Leal o sucessor legítimo de Ramiro:

A grande maioria punha-se de acordo em torno do nome perigoso e inquietante do coronel Amâncio Leal. Esse o real herdeiro político de Ramiro. Para os filhos ficavam a fortuna, as histórias para contar aos netos, a legenda do coronel desaparecido. Mas o comando do partido, esse só podia pertencer a Amâncio. Fora ele a segunda pessoa de Ramiro, indiferente aos postos, mas participando de todas as decisões, única opinião acatada pelo finado dono da terra. Murmurava-se ser projeto dos dois amigos unir as famílias Bastos e Leal, através do casamento de Jerusa com Berto, apenas o rapaz terminasse o curso. A velha empregada de Ramiro contava ter ouvido o ancião falar nesse plano, ainda dias antes de morrer. (AMADO, 2008, p. 368)

Entrevê-se que a capacidade política de um bom coronel estava em saber costurar acordos, mas também a de impor respeito e medo, de saber mandar e se fazer ser obedecido, não à toa o emprego de jagunços:

Quanto aos escrúpulos, não foram com eles que progrediram as cidades do sul da Bahia, que se rasgaram as estradas, plantaram-se as fazendas, criou-se o comércio, construiu-se o porto, elevaram-se edifícios, fundaram-se jornais, exportou-se cacau para o mundo inteiro. Foi com tiros e tocaias, com falsas escrituras e medições inventadas, com mortes e crimes, com jagunços e aventureiros, com prostitutas e jogadores, com sangue e coragem. (AMADO, 2008, p. 48)

A política feita pelos coronéis na narrativa é indissociável do uso da violência. Jornais em pilhas são queimados, as salas de redação são invadidas e os responsáveis pela imprensa, acuados. É um processo que Jorge Amado classifica de “velhos métodos” (2008, p. 215), atribuindo a estes métodos uma condição de tradição estritamente vinculada ao agir e existir do coronel do cacau, visto que o escritor compõe sua trama identificando na formação da chamada civilização grapiúna um alto teor de violência. É pela boca da personagem João Fulgêncio que se sentencia: “Isso, que se chama de civilização ilheense, foi construído a base de documentos falsos” (AMADO, 2008, p. 347). A personagem reflete acerca da posse de terras mediante compra de falsas escrituras, procedimento usual na cidade que denotara por coronel todo aquele “dono de roça de mais de mil arrobas” (Idem, p. 33).

Os coronéis em sociedade

Os coronéis, no entanto, não se resumem na obra a discutir política na intendência e nas fazendas. Frequentadores assíduos do bar Vesúvio, de Nacib, e do bordel de Maria Machado, discorrem sobre a vida, sobre as mulheres, sobre as safras e os afazeres, preparam casamentos, confraternizações, propõem alianças

para tocaias, ouvem versos compostos pela intelectualidade local e ainda tecem os elogios aos quitutes de Gabriela. O bar de Nacib, por sinal, é um ponto crucial de encontro na narrativa e é lá onde “sabia-se de todas as novidades, comentavam-se os mais mínimos acontecimentos da cidade, as notícias do país e do mundo” (AMADO, 2008, p. 5). E fora lá também onde o coronel Ribeirinho discorrera sobre uma de suas paixões, as bebidas: “Sentiu-se em terreno familiar e iniciou uma preleção sobre os diversos tipos de cachaça. Em Ilhéus fabricavam uma, ótima, a Cana de Ilhéus, era quase toda vendida para a Suíça onde a bebiam como uísque” (Idem, p. 271).

É o mesmo Ribeirinho quem, ao conhecer o promotor e poeta Argileu Palmeira, dissera, com desconfiança: “Esses tais poetas em geral não passavam de eméritos facadistas” (Idem, p. 267). Disposto a vender seus livros, Argileu encontrara na disputa de Mundinho e Ramiro uma forma de faturar com sua produção artística bem ali no Vesúvio:

Mundinho Falcão dera cem mil-réis por um livro, além de comprar uma entrada. O coronel Ramiro Bastos dera cinquenta, em compensação comprara três entradas. E o convidara para jantar daí a dois dias. Argileu informava-se com antecedência dos particulares de cada praça a visitar. Soubera assim da luta política em Ilhéus, viera armado de cartas para Mundinho e Ramiro, de recomendações para os homens importantes de um e outro bando. (AMADO, 2008, p. 270)

Festas e banquetes arregimentam os coronéis ilheenses em torno das comemorações cívicas, dos aniversários e dos negócios em andamento, como em jantar encomendado a Nacib, “para festejar a inauguração da empresa de ônibus” (AMADO, 2008, p. 65). Outra inauguração, a da Associação Comercial, cuja diretoria fora disputada pelos aliados da família Bastos e pelos amigos de Mundinho Falcão, tornou-se “um dos mais importantes sucessos daquele ano” (Idem, p. 208). As longas conversações dos coronéis revelam a imponência dos seus negócios, o luxo vindo de longe, a criação de uma Ilhéus para deleite dos ricos e abastados:

Falavam da safra anunciando-se excepcional, a superar de longe todas as anteriores. Com os preços do cacau em constante alta, significava ainda maior riqueza, prosperidade, fartura, dinheiro a rodo. Os filhos dos coronéis indo cursar os colégios mais caros das grandes cidades, novas residências para as famílias nas novas ruas recém-abertas, móveis de luxo mandados vir do Rio, pianos de cauda para compor as salas, as lojas sortidas,

multiplicando-se, o comércio crescendo, bebida correndo nos cabarés, mulheres desembarcando dos navios, o jogo campeando nos bares e nos hotéis, o progresso enfim, a tão falada civilização. (AMADO, 2008, p. 17)

Os coronéis promovem uma transformação externa na paisagem e na arquitetura da cidade, deleitam-se com os ares europeus e os transportam para o sul da Bahia; é a *belle époque* de Ilhéus criada pelos novos hábitos dos fazendeiros e pela exploração das classes mais baixas da sociedade.

[...] a cidade esplendia em vitrines coloridas e variadas, multiplicavam-se as lojas e os armazéns, os mascates só apareciam nas feiras, andavam pelo interior. Bares, cabarés, cinemas, colégios. Terra de pouca religião, orgulhara-se, no entanto com a promoção a diocese, e recebera entre festas inesquecíveis o primeiro bispo. Fazendeiros, exportadores, banqueiros, comerciantes, todos deram dinheiro para a construção do colégio das freiras, destinado às moças ilheenses, e ao palácio diocesano, ambos no Alto da Conquista. Como deram dinheiro para a instalação do Clube Progresso, iniciativa de comerciantes e doutores, Mundinho Falcão à frente, onde aos domingos havia chás-dançantes e de quando em quando grandes bailes. Surgiam clubes de futebol, prosperava o Grêmio Rui Barbosa. Naqueles anos Ilhéus começara a ser conhecida nos estados da Bahia e de Sergipe como a Rainha do Sul. (AMADO, 2008, p. 24)

A arquitetura da cidade é erigida para o prazer dos ricos. O dinheiro dos coronéis financia os seus prazeres, os sucessos das roças de cacau não promovem as mudanças sociais. Ilhéus se abre para o progresso, mas a modernidade em constante contradição permanece nas ruas da cidade:

A cultura do cacau dominava todo o sul do estado da Bahia, não havia lavoura mais lucrativa, as fortunas cresciam, crescia Ilhéus, capital do cacau. No entanto ainda se misturavam em suas ruas esse impetuoso progresso, esse futuro de grandezas, com os restos dos tempos da conquista da terra, de um próximo passado de lutas e bandidos. (AMADO, 2008, p. 24)

Restos dos tempos da conquista, inclusive, os coronéis.

Coronelismo e gênero

Por gênero, expressamos as manifestações e relações entre os coronéis e as mulheres. A obra retrata diversas situações, mas nos limitaremos a duas, fundamentais dentro da obra criada por Amado: o caso entre o coronel Jesuíno Mendonça e sua esposa Sinhazinha e a relação entre o coronel Melk Tavares e a filha Malvina.

Malvina é retratada como uma moça de família rica, educada à moda daquele tempo, preparada pela família para um casamento arranjado, para ser uma moça solteira como na descrição do coronel Ramiro Bastos: “moça solteira é para esperar marido, sabendo coser, tocar piano, dirigir a cozinha” (AMADO, 2008, p. 75). No entanto, Malvina deseja muito mais do que uma vida reclusa dedicada a um marido escolhido pelo pai, tolhida em sua vida. Arredia, escapou do cerco da família, relacionando-se com um homem casado. Assim Jorge Amado escreveu a revelação do coronel Melk ao caso da filha:

- Respeito me tenha! - gritou. - Sou seu pai, baixe a cabeça. Sabe do que falo. Como me explica esse namoro? Ilhéus não trata de outra coisa, até na roça chegou. Não venha me dizer que não sabia que era homem casado, ele nem escondeu. Que tem a dizer?
- Que adianta dizer? O senhor não vai compreender. Aqui ninguém pode me compreender. Já lhe disse, meu pai, mais de uma vez: eu não vou me sujeitar a casamento escolhido por parente, não vou me enterrar na cozinha de nenhum fazendeiro, ser criada de nenhum doutor de Ilhéus. Quero viver a meu modo. Quando sair, no fim do ano, do colégio, quero trabalhar, entrar num escritório.
- Tu não tem querer. Tu há de fazer o que eu ordenar.
- Eu só vou fazer o que eu desejar.
- O quê?
- O que eu desejar...
- Cala a boca, desgraçada!
- Não grite comigo, sou sua filha, não sou sua escrava.
(AMADO, 2008, p. 239)

Ao analisar o excerto, identificamos que a herança patriarcalista se revela com o domínio ferrenho da vida da filha sob controle do pai, mas também demonstra a afirmativa de Malvina enquanto mulher resolvendo sua vida e colocando em prática seus sonhos, enfrentando o machismo do pai e de uma sociedade que via a mulher como simples acessório à figura do marido, cuja ideia de matrimônio ela repudiava e, de fato, efetivara sua vida segundo suas próprias determinações, pois fugira da cidade e, conforme atesta o livro:

- Muitos meses depois, em plena safra do ano seguinte, noticiou-se que ela [Malvina] trabalhava em São Paulo, num escritório, estudando de noite, vivendo sozinha. A mãe reviveu, nunca mais saíra de casa. Melk recusou-se a ouvir uma palavra sequer:
- Não tenho mais filha! (AMADO, 2008, p. 326).

Um dos pontos fundamentais na narrativa é envolvente ao assassinato de Sinhazinha e de seu amante Osmundo pelo marido dela, coronel Jesuíno. Ao

pegá-los na cama, Jesuíno atirara contra ambos. Coronel influente, fora protegido por seus pares e o assassinato da esposa e do amante percorreria a cidade em longas conversas e fofocas. A principal tese de defesa ao coronel era a expressão de que a honra de um marido traído só poderia ser lavada com sangue; e assim a define o escritor: “Vinha dos tempos antigos, não estava escrita em nenhum código, estava apenas na consciência dos homens, deixada pelos senhores de antanho, os primeiros a derrubar matas e a plantar cacau” (AMADO, 2008, p. 12). Esta justificativa é acolhida por muitos personagens, que passaram a tratar dona Sinhazinha, até então compreendida como mulher temente a Deus e correta, como devassa e libertina, portanto, merecedora do fim que tivera. Ao longo da história, o futuro do coronel Jesuíno é discutido e acreditam que jamais será condenado judicialmente, sobretudo numa Ilhéus dominada pelos coronéis. Mas à medida que o tempo passa e o coronelismo vai enfraquecendo com a ascensão de Mundinho Falcão, símbolo do progresso empreendedor e tecnicista, a situação se mostra diferente. Jorge Amado só revela o destino do coronel na última página da obra, no *post-scriptum*:

Algum tempo depois, o coronel Jesuíno Mendonça foi levado a júri, acusado de haver morto a tiros sua esposa, dona Sinhazinha Guedes Mendonça e o cirurgião-dentista Osmundo Pimentel, por questão de ciúmes. Vinte e oito horas duraram os debates agitados, por vezes sarcásticos e violentos. Houve réplica e tréplica, dr. Maurício Caíres citou a Bíblia, recordou escandalosas meias pretas, moral e devassidão. Esteve patético. Dr. Ezequiel Prado, emocionante: já não era Ilhéus terra de bandidos, paraíso de assassinos. Com um gesto e um soluço, apontou o pai e a mãe de Osmundo em luto e em lágrimas. Seu tema foi a civilização e o progresso. (AMADO, 2008, p. 398)

Ao analisar o papel feminino na primeira década do século XX, Macena esclarece que:

A modernidade seria mudança bem vinda em vários aspectos, dentre eles, a modernização das cidades, o progresso material e moral e as inovações tecnológicas. [...] Mas, quando vão de encontro aos comportamentos definidos como femininos, o que possuía valor era a tradição, a reafirmação dos papéis de gênero tradicionais. (MACENA, 2010, p. 60)

Considerações finais

Em *Gabriela, Cravo e Canela*, Jorge Amado demonstra como o progresso material chega conjuntamente com um sentido civilizacional, mas como dito pelo arguto narrador, e aqui o reafirmamos, “mais lentamente porém evoluíam os

costumes” (AMADO, 2008, p. 12). As personagens femininas na obra, cada qual a sua maneira, buscam transcender a essa ordem patriarcal, são resistência aos desmandos dos homens, vistos os exemplos citados. Malvina deixara a cidade e a família em busca de independência. Dona Sinhazinha, vítima de um marido abusivo, apaixonada pelo dentista Osmundo, entregara-se ao amor do amante e fora vitimada pelo marido. A visão da mulher enquanto objeto de sujeição aos desígnios do homem não está apenas nas ações dos coronéis, percorre toda a história, está em Nacib indeciso se casa ou não com sua amada Gabriela, representada na obra como símbolo de liberdade, “mulata[...] cor de canela” (AMADO, 2008, p. 187, grifo nosso) sexualizada pelos homens de Ilhéus:

Mas como casar com Gabriela, cozinheira, mulata, sem família, sem cabaço, encontrada no mercado dos escravos? Casamento era com senhorita prendada, de família conhecida, de enxoval preparado, de boa educação, de recatada virgindade. Que diria seu tio, sua tia tão metida a sebo, sua irmã, seu cunhado engenheiro-agrônomo de boa família? Que diriam os Ashcar, seus parentes ricos, senhores de terra, mandando em Itabuna? Seus amigos do bar, Mundinho Falcão, Amâncio Leal, Melk Tavares, o Doutor, o Capitão, dr. Maurício, dr. Ezequiel? Que diria a cidade? Impossível sequer pensar nisso, um absurdo. No entanto, pensava. (AMADO, 2008, p. 223)

O progresso e a civilização irradiam por uma Ilhéus nos anos de 1920, o tempo dos coronéis está com os dias contados, a *belle époque* terá seu fim anunciado.

O tempo é visto como um *continuum* entre dois polos que especificam seu ponto de partida e seu *telos*, situado no polo que assinala a sempre renovada conquista do *progresso* e da *civilização*, marcado como um sinal de positividade e oposto ao polo do atraso e da barbárie, negativado. (NEVES, 2008, p. 23, grifo do autor)

É um Jorge Amado situado na década de 1950 olhando para a década de 1920 quem escreve *Gabriela...* Prado (2008, p. 19) esclarece que “a ideia de progresso que imperou desde os finais do século XIX, fora substituída pela de desenvolvimento”. Os anos de 1950, no Brasil, testemunharam diversos rearranjos em um sentido desenvolvimentista, acentuando o processo de industrialização e de economia de mercado.

A junção da política econômica desenvolvimentista com a argúcia política fez com que a imagem de JK ao final de seu governo fosse a de um

presidente que soube quebrar os obstáculos que ainda existiam para o estabelecimento do capitalismo no Brasil. (PRADO, 2008, p. 23)

Em *Gabriela, Cravo e Canela*, Mundinho Falcão, engenheiro formado, representa a técnica aliada à vontade política, é aquele quem trouxe a ideia da dragagem do porto de Ilhéus e assim venceu contra a descrença e a ineficácia dos antigos coronéis. É aquele que deu fim ao “reino dos jagunços” (AMADO, 2008, p. 216) atribuído ao sistema coronelista.

Diversas vezes retardados, terminaram por fim os trabalhos da barra. Um novo canal, profundo e sem desvios, fora estabelecido. Por ele podiam passar sem perigo de encalhe os navios do Lloyd, do Ita, da “Bahiana” e, sobretudo, podiam entrar no porto de Ilhéus os grandes cargueiros, para ali receber diretamente os sacos de cacau. [...] O Doutor esteve à altura de sua fama no discurso de saudação onde comparou o engenheiro-chefe a Napoleão, mas um Napoleão das batalhas da paz e do progresso, vencedor do mar aparentemente indomável do rio traiçoeiro, das areias inimigas da civilização, dos ventos tenebrosos, podendo contemplar com orgulho, do alto do farol da ilha de Pernambuco, o porto de Ilhéus por ele “libertado da escravidão da barra, aberto a todas as bandeiras, a todos os navios, pela inteligência e dedicação dos nobres engenheiros e competentes técnicos”. (AMADO, 2008, p. 388-389)

O tecnicismo de Mundinho soçobrou o mundo dos coronéis, então ineficazes em responder aos problemas que a própria modernidade trouxera. Ao dragar as areias do porto, maiores navios atracavam e, portanto, maiores as quantidades de sacas de cacau a serem exportadas. Mundinho, num gesto de aceno político, é convidado a comparecer em Salvador, para discorrer com o governador do Estado da Bahia sobre as futuras eleições municipais (AMADO, 2008, p. 377). Ilhéus mudava com constância,

cada dia uma novidade, uma nova agência de banco, novos escritórios de representação de firmas do sul e até do estrangeiro, lojas, residências. Há poucos dias, no Unhão, num velho sobrado, instalara-se a União dos Artistas e Operários, com seu Liceu de Artes e Ofício, onde estudavam rapazes pobres aprendendo a arte de carpintaria, de pedreiro, de sapateiro, com escola primária para adultos, destinada aos carregadores do porto, ensacadores de cacau, operários da fábrica de cacau. (AMADO, 2008, p. 389-390)

As mulheres na obra são resistência ao poder dos coronéis. A liberdade sexual de Gabriela, a emancipação de Malvina e a absoluta entrega de Sinhazinha Guedes Mendonça ao amor são forças que suplantaram o mandonismo dos homens. É a condenação do coronel Jesuíno Mendonça, muito mais do que seu

juízo, pelo assassinato da esposa com o amante que simboliza este novo tempo para Ilhéus. Em outros tempos, na cidade dominada pelos coronéis, a política do compadrio protegeria o proprietário de terras. No entanto, “*pela primeira vez, na história de Ilhéus, um coronel do cacau viu-se condenado à prisão por haver assassinado esposa adúltera e seu amante*” (AMADO, 2008, p. 398, grifo nosso).

Jorge Amado esmiúça em sua narrativa o coronelismo enquanto sistema político e social modificando a paisagem de Ilhéus e a mentalidade do seu povo. Violentos, os coronéis roubam as terras do povo pobre e trabalhador, utilizam da burocracia governamental para atestarem suas posses fraudulentas, contratam jagunços que ora lhes protegerão e ora serão os executores de seus crimes, embelezam a cidade com novas construções e promovem a vida cultural da elite ilheense.

Homem de seu tempo, Amado estava atento às discussões e disputas políticas, e é fundamental demarcar que

o abandono da militância comunista após 1956 não significou o fim dos seus compromissos com determinados setores da sociedade — prática que julgamos ser impossível a qualquer artista ou escritor. Jorge Amado apenas regressou ao seu engajamento difuso, construindo novas relações e, inclusive, mantendo mediações com intelectuais, instituições e segmentos da esquerda brasileira e internacional. Novos temas reivindicatórios que surgiram com maior vigor nas últimas décadas do século XX, como a liberdade social e sexual da mulher (causa de mobilização do movimento feminista), as questões ambientais (destacadas por diversas lutas ambientalistas), a independência das nações africanas de língua portuguesa e a defesa do patrimônio histórico material e imaterial (emergente com força em Salvador) e das culturas e religiões afro-brasileiras, estavam entre alguns dos novos engajamentos literários e sociais do escritor baiano. (PONTES, 2018, p. 493)

A civilização grapiúna tem no coronel uma de suas principais representações, mas também pertence a ela o povo pobre massacrado por essa mesma elite, os negros, os mascates, os intelectuais, os estrangeiros e as prostitutas que viram nas terras do sul da Bahia a esperança de modificarem suas vidas.

Referências Bibliográficas

AMADO, J. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMADO, J. **Navegação de Cabotagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- AMADO, J. **O Menino Grapiúna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARRUDA, L. G. **Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo**: continuando o debate conceitual. Natal: ANPUH, 2013.
- CAMILLOTTI, V.; NAXARA, M. R. C. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009. Editora UFPR.
- CHALHOUB, S. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, R. O Mundo como texto. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.
- COELHO, F. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras**, [S. l.], v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544>>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- DURÃO, F. A.; PERUCHI, C. Sobre o realismo socialista brasileiro de Jorge Amado. **Lit. teor. hist. crit.**, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 187-208, Jun. 2022.
- MACENA, F. F. **Madames, Mademoiselles, melindrosas**: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914). Dissertação (Pós-graduação em História) - Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/54384225-Madames-mademoiselles-melindrosas-feminino-e-modernidade-na-revista-fon-fon.html>>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- NEVES, M. de S. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. N. (org). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 13-44.
- PAES, J. P. Arte de Mestre. In: AMADO, J. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 399-409.
- PONTES, M. de M. **Jorge Amado**: entre engajamentos e a militância comunista (1929-1956). 2018. 527 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8432>>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- PRADO, M. E. Os Intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: O significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. **Historia Actual Online**, n. 15, p. 19-27, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2546980>>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- SANTOS, J. V. A literatura como fonte para a história: breves considerações. In: **Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas**, 2009.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

A boa morte na sociedade portuguesa do século XV

The good death in portuguese society of the 15TH century

Laura Felipe ROMANI¹

Resumo: Durante a Idade Média, questões como a baixa expectativa de vida, as altas taxas de mortalidade infantil e as epidemias tornaram a sociedade familiarizada com a morte. Além disso, a premissa cristã de vida após a morte era responsável por gerar um cuidado e atenção ao momento em que se estava prestes a morrer, a fim de que a alma estivesse preparada para ascender ao Paraíso. No século XV português, a morte torna-se uma questão ainda mais central: o recente surto de peste-negra serviu como um alerta à efemeridade da vida, e a possibilidade da morte repentina, reforçando ainda mais a necessidade da preparação para a morte e a exaltação da *boa morte*. O presente estudo busca compreender de que forma a *boa morte* poderia ser atingida nessa sociedade, usando como base as constituições presentes no Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, 1500.

Palavras-chave: Portugal; Idade Média; Morte.

Abstract: During the Middle Ages, issues such as low life expectancy, high child mortality rates and epidemics made the society of this period familiar with death. In addition, the Christian premise of life after death was responsible for generating care and attention to the moment in which one was about to die in order for the soul to be prepared to ascend to Heaven. In the Portuguese 15th century, death became an even more central issue: the recent outbreak of the Black Death served as a warning to the ephemerality of life and the possibility of sudden death, further reinforcing the need for preparation for death and the exaltation of the good death. The present study attempts to understand how the good death could be achieved in this society, using as a basis the constitutions present in the Synod of Dom Pedro Vaz Gavião, dated from 1500.

Keywords: Portugal, Middle Age, Death.

¹ Graduada em História pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) - Campus Franca.

Introdução

A promessa cristã de vida após a morte motivou diversos costumes e ritos na sociedade medieval portuguesa, sendo um importante elemento no estudo da sua cultura e moral. A reflexão acerca da morte baseava-se, sobretudo, nesse princípio religioso, mas também era fortemente influenciada pelos motivos mundanos, devido ao maior contato, durante o século XV, com a morte.

Entretanto, ainda que as pessoas deste período estivessem em maior contato com a morte, isso não necessariamente se traduzia em uma sociedade que não a temesse. A certeza de que havia uma vida após a morte, mesmo que reconfortante, gerava diversas obrigações em vida terrena, uma vez que o destino das almas poderia ser tanto positivo — caso fossem julgadas como merecedoras de ascender aos Céus — quanto negativo — se o caso fosse de uma alma julgada pecadora, cujo destino seria o inferno. Para além da dualidade céu e inferno, nos finais do século XII, uma outra esfera foi apresentada: o Purgatório.

Segundo Jacques Le Goff, o Purgatório é um local intermediário entre o Céu e o Inferno, onde certos mortos, cujos pecados eram *menores*, passam por uma série de provações a fim de que fosse aliviada sua pena e pudessem ascender ao Paraíso. O tempo que uma alma passaria no Purgatório era indefinido, e poderia variar segundo a gravidade e quantidade de pecados². Mais do que isso, as maiores angústias concentravam-se sobre a hora da morte, porque se a morte era certa, a hora era incerta.³ Assim, os sacramentos de cura e morte, além de responsáveis pela salvação da alma do moribundo, poderiam também aliviá-lo desse tormento gerado pela incerteza do momento da morte.

A preparação para o óbito, nesse contexto, era essencial, pois significava uma preparação para a salvação da alma⁴. Era de extrema importância que houvesse uma morte “prevista” para que os sacramentos pudessem ser aplicados e para que o indivíduo pudesse desfrutar de uma última chance de se confessar e pedir perdão pelos seus pecados cometidos em vida. A confissão ocupa papel de destaque nesse momento, mantendo-se como prática de purificação e instrução. O conhecimento da proximidade da morte, somado à preparação da alma, constituiu

² LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

³ COELHO, Maria Helena da Cruz. **Do corpo à alma: cuidar, dispor, crer (séculos XIV-XV)**. In: *Cuidar do Espírito e do Corpo entre o velho e os novos mundos (século XIII-XVII)*, 55-74. São Carlos: EDUFSCAR, 2019, p. 57.

⁴ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva de Bolso, 2012.

aquilo que ficou conhecido por *boa morte*.

Os sacramentos que constituíam as práticas de bem morrer eram previstos, sobretudo, nos sínodos — reuniões entre bispos, clérigos e autoridades seculares, cujo objetivo era analisar a vida da diocese para corrigir abusos e alterar costumes quando necessário. Tais reuniões eram especialmente relevantes, por serem responsáveis pela revisão de todos os aspectos da vida da sociedade da época, desde o nascimento até a morte dos indivíduos.⁵

Nesse sentido, o estudo dos ritos funerários responsáveis pela *boa morte* serve como um caminho para compreender o sentido desta inserido na moral cristã medieval, ressaltando-a como uma questão recorrente durante o período.

O sínodo de D. Pedro Vaz Gavião

O estudo foi norteado pelo uso do Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião como fonte principal. Celebrado em 12 de maio de 1500, este é o primeiro sínodo pertencente à cidade da Guarda de que se tem registro. O documento é composto por noventa e quatro constituições, entre as quais estão legislações que dizem respeito ao batismo, ao casamento, à administração da Igreja, aos comportamentos dos clérigos e leigos segundo a conduta cristã e ao objeto a que se dedica este estudo: o tratamento que deveria ser prestado àqueles em iminência de morte.

D. Pedro Vaz Gavião foi um prelado português e 28º bispo da Guarda, além de capelão-mor do rei D. Manuel.⁶ Como dito, em 12 de maio de 1500, celebrou um sínodo na Guarda. As constituições sinodais nele promulgadas foram impressas em Salamanca.⁷ A ortografia do texto das constituições sofreu uma certa atualização na transcrição para que a leitura fosse facilitada, sem que o sentido se perdesse⁸.

A análise desta fonte, neste estudo, concentrou-se nas constituições que tratam deste último tema, sendo quatorze das noventa e quatro, e deu-se em

⁵ FERNÁNDEZ, Jaime Justo. **Los libros en los Sínodos medievales de la Península Ibérica**. In: Revista Española de Derecho Canónico, ISSN 0034-9372, Vol. 71, Nº 176, 2014, págs. 165-207

⁶ CASTRO, José Osório da Gama e. **Diocese e distrito da Guarda: série de apontamentos históricos e tradicionaes sobre as suas antiguidades, algumas observações respeitantes à actualidade e notas referentes à cathedral egitaniense e respectivos prelados**. Porto: Typographia Universal, 1902.

⁷ Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, Guarda, 12 de maio de 1500. In: GARCIA Y GARCIA, Antonio (dir.) – **Synodicon Hispanum: Vol. II, Portugal**. Madrid: Editorial Católica, 1982, p. 223.

⁸ *Ibid.*, p. 224.

busca de investigar os costumes ditados pela Igreja acerca dos processos do rito funerário, visando, por último, compreender como foi concebida a morte na sociedade portuguesa dos finais do século XV.

A partir das constituições sinodais analisadas, foi possível traçar aquilo que a Igreja considerava ideal, tratando-se da preparação para a morte — os meios para alcançar a boa morte e conquistar a possibilidade de um pós-morte positivo —; o que é importante para compreender o caráter moral dessa instituição em um período de grandes mudanças em relação ao que se esperava do pós-morte.

Pautando-se na ideia de que cada civilização se define pela maneira como enterra seus mortos e pelo modo como a morte é vivida e representada⁹, a investigação levantou elementos na fonte que situam o momento que antecede a morte, com foco nas personagens envolvidas, seus papéis e as funções que lhe estavam destinadas para que o cerimonial, mais do que uma preparação para a morte, se configurasse como um apresto para a salvação da alma, através das práticas que constituem a boa morte.

A morte em Portugal durante a Idade Média

Em um primeiro momento, a partir do tratado *O cuidado devido aos mortos*, de Santo Agostinho, escrito no século V, a preocupação com a morte estava mais ligada à alma do que ao corpo físico: era recomendado que se encomendasse eucaristia e esmola em intenção aos mortos, sem nenhum registro de prática específica ao corpo morto ou prestes a morrer. Entre o fim do século XII e início do século XIII, novas práticas sociais e certas mudanças nas crenças, sintetizadas no IV Concílio de Latrão¹⁰, posicionaram as confissões no centro da vida cristã, individualizando a morte. Ou seja, se antes a morte era uma certeza que não levantava grandes preocupações, agora o momento em que ela iria ocorrer deveria ser certo, para que o indivíduo pudesse se confessar.

Nesse processo de individualização da morte, surge a preocupação com a salvação da alma, assim, práticas que envolviam a preparação para o falecimento começaram a ser comuns, concentrando-se na confissão e no perdão. Ao mesmo tempo, é também a partir do século XIII que os ritos funerários da Igreja triunfam

⁹ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 120.

¹⁰ GARCIA Y GARCIA, Antonio. **Historia del Concilio IV Lateranense de 1215**. Salamanca: Centro de Estudios Orientales y Ecuménicos <<Juan XXIII>> 2005, p. 15-17.

sobre os usos habituais. Os corpos dos defuntos trocam as casas pelas igrejas, que regulamentam os funerais¹¹.

O século XV português foi marcado por uma baixa demográfica resultante do surto de Peste Negra no século XIV, em somatória a outras epidemias que atingiram a Península Ibérica nesse mesmo período. Além disso, as problemáticas comuns à Idade Média, como a alta taxa de mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida — devidas a uma medicina que, na época, não era capaz de sanar grande parte dos problemas de saúde enfrentados pela população —, também se faziam presentes.

Nesse cenário, é possível afirmar que a sociedade portuguesa do Quatrocentos estava habituada com a morte — mais do que isso, a Peste Negra e as epidemias faziam com que a morte repentina se tornasse ainda mais comum, agravando o medo dela. Segundo as historiadoras Jole Agrimi e Chiara Crisciani, a peste introduziu na Idade Média, de maneira brutal, uma morte de tipo novo, repentina e selvagem¹², fazendo com que os ritos funerários fossem reduzidos ao máximo e os cuidados devidos ao corpo fossem descumpridos. De modo geral, esse era um cenário comum àquela região, que atualmente compõe a Europa: não é coincidência que as representações da Dança Macabra¹³ tenham se tornado comuns a partir do século XIV na França. É também nesse período que os temas acerca do Juízo Final se popularizam nas igrejas e capelas através da pintura¹⁴, cujas representações eram compostas pela imagem do Paraíso, contendo a imagem de Cristo julgando o destino das almas, o que incutiu no imaginário da sociedade quatrocentista, que era majoritariamente analfabeta, a compreensão do sentido bíblico de se levar uma vida regrada e cuidar dos corpos para que o destino de suas almas fosse positivo.

Há, ainda, a presença da *Ars Moriendi*: um manual produzido no início do

¹¹ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 123.

¹² ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva de Bolso, 2012.

¹³ As Danças Macabras são uma expressão literária e iconográfica que representam a morte personificada, destacando o seu caráter infalível, imprevisível e universal. Presentes em poemas, afrescos, gravuras e telas, representam um desfile de personagens, misturando-se os vivos e os mortos, colocados lado a lado, como uma fila, retratando todas as camadas sociais, do mais poderoso ao mais humilde. (CASTRO, 2020, p. 73). Eram uma espécie de meio para que os vivos se lembrassem da inevitabilidade da morte e estivessem sempre preparados para tal.

¹⁴ RIBEIRO, Maria E. de Barros. **O indivíduo entre o corpo e a alma (séculos XII-XV)**. In: Cuidar do Espírito e do Corpo entre o velho e os novos mundos (século XIII-XVII), 19-38. São Carlos: EDUFSCAR, 2019.

século XV com o intuito de orientar as pessoas a alcançar uma *boa morte*.¹⁵ Esses manuais eram difundidos em toda a sociedade dada sua característica compacta, e contavam com gravuras de moribundos em seus leitos de morte rodeados por familiares e clérigos, bem como por demônios. Observa-se, portanto, a luta pela qual a alma passava nesse momento, cuja vitória deveria ser de mérito dos clérigos e familiares, que conseguiriam expulsar os demônios, permitindo que a alma descansasse em paz e, assim, obedecesse à vontade divina.

A promessa cristã de vida após a morte, mesmo que reconfortante, gerava diversas obrigações na vida terrena para que um destino positivo fosse alcançado no Juízo Final. Mais do que isso, as maiores angústias concentravam-se sobre a hora da morte, porque se a morte era certa, a hora era incerta.¹⁶ Assim, os sacramentos de cura e morte, além de responsáveis pela salvação da alma do moribundo, poderiam também aliviá-lo desse tormento gerado pela incerteza do momento da morte. Portanto, ainda que as pessoas deste período estivessem em maior contato com a morte, isso não necessariamente se traduzia em uma sociedade que não a temesse, pelo contrário, é possível observar, durante o século XV, uma certa obsessão para se conquistar a *boa morte*.

A conquista da *boa morte*

Para que a *boa morte* fosse alcançada, era necessário seguir os sacramentos propostos pela Igreja. Os sacramentos que constituíam as práticas de *bem morrer* eram previstos, sobretudo, nos sínodos — reuniões entre bispos, clérigos e autoridades seculares cujo objetivo era analisar a vida da diocese para corrigir abusos e alterar costumes quando necessário, sendo responsáveis pela revisão de todos os aspectos da vida da sociedade da época, desde o nascimento até a morte dos indivíduos.¹⁷ Os sínodos são compostos pelas constituições sinodais, que são capazes de nos apontar ideias próximas da realidade eclesial e mesmo social de uma época.¹⁸ As constituições sinodais eram, em sua maioria,

¹⁵ SANTOS, Dominique; SONGALIO, Alisson. **A Ars Moriendi e a construção da “boa morte”: práticas pela salvação da alma no século XV**. Brathair — Revista de Estudos Celtas e Germânicos, v. 17, n. 1, p.21.

¹⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz. **Do corpo à alma: cuidar, dispor, crer (séculos XIV-XV)**. In: Cuidar do Espírito e do Corpo entre o velho e os novos mundos (século XIII-XVII), 55-74. São Carlos: EDUFSCAR, 2019, p. 57.

¹⁷ FERNÁNDEZ, Jaime Justo. **Los libros en los Sínodos medievales de la Península Ibérica**. In: Revista Española de Derecho Canónico, ISSN 0034-9372, Vol. 71, Nº 176, 2014, págs. 165-207.

¹⁸ BELINQUETE, José. **A História da Catequese em: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste**. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2011. v. 1.

destinadas aos clérigos que não tinham acesso facilitado aos estudos superiores e, portanto, serviam às igrejas rurais.¹⁹

Aponta o autor que o ministério sacerdotal tem como objetivo primordial a cura de almas que, segundo ele, consiste no ensino da doutrina cristã e na santificação dos fiéis pela administração dos sacramentos. No período medieval essa administração dos sacramentos era dirigida de maneira especial aos doentes, o ensino da doutrina cristã era rudimentar, basicamente reduzido a fórmulas.

Para a aplicação dos sacramentos, os clérigos se baseavam em alguns indicativos, como sintomas de doenças. Entretanto, nem sempre esses sinais tinham suas raízes no mundo material, fazendo com que fossem de difícil interpretação para a população leiga. Desse modo, era aconselhável que eles estivessem sempre em preparação, com suas obrigações cristãs em dia.²⁰ De qualquer maneira, conforme consta na fonte, era imprescindível que os reitores de cura²¹ estivessem preparados para qualquer solicitação que um enfermo pudesse fazer.

As práticas previstas no Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião consistiam nos sacramentos de cura, de comunhão e de confissão, os testamentos, a extrema-unção e as exéquias. Os sacramentos de cura deveriam ser aplicados quando fosse notificada a enfermidade; o primeiro passo, portanto, era tentar fazer com que o enfermo fosse curado e se mantivesse vivo. Caso não fosse obtido sucesso, era necessário aplicar os sacramentos de comunhão e confissão, sendo a parte mais importante para se alcançar a *boa morte*, pois, ainda que o indivíduo escolhesse entre os caminhos que o levariam ao paraíso e os caminhos que o levariam ao inferno durante toda sua vida, os momentos anteriores à morte eram os mais importantes, por eternizarem suas escolhas.²²

O sacramento de cura, sendo o primeiro aplicado aos enfermos, não lhes poderia ser negado. Entretanto, como apontado na constituição vinte e nove, era imprescindível que a prática fosse autorizada previamente pela igreja e aquele que

¹⁹ LIMA, Jorge Henrique Oliveira de. **Os pecados dos homens de Deus: uma análise do Tratado de Confissom e do Sacramental, Portugal século XV**. Rio de Janeiro, 2020.

²⁰ VIVANCO, Laura. **Death in Fifteenth-Century Castile: Ideologies of the elites**. Nova Iorque: Tamesis, 2004.

²¹ Os reitores de cura aparecem na fonte também como reitores ou cura. Eram os clérigos responsáveis pela administração dos sacramentos aplicados aos moribundos.

²² VIVANCO, Laura. **Death in Fifteenth-Century Castile: Ideologies of the elites**. Nova Iorque: Tamesis, 2004.

não o fizesse deveria ser preso e, na cadeia, pagar uma multa de quinhentos *reaes*.²³ A cura, nesse contexto, relaciona-se mais à cura da alma do que à cura do corpo, que estava prevista nos tratados médicos.

Para que a confissão fosse aplicada devidamente, era necessário seguir as orientações clericais. Entre os séculos XIII e XV, há uma abundante difusão dos Manuais de Confessores na Europa. Pregadores e moralistas insistiam na necessidade de confissão frequente, embora a maioria dos fiéis se limitasse a confessar na Páscoa ou em caso de perigo de morte. No século XV, a confissão já se constitui como uma prática profundamente enraizada. Mesmo não sendo frequentemente realizada pelos fiéis, a compreensão de que ela é um meio para obter o perdão dos pecados e acender dignamente à eucaristia já se faz muito presente.²⁴ Observa-se, na fonte, que era sabido entre os clérigos que os fiéis comuns pouco se confessavam, o que gerava um certo descontentamento entre aqueles que efetivamente faziam parte da Igreja. Entretanto, a fonte também indica que nenhum cristão era obrigado a se confessar mais do que uma vez por ano; motivo pelo qual a maioria decidia se confessar apenas na Páscoa. Sendo o sacramento mais importante, a presença dos confessores junto aos doentes por vezes se tornava mais importante que a do médico, uma vez que as almas possuíam mais valor que os corpos.²⁵

Tamanha era a magnitude da comunhão, que há, no Sínodo de 1500, uma constituição que trata exclusivamente da forma como esse sacramento deveria ser levado aos enfermos. Era recomendado que fossem levados dois, um para o enfermo e outro para que voltasse a Igreja, devendo ser o transporte feito de modo que o sacramento fosse coberto e protegido do exterior. Aos que acompanhassem o transporte e a aplicação deste, seriam outorgados quarenta dias de perdão.²⁶ A comunhão era aplicada na casa dos enfermos, caso a doença estivesse em um estágio extremamente avançado, ou caso estes residissem a mais de meia légua da igreja onde eram fregueses. Nesses casos, era permitido que se levantasse altar fora da igreja, tendo em vista a necessidade extrema da realização da

²³ Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, Guarda, 12 de maio de 1500. In: GARCIA Y GARCIA, Antonio (dir.) – **Synodicon Hispanum: Vol. II, Portugal**. Madrid: Editorial Católica, 1982, p. 241.

²⁴ FLOREZ, Gonzalo. **Penitencia y Unción de enfermos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1993.

²⁵ LANGUM, Virginia. **Medicine and the seven deadly sins in late medieval literature and culture**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, p. 29-81.

²⁶ Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, Guarda, 12 de maio de 1500. In: GARCIA Y GARCIA, Antonio (dir.) – **Synodicon Hispanum: Vol. II, Portugal**. Madrid: Editorial Católica, 1982, p. 232.

confissão antes da morte.²⁷ A 13ª constituição ressalta a importância de não se enterrar em solo sagrado aqueles que morreram sem a confissão, condenando os priores e capelães de cura que não cumprissem a pagar uma multa.²⁸

Os testamentos eram uma parte também muito importante do rito. Eles ressurgem como algo necessário entre os membros da sociedade a partir do século XIII²⁹ e traduziam uma maneira de os homens se desprenderem de todas suas posses mundanas, evitando a avareza, um dos sete pecados capitais. Além disso, era também o documento que continha as vontades do morto acerca de seu funeral e enterro. Dado o exato momento da morte ser imprevisível, os testamentos normalmente eram feitos e alterados ao longo da vida. Entretanto, existem também os casos em que, acometida por uma doença repentina, a pessoa se via na obrigação de escrevê-lo no leito de morte.³⁰ A constituição oitenta e nove do Sínodo de 1500 garante que todos aqueles que recebiam os sacramentos de cura e morte poderiam fazer livremente seus testamentos ou destinar seus bens a outros de qualquer maneira que julgassem correta. Ainda sobre os testamentos, a constituição noventa atenta para que todo testamenteiro cumprisse o que fora previsto no testamento em até um ano, o que reforça também a importância de tal documento.

A extrema-unção é uma prática referida na bibliografia, mas pouco mencionada na fonte: apenas a constituição quinze atenta para sua aplicação, determinando que era de extrema importância que o enfermo recebesse a unção para que não falecesse sem ela e que, para sua aplicação, deveriam estar presentes pelo menos dois clérigos.³¹ Laura Vivanco aponta que os locais de aplicação estavam associados ao pecado, ou seja, os órgãos dos sentidos (olhos, ouvidos, nariz, boca e mãos — representando a pele) e os órgãos sexuais, associados ao pecado da luxúria (VIVANCO, 2004, p. 48). Normalmente, segundo os evangelhos, a unção poderia ser feita com perfume ou azeite.³²

²⁷ *Ibid.*, p. 232.

²⁸ *Ibid.*, p. 233.

²⁹ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

³⁰ BEIRANTE, Maria Ângela. **Territórios do Sagrado: crenças e comportamentos na Idade Média em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

³¹ Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, Guarda, 12 de maio de 1500. In: GARCIA Y GARCIA, Antonio (dir.) — **Synodicon Hispanum: Vol. II, Portugal**. Madrid: Editorial Católica, 1982, p. 234.

³² FLOREZ, Gonzalo. **Penitencia y Unción de enfermos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1993, p. 320.

Por fim, as exéquias condizem com as práticas adotadas quando o indivíduo finalmente morre. Segundo a fonte, elas não poderiam ser feitas aos domingos e em dias de festa destinados a Jesus Cristo e à Virgem Maria, por estes serem dias sagrados. Além disso, a constituição vinte e seis orienta que nenhum beneficiado na Sé compareça às exéquias (cortejos), caso não seja chamado.³³ Alguns costumes nos cortejos, como choros exagerados, automutilação facial, arranque de cabelos ou carícias e beijos nos mortos eram condenados pela Igreja por remeterem às tradições pagãs. Poderiam apenas ser feitas as preces pela alma. Na prática, esse costume era muito difícil de ser combatido: o costume pagão de contratar carpideiras³⁴ persistiu durante a Idade Média, apesar das proibições da Igreja.³⁵

A preocupação com os sacramentos e a sua administração era um cuidado recorrente entre os bispos portugueses na Idade Média. A recorrência destes nas constituições sinodais traduz a necessidade de transmitir ao clero diocesano as linhas fundamentais da sua administração.³⁶ Sobre as obrigações dos reitores de cura, a constituição quatorze, presente no Sínodo de 1500, configura-se como um bom exemplo, ao indicar que deveriam ser solícitos em saber se havia na freguesia algum enfermo para quem pudessem ser ministrados os sacramentos da confissão e comunhão e a extrema-unção. Além disso, como posto por Jorge Henrique Oliveira de Lima, era comum que os curas se desviassem frequentemente de suas funções e obrigações — o que contribuiu para a crise moral da Igreja —, nesse sentido, foram escritas as obras *Sacramental e Tratado de Confissom*, a fim de instruí-los, sendo outros documentos que se juntam aos Sínodos nesta finalidade.³⁷

Aqueles que seguissem os sacramentos propostos esperavam pela boa morte, que, como posto por Fernández, é uma constante na teologia medieval.

O descumprimento das práticas preparatórias resultaria não só na *má morte*, que implicava em um diferente destino da alma, mas em um sepultamento

³³ Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, Guarda, 12 de maio de 1500. In: GARCIA Y GARCIA, Antonio (dir.) – **Synodicon Hispanum: Vol. II, Portugal**. Madrid: Editorial Católica, 1982, p. 240.

³⁴ Eram mulheres contratadas para chorarem e se lamentarem de forma exagerada pelos defuntos. Era comum que as carpideiras não conhecessem os mortos pelos quais choravam.

³⁵ MARQUES, A. H. Oliveira. A morte. In: **A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana**. 6ª edição, p. 249-260. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 253.

³⁶ MARQUES, Maria Alegria F. **O saber e os saberes na Idade Média**. In: Hist. R., Goiânia, v.18, n. 1, p. 91-120, jan. / jun. 2013.

³⁷ LIMA, Jorge Henrique Oliveira de. **Os pecados dos homens de Deus: uma análise do Tratado de Confissom e do Sacramental, Portugal século XV**. Rio de Janeiro, 2020.

diferente, como visto na fonte e na literatura: caso alguém morresse sem os sacramentos, era obrigação do pároco verificar se este havia se confessado no ano de sua morte. Se a confissão não tivesse sido realizada, os rituais de inumação não poderiam ser atendidos — ou seja, não haveria cerimônias, o corpo não poderia ser enterrado nos locais sagrados (igrejas e cemitérios), uma espécie de materialização da recusa de sua alma aos céus.³⁸

Conclusão

Vale ressaltar que a fonte não faz distinção a quais setores da sociedade seriam aplicados os sacramentos, provavelmente devido ao fato de que, sendo um documento oficial, ele deveria atender à sociedade como um todo, portanto, o rito é apresentado de uma forma mais generalista, sem muitos detalhes. Entretanto, a bibliografia aponta diferenças entre os ritos da nobreza e os ritos da população comum. A. H. de Oliveira Marques ressalta que o tratamento dos cadáveres dependia da sua categoria social: os membros da nobreza e altos dignatários da Igreja eram tratados com substâncias aromáticas para evitar a deterioração dos corpos, num processo análogo ao embalsamamento. Essa parcela da sociedade também era destinada a ser enterrada dentro das igrejas. Em relação à população comum, o enterro era simples: eram inumados em cemitérios em vala comum, o enterro nesse caso era de responsabilidade das confrarias.

O Sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, ao trazer as constituições que regulamentavam a maneira como se deveria morrer e ressaltar a necessidade de que se cumprissem os ritos que antecederiam o óbito, se integra como uma importante fonte para o estudo da morte e dos sacramentos e ritos. De maneira geral, o *bem morrer* se constituiu no século XV português como um aspecto de extrema relevância, cujo cumprimento estava relacionado à realização da vontade de Deus, uma vez que, na ressurreição, Deus revela em seu Filho o destino final de suas criaturas, demonstrando que não foram feitos para o abismo da morte, mas para a plenitude da vida eterna.³⁹ Desse modo, ele se configurava como um presente divino, uma preparação adequada para a vida eterna.

³⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. **Do corpo à alma: cuidar, dispor, crer (séculos XIV-XV)**. In: *Cuidar do Espírito e do Corpo entre o velho e os novos mundos (século XIII-XVII)*, 55-74. São Carlos: EDUFSCAR, 2019.

³⁹ BOCK, Vanderlei Mengue. **O culto aos mortos como lugar teológico a partir do tratado: o cuidado devido aos mortos em Santo Agostinho**. Porto Alegre, 2018.

Referências Bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe (ed.). **Historia de los Concilios Ecumenicos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva de Bolso, 2012.

BEIRANTE, Maria Ângela. **Territórios do sagrado: crenças e comportamentos na Idade Média em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

BELINQUETE, José. **A História da Catequese em: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste**. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2011. v. 1

BOCK, Vanderlei Mengue. **O culto aos mortos como lugar teológico a partir do tratado: o cuidado devido aos mortos em Santo Agostinho**. Porto Alegre, 2018.

BREAT, Herman; VERBEKE, Werner. **A morte na Idade Média**. Ensaios da cultura 8, Edusp, 1996.

CASTRO, D. H. A. de. **A iconografia da morte no final da Idade Média: um estudo sobre a Dança Macabra**. Ícone: Revista Brasileira de História da Arte, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 62–85, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/icone/article/view/107550>.

CASTRO, José Osório da Gama e. **Diocese e districto da Guarda: série de apontamentos históricos e tradicionaes sobre as suas antiguidades, algumas observações respeitantes à actualidade e notas referentes à cathedral egitaniense e respectivos prelados**. Porto: Typographia Universal, 1902.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Do corpo à alma: cuidar, dispor, crer (séculos XIV-XV). In: **Cuidar do Espírito e do Corpo entre o velho e os novos mundos (século XIII-XVII)**, 55-74. São Carlos: EDUFSCAR, 2019.

FERNÁNDEZ, Jaime Justo. **Los libros en los Sínodos medievales de la Península Ibérica**. In: Revista Española de Derecho Canónico, ISSN 0034-9372, Vol. 71, Nº 176, 2014, págs. 165-207.

FLOREZ, Gonzalo. **Penitencia y Unción de enfermos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1993.

KORPIOLA, Mia; LAHTINEN, Anu. **Cultures of death and dying in Medieval and Early Modern Europe: an introduction**. COLLeGIUM, v. 18, p. 1-31, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10138/154762>

LANGUM, Virgínia. **Medicine and the seven deadly sins in late medieval literature and culture**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, p. 29-81.

LIMA, Jorge Henrique Oliveira de. **Os pecados dos homens de Deus: uma análise do Tratado de Confissão e do Sacramental, Portugal século XV**. Rio de Janeiro, 2020.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Ana Mafalda Pereira. **O luto em Portugal: da corte à gente comum (séculos XV-XVI)**. Medievalista, n. 22, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/medievalista.1360>

MARQUES, A. H. Oliveira. A morte. In: **A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana**. 6ª edição, p. 249-260. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, Maria Alegria F. **Clérigos medievais: aspetos do quotidiano**. Revista Portuguesa de História, v. 47, p. 13-34, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4147_47_1

_____. **O saber e os saberes na legislação sinodal portuguesa da Idade Média**. História Revista, v. 18 n. 1, p. 91-120, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v18i1.29906>

MARTINS, Moisés de Lemos. **O corpo morto: mitos, ritos e superstições**. Revista Lusófona de Estudos Culturais, v. 1, n. 1, p. 109-134, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.115>

MATTOSO, José. **História da vida privada em Portugal**. Vol. I: A Idade Média. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

MITRE, Emilio. **Morir en la Edad Media: los hechos y los sentimientos**. Madrid: Cátedra, 2019.

NUNES, Maria Margarida Ataíde. **A morte em Lisboa na Idade Média: contributo arqueológico (séculos XII-XV)**. Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. Nascer e morrer, em Portugal, na Idade Média. In: **Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade**. Coordenação: Carolina Esteves Soares, Carolina Rufino, Francisco Isaac, José Malheiro Magalhães. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018.

PEREIRA, Isaías da Rosa. **A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses**. Lusitania Sacra, n. 10, p. 37-74, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1978.8344>

RIBEIRO, Maria E. de Barros. O indivíduo entre o corpo e a alma (séculos XII-XV). In: **Cuidar do Espírito e do Corpo entre o velho e os novos mundos (século XIII-XVII)**, 19-38. São Carlos: EDUFSCAR, 2019.

SANTOS, Dominique; SONGALIO, Alisson. **A Ars Moriendi e a construção da “boa morte”: práticas pela salvação da alma no século XV**. Brathair — Revista de Estudos Celtas e Germânicos, v. 17, n. 1. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1234>

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Patrícia Marques de. **O Ofício dos Mortos: ritos e iconografias em Livros de Horas (século XV)**. Atas da XI Semana de Estudos Medievais. Rio de Janeiro, 2017.

VIVANCO, Laura. **Death in Fifteenth-Century Castile: Ideologies of the elites**. Nova Iorque: Tamesis, 2004.

A HUMANIDADE DE MONSTROS: O SOLDADO ALEMÃO NO FRONT RUSSO (1942-1945)

The Humanity of Monsters: The German Soldier on the Russian Front (1942
- 1945).

Mateus NOGUCHI¹

RESUMO: Este artigo tem como tema as memórias do soldado alemão, que combateu no *front* russo, durante a Segunda Guerra Mundial. Como o soldado alemão se percebia, quais eram suas opiniões sobre a situação em que se encontrava, quais seus medos, aspirações, ansiedades e esperanças. Para alcançar as respostas a essas indagações, foram utilizados dois livros escritos por combatentes do exército alemão, homens que serviram de 1942 a 1945 no front russo, soldados que escreveram suas memórias, recordando seu tempo de serviço e seu dia a dia na guerra contra a União Soviética. Com base nesses livros, objetiva-se traçar a identidade do soldado alemão por meio da análise de suas memórias, a identidade está construída pelos próprios soldados.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial; Soldado alemão; memória; trauma; identidade.

ABSTRACT: This article has as its theme the memories of German soldiers who fought on the Russian front, during the Second World War. How did the German soldier perceive himself, what were his opinions about the situation in which he found himself, what were his fears, aspirations, anxieties and hopes. To achieve the answers to these questions, we use two books written by German army combatants, men who served from 1942 to 1945 on the Russian front, soldiers who wrote their memoirs, recalling their time of service and their daily life in the war against the Soviet Union. Based on these books, we aim to trace the identity of the German soldier through the analysis of his memories, the identity is constructed by the soldiers themselves.

KEYWORDS: Second World War; German Soldier; Memory; Trauma; Identity.

¹ Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Franca.

Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha Nazista invadiu a Polônia, país vizinho recém reinstituído depois da derrota da Alemanha e de seus aliados na Primeira Guerra Mundial, e constituído a partir de antigos territórios germânicos. Adolf Hitler, líder alemão da época, ao invadir seu vizinho, deu início à Segunda Guerra Mundial, o conflito mais mortal e devastador da história.

Nos cinco anos de combate que se seguiram, a Alemanha experienciou dois deles de apogeu sobre a Europa, quando todas as suas campanhas militares tiveram como resultado vitórias estrondosas. A Polônia caiu em um mês, a Dinamarca capitulou imediatamente depois da declaração de guerra alemã, a Noruega foi derrotada em dois meses (e se configurou como uma das invasões marítimas mais arriscadas, até então). Por fim, rendeu-se a França, um dos principais rivais da Alemanha, país que resistiu diversas ofensivas durante os quatro anos de combate na Primeira Guerra e, para a surpresa de todos, vencida em pouco mais de um mês. O mundo observou com espanto a bandeira nazista sendo estada por diversos países, a suástica engolindo a Europa. A máquina de guerra alemã parecia imbatível e a Wehrmacht², não encontrava adversários à sua altura.

Da queda da França, em 25 de junho de 1940, até a invasão da União Soviética, (URSS) em 22 de junho de 1941, praticamente um ano, a Inglaterra foi o único país a desafiar Hitler, resistindo em sua ilha e combatendo no Norte da África, até 22 de junho de 1941, quando a Alemanha lançou a famosa operação de invasão à União Soviética, chamada Operação Barbarossa.

Tal operação foi o maior empreendimento nazista, até então. A imensidão da Rússia gerou a necessidade de uma quantidade considerável de material bélico e soldados; além disso, o que os generais alemães chamaram de “O fantasma de Napoleão”, os assombrava. Os planos previam a tomada da capital soviética, Moscou, antes da chegada do inverno. Os alemães esperavam uma vitória rápida e decisiva, um nocaute no primeiro round, por assim dizer. Hitler chegou a se referir à União Soviética como um barraco frágil, que bastava chutar a porta para que o resto desabasse. Ele não poderia estar mais errado, como se pode notar no tão eloquente relato deste soldado alemão, nos primeiros momentos da invasão:

Não esquecerei jamais o primeiro ataque maciço da infantaria soviética que enfrentamos, desde nossa chegada à frente de batalha, em agosto de 1941.

² Às vezes referido como Forças Armadas Alemãs ou como somente o Exército Alemão, mais comumente referente somente ao Exército.

[...] Os primeiros sinais de um ataque iminente começaram por uma curta preparação de artilharia que se abateu à distância por trás de nossas linhas [...] A uma grande distância de nossas posições apareceram em seguida linhas de homens com uniformes marrons. A primeira atravessou um pequeno riacho, seguida a 200 metros por uma segunda. Uma terceira, uma quarta e enfim uma quinta onda saíram literalmente da terra. [...]

A 600 metros de distância, abrimos fogo e todos os grupos da primeira onda foram liquidados, à exceção de alguns sobreviventes que continuavam a avançar. [...] A segunda onda conseguiu aproximar-se mais de nosso centro, não sem sofrer perdas importantes; os homens avançavam penosamente, saltando por cima dos corpos daqueles que tinham caído antes. A uma ordem, eles se lançaram correndo, dando um grito sombrio, cavernoso, que pareceu interminável. [...] As três primeiras ondas foram finalmente abatidas pelo nosso fogo. Mas os sobreviventes continuaram a avançar rastejando, procurando atingir oficiais ou metralhadores.

A progressão da quarta vaga foi ainda mais lenta, atrapalhada por cadáveres que recobriam o terreno. Inconscientes do perigo, alguns de nossos homens atiravam de pé sobre os assaltantes. As metralhadoras esquentavam terrivelmente e era preciso trocar os tubos. [...] Uma hora depois, sofremos um novo assalto de cinco ondas sucessivas. Elas também foram eliminadas. O mesmo aconteceu num terceiro e num quarto ataques. O número de nossos adversários parecia interminável. Os russos renovaram esses assaltos durante três dias e mesmo durante a noite. Eles acabaram parando e recuaram, deixando-nos avançar durante dois dias sem a menor oposição. Essa série de ataques nos havia esgotado. Para dizer a verdade, estávamos assustados. Durante esses dias de outono, vários dentre nós começaram a compreender que a guerra contra a União Soviética seria bem mais imponente do que o previsto, e um sentimento de desânimo, ligado ao medo do desconhecido, tomou conta de nós. Estávamos ainda convencidos de ganhar, mas já sabíamos que essa guerra seria longa, difícil e cruenta (MASSON, 2010, pp. 351-352).

Os primeiros anos da invasão foram realmente marcados por diversas vitórias alemãs. Soldados russos se renderam aos milhares, contabilizando três milhões somente no primeiro ano da ofensiva. A máquina de guerra soviética parecia lenta e incapaz de competir com a velocidade e ferocidade da estratégia de combate alemã, a Blitzkrieg³. Porém, na Batalha de Moscou, os alemães se depararam com sua primeira derrota. Estavam muito perto da capital russa, quando, ao reportarem poder enxergar o brilho emitido pelas cúpulas do Kremlin, tiveram que lidar com o rigoroso inverno russo, antes do esperado e de maneira despreparada. Sem roupas de frio, com gasolina congelando dentro de seus veículos, suas armas apresentando defeitos, falta de comida e suprimentos, a Wehrmacht foi forçada a entrar em um período defensivo até o verão, quando resumiu suas atividades ofensivas.

No segundo ano de batalha, a Alemanha lançou a ofensiva denominada “Caso Azul”, com o objetivo de tomar as reservas de petróleo soviéticas no Cáucaso.

³ Estratégia de combate alemã que envolve o uso coordenado da aviação, infantaria motorizada e elementos blindados com o objetivo de atingir o inimigo com velocidade e ferocidade, negando sua reação. Os tanques, apoiados pela força aérea, abriam buracos nas defesas inimigas que seriam explorados pela infantaria logo em seguida.

Esta ofensiva, assim como os primeiros meses da Barbarossa, foi marcada por vitórias alemãs e um exército vermelho em constante recuo, até a famigerada batalha de Stalingrado, que se estendeu de 23 de agosto de 1942 até 2 de fevereiro de 1943. Stalingrado, importante polo industrial e símbolo do regime de Stalin, tornou-se palco de um dos conflitos mais sangrentos da guerra e da humanidade, também foi o túmulo do 6º Exército alemão e da era de vitórias do Eixo. De 17 de junho de 1942 a 2 de fevereiro de 1943, o exército alemão se encontrou em uma batalha derradeira pelas ruínas de Stalingrado, que culminou no cerco e desmantelamento do sexto exército alemão, composto por 300 mil homens, muitos feitos de prisioneiros, incluindo o Marechal de Campo, e líder do exército, Friedrich Wilhelm Ernst Paulus. Sobre o combate infernal que se estendeu por sete meses, um tenente da 24ª Divisão Panzer relatou:

Meus Deus, por que nos abandonastes? Nós combatemos durante 15 dias por um único imóvel, com morteiro, granada, metralhadora, baioneta. Ao final de três dias, já tínhamos deixado 54 cadáveres nos porões ou na escada. A frente passa por um corredor entre dois cômodos calcinados ou um teto. O socorro vinha das casas vizinhas por escadas de incêndio e pelas chaminés. A luta não se interrompe, da aurora ao anoitecer. De andar em andar, o rosto molhado de suor, estamos recheados de granadas, em meio a explosões, a nuvens de poeira e de fumaça, ao assobio dos morteiros, a poças de sangue, a explosões de todo tipo e restos humanos. Perguntai a qualquer soldado o que significa uma hora de combate corpo a corpo e imaginai Stalingrado: 18 dias e 18 noites de combate corpo a corpo! Não se medem mais as ruas a metro, mas pelo número de cadáveres estendidos...

Stalingrado não é mais uma cidade. Durante o dia, fica recoberta com uma imensa fumaça; não é mais do que um gigantesco braseiro. Quando cai a noite, uma dessas noites pontuadas de incêndios, urros e sangue, os cães se jogam nas águas do Volga e tentam desesperadamente alcançar a outra margem. As noites de Stalingrado são um terror. Os animais fogem desse inferno; as pedras mais sólidas não resistem por muito tempo. Apenas os homens conseguem adaptar-se a isso (MASSON, 2010, p.339-340).

Stalingrado marca o fim da superioridade militar e das vitórias do Eixo. A partir de então, a Alemanha fez sua última ofensiva, no verão de 1943, intitulada “Operação Cidadela”, quando suas tropas foram rechaçadas pela forte defesa russa, marcando a longa e sangrenta estrada que os soviéticos fizeram até Berlim e o fim do conflito.

Cabe aqui mencionar que este artigo foca somente no front oriental, de 1942 a 1945, pois 80% das tropas alemãs combateram neste setor e é essencial para o trabalho relatos de soldados com experiência de combate. Além disso, o combate na Rússia é considerado singular se comparado a outros teatros da guerra, com

exceção, talvez, do Pacífico, onde a violência e a ferocidade dos combates se equipararam, porém não ocorreu conflito ideológico entre os combatentes envolvidos.

Na Rússia, a batalha era não só pelo domínio territorial ou de recursos, mas também pela prevalência de uma ideologia sobre a outra, a Nacional Socialista contra o Socialismo, ambos dependiam da aniquilação total um do outro para poderem existir. E, além do combate ideológico, o fator racial também se enquadrava, uma vez que os germânicos procuravam a quase extinção dos eslavos, vistos como sub-humanos, como animais raivosos que precisavam ser sacrificados pelo bem da humanidade. Em contrapartida, os russos lutaram pela defesa de sua ideologia, mas muito mais importante, pela sua sobrevivência. Tais fatores escalaram a violência a níveis nunca vistos antes e levaram os combatentes, de ambos os lados, ao limite, seja da maldade ou da bondade, cometendo tanto atos atrozes de extermínio, como atos de compaixão, abnegação e empatia. Tais características se tornaram aparentes na leitura de diários, cartas e livros escritos pelos soldados alemães.

Este trabalho, portanto, insere-se na área da história militar e, conseqüentemente, é válido tratar brevemente de como ela vem sendo desenvolvida atualmente no Brasil. A história militar tem sido uma área pouco explorada nos últimos anos, e parte disso se deve tanto ao trauma e ressentimento gerado pelo período de ditadura militar (1964-1985), quanto pela falta de perspectiva de que a história militar hoje é muito mais que um estudo sobre números, batalhas e grandes generais. Como se observa no livro *Os novos domínios da História* (2011):

As palavras de Keegan iluminam uma característica original de parte dos estudos da nova história militar, a antropologização de diversos temas, ou seja, a busca de diferenças no seio de um mesmo exército; as metamorfoses identitárias dos soldados; as relações entre pelotões em missão com as comunidades em contato; a experiência individual dos combatentes, a dor, o sofrimento, o voluntarismo, a covardia, a esperança na vitória ou na simples sobrevivência. Buscar o rosto da batalha passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto (CARDOSO; VAINFAS, 2011, p.121).

Seguindo a lógica de Keegan, são trazidas à tona as vidas e histórias de Guy Sajer e Armin Scheiderbauer, ambos combatentes do mesmo exército, na mesma guerra e no mesmo front, porém, com experiências e perspectivas vastamente

diferentes umas das outras. Por eles é feita a história do Landser⁴, do soldado nas trincheiras, na lama e muitas vezes ignorado em prol de algo mais amplo. Estes homens sabem disso; Sajer até reclama, escrevendo no seu livro:

Generais têm escrito sobre tais eventos, localizando catástrofes específicas e às resumindo em uma sentença ou em algumas linhas as perdas sofridas, mas eles nunca, até onde sei, dão a devida importância à desgraça dos soldados abandonados a um destino que um não desejaria até ao mais miserável dos vira-latas. Eles nunca evocam as horas e horas de agonia... Eles nunca mencionam o soldado comum, às vezes coberto por glória, outras abatido e derrotado..., confundido por assassinato e degradação, e mais tarde desilusão, quando ele percebe que a vitória não retornará sua liberdade (SAJER, 1965, p.129)⁵.

Neste artigo é contada essa história, a dos derrotados e esquecidos, de homens que lutaram e morreram, nem sempre por um ideal nefasto que, de fato, precisava ser combatido, mas porque foram vendidas para uma geração inteira ideias falsas a respeito da vida militar, da guerra e do nacionalismo.

Antes de se prosseguir o artigo, faz-se importante explicitar que este não é sobre a Guerra em si, mas sobre a natureza do homem quando exposto e envolto em um ambiente extremamente hostil e suas recordações sobre situações vividas nestes ambientes. Semelhante ao trabalho do historiador americano Stephen G. Fritz, em seu livro *Frontsoldaten – The German Soldier in World War II* (O Soldado no Front – O Soldado Alemão na Segunda Guerra Mundial), a proposta aqui é analisar memórias, ações e pensamentos dos alemães que na Rússia combateram, procurando dar-lhes voz. Entende-se que muitos alemães lutaram, sangraram, sofreram e depois de tudo isso se decepcionaram com os ideais vendidos a eles, os mesmos ideais que eles defenderam e pelos quais deram suas vidas com tanto fervor. Porém, assim como Fritz aponta no prefácio de seu livro, este trabalho não trata da glorificação do soldado alemão, pois, tanto nos livros escritos pelos próprios soldados, quanto em diversos outros estudos históricos referentes ao conflito, é óbvia a participação e execução de diversas atrocidades por parte desses homens, por motivos ideológicos e raciais.

Com isso dito, é necessário expor os protagonistas deste trabalho, Guy Sajer e Armin Scheiderbauer. Este último nasceu em 13 de janeiro de 1924, na cidade de

⁴ Equivale-se ao G.I. americano ou ao Tommy inglês, traduz-se como “soldado”.

⁵ Tradução nossa. Todas as citações deste autor e de Scheiderbauer foram por nós traduzidas para facilitar a leitura e a fluência do texto.

Gröbming, na Áustria, o filho mais velho de um pastor protestante. Em 1930, Scheiderbauer e sua família se mudaram para o estado alemão da Turíngia para ganhar mais experiência em como era a vida religiosa na “Terra Natal”, e foi ali que ele passou a maior parte de sua infância. Em razão da profissão de seu pai como pastor, a criação de Scheiderbauer foi extremamente influenciada pela religião. Rezas eram feitas ao amanhecer, ao anoitecer e em todas as refeições. Desde cedo, ele também sempre esteve envolvido com atividades na igreja; além de participar das missas, ele também tinha o dever de tocar o sino da igreja e o órgão aos domingos. Mais velho, ele recorda que sua criação religiosa e seus valores, com ênfase no dever, em ações positivas e colocando em prática virtudes cristãs no seu dia a dia, tiveram grande influência em suas ideias e maneiras de enxergar a vida.

A Religião, porém, não foi a única influência no desenvolvimento social e psicológico de Scheiderbauer. Desde jovem, ele já mostrava um forte interesse em história e principalmente na história alemã, tendo formado na sua infância ideias a respeito da Alemanha e seu lugar no mundo. Os eventos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e as supostas injustiças forçadas ao povo alemão pelo Tratado de Versalhes de 1919 foram acontecimentos que Scheiderbauer aprendeu desde cedo na escola. Particularmente, ele sabia e tinha muito orgulho das medalhas que seu pai havia ganhado por combater durante o conflito. Scheiderbauer também ressalta dois acontecimentos em especial que influenciaram muito sua visão simpática a ideais nacionalistas. O primeiro foi a visita à sua escola de um veterano de uma batalha naval durante a Primeira Guerra Mundial, o que inspirou o jovem Scheiderbauer a querer se alistar na marinha para se tornar oficial em um submarino. O segundo foi a performance das peças “Wallenstein”⁶, de Friedrich Schiller, e “Egmont”⁷, de Goethe, obras que nele inspiraram uma forte admiração pelos valores militares e um interesse vivo por ideais “heroicos”. Além dessas

⁶ Wallenstein costuma ser a designação popular da trilogia do autor alemão Friedrich Schiller. Ela consiste das peças “O Acampamento de Wallensteins” (Wallensteins Lager), “O Piccolomini” (Die Piccolomini) e “A Morte de Wallenstein” (Wallensteins Tod). A obra acompanha o declínio do general Albrecht von Wallenstein, baseando-se livremente em acontecimentos durante a guerra dos 30 anos. Wallenstein falha no pico de seu poder como o bem sucedido comandante supremo do exército imperial e se rebela contra o rei Frederico II.

⁷ Em Egmont, Goethe retrata a luta do Conde Egmont (1522-1568) durante a guerra dos 8 anos contra o despótico Duque de Alba. Egmont é um famoso guerreiro holandês e o Duque de Alba representa os invasores espanhóis. Mesmo sob ameaça de prisão, Egmont se recusa a fugir e desistir de seu ideal de liberdade. Aprisionado e abandonado pela covardia de seu povo, ele é sentenciado à morte. A peça acaba com o último chamado por uma luta pela independência feito pelo herói. Sua morte como um mártir é retratada como uma vitória contra os opressores.

experiências, o próprio ambiente no qual Scheiderbauer vivia ajudou a fortalecer esses ideais militares e nacionalistas. Ele se lembra de ser inspirado por imagens históricas alemãs nos pacotes de cigarros da época, assim como nos livros que detalhavam assuntos como a história das colônias alemãs perdidas, que ele ganhou como prêmios durante seu período escolar. Logo, desde sua infância, Scheiderbauer já tinha total convicção que uma vida nas Forças Armadas era o caminho mais honrado a se seguir.

Sua família também não era alheia aos acontecimentos políticos da época; muito pelo contrário, pois em 1931 seus pais se filiaram ao Partido Nazista, atraídos pelos ideais do “Cristianismo Positivo”⁸ pregados pelo partido. Seu tio estava ainda mais politicamente envolvido. Fugiu da Áustria para a Alemanha depois do fracasso do putsch⁹ de 1934, ele também era um membro da legião austríaca, grupo paramilitar nazista. O próprio Scheiderbauer fez parte da juventude hitlerista ocupando cargos como portador de estandarte e tesoureiro. Mas, a partir de 1934, a família se encontrou cada vez mais em oposição ao cenário político da época. Em razão do maior controle nazista sobre a igreja e sua intrusão em questões doutrinárias, como a ideia de que o Antigo Testamento era composto por textos corrompidos escritos por judeus, o pai de Scheiderbauer se viu compelido a aderir ao movimento “Bekennende Kirche” ou Igreja Confessional, que era oposta à influência nazista sobre a igreja e suas doutrinas. Por mais que não tenha sido expulso do partido, o pai de Scheiderbauer foi sujeito a inúmeros e hostis interrogatórios. Visto com desconfiança pela hierarquia da igreja e pela sua própria congregação, ele se viu obrigado a retornar para Áustria, porém só conseguindo uma posição como ministro auxiliar, um rebaixamento que não só abalou seus sentimentos como as circunstâncias financeiras da família.

Ainda jovem, Scheiderbauer tinha pouco conhecimento da situação política de

⁸ Cristianismo positivo, também conhecido como cristianismo nazista, (em alemão Positives Christentum) foi um movimento na Alemanha nazista que pretendia fundar um modelo de cristianismo coerente com o nazismo, tentando construir uma Igreja Nacional do Reich. Adeptos do Cristianismo Positivo argumentavam que o cristianismo tradicional enfatizava os aspectos passivos em vez dos ativos na vida de Jesus Cristo, acentuando seu sacrifício na cruz e a redenção sobrenatural. Eles pretendiam substituir isso por uma ênfase “positiva” do Cristo como um pregador ativo, organizador e combatente que se opôs ao judaísmo institucionalizado de sua época.

⁹ Golpe de Julho, também conhecido como Putsch de Julho (em alemão: Juliputsch) foi um golpe de Estado fracassado perpetrado pelo Partido Nacional-Socialista Austríaco, em 25 de julho de 1934. Embora os conspiradores conseguissem tomar a sede do governo e assassinar o chanceler Engelbert Dollfuss, foram cercados e, na falta de apoio externo, tiveram que se render.

seu pai. Porém, depois do retorno à Áustria, logo antes do início da guerra, dois fatos o levaram a ter maior desconforto com o contexto político em que o país se encontrava. O primeiro foi quando ele foi levado a uma demonstração feita por professores escolares e, durante o evento, alguns deles começaram a atacar verbalmente e diminuir os judeus presentes. Um amigo da família que viu Scheiderbauer e seus colegas de classe na demonstração desaprovou e o criticou por participar do ataque, o que o fez se sentir extremamente desconfortável. O segundo foi em 1939, quando Scheiderbauer e um grupo de amigos foram presos e detidos na delegacia de polícia durante a noite. Os jovens não faziam noção da razão de seu aprisionamento, mas pela manhã lhes foi revelado o motivo: eles não deveriam estar vagando pelas ruas, pois o Gauleiter (líder provincial na época) visitaria a cidade. Scheiderbauer e seus colegas não sabiam da visita. Ambos os acontecimentos lhe incutiram um forte senso de injustiça.

Apesar dessas experiências, Scheiderbauer se alistou assim que terminou sua vida escolar, em 1941. Ele estava tão ansioso para servir que se recorda que, com a notícia da queda de Paris, sua maior preocupação era que a guerra acabasse antes dele poder participar dela. As histórias de heroísmo com as quais ele foi criado levaram-no a acreditar que a profissão mais nobre no exército era a de oficial de infantaria. Seu próprio pai tinha sido um durante a Grande Guerra. Scheiderbauer acreditava que o tipo de combate conduzido pela infantaria era o mais autêntico e heroico de todas as forças. Para ele, a vida de um oficial representava valores similares aos da igreja, estes sendo, segundo ele: “Dever para com a pátria, comprometimento com a ordem e decência na sociedade e cuidado e responsabilidade para com seus subordinados.” (SCHEIDERBAUER, 2003, s/p). E, com apenas 17 anos, Armin Scheiderbauer partiu, em julho de 1941, para iniciar seu treinamento básico, o qual concluiria em 1942. A partir de julho de 1942, Scheiderbauer experienciaria seus primeiros combates no front russo.

Foram estes os caminhos que levaram Armin Scheiderbauer à Segunda Guerra. Enquanto a trajetória de Guy Sajer, pseudônimo de Guy Mouminoux¹⁰ foi peculiarmente diferente. Sajer nasceu em 13 de janeiro de 1927, no mesmo dia que Scheiderbauer, em Paris. O fato curioso, como pode ser notado, é que Sajer é de nacionalidade francesa, pois seu pai era francês, mas sua mãe alemã. Como ele

¹⁰ Prossegurei o artigo me referindo a ele como Guy Sajer, pois é o nome com o qual ele assinou seu livro, Sajer sendo o nome de solteira de sua mãe.

mesmo diz: “Meus pais eram pessoas do campo, nascidos a centenas de milhas a parte – uma distância repleta de dificuldades, estranhas complexidades, fronteiras confusas e sentimentos que eram equivalentes, mas intraduzíveis (SAJER; 1965, s/p)”. Sajer foi criado na região da Alsácia, que foi ocupada pelos alemães após a queda da França, em 1940. Assim como Scheiderbauer, ele se alistou tão logo fosse possível, em 1942. Curiosamente, Sajer fala pouco de sua vida antes do exército, raramente descrevendo suas influências enquanto cresce, diferentemente de Scheiderbauer. O que é claro é que suas motivações para a carreira militar estão muito ligadas ao fervor nacionalista e entusiasmo com a vida militar comum na época; quanto ao fato dele ter se alistado no exército alemão e não francês, também não é complicado de se explicar. Sajer tinha somente 13 anos quando a Alsácia foi anexada pelos alemães, portanto, quando atingiu a idade de se alistar não havia outra opção senão o exército alemão. Em entrevistas, ele recorda que sua infância foi passada em acampamentos para jovens, primeiramente em Estrasburgo na França e depois em Kehl, na Alemanha, e que era comum entre os meninos o sonho de se alistar na Wehrmacht.

Diferentemente de Scheiderbauer, Sajer tentou primeiro se alistar na Luftwaffe¹¹, mas falhou no teste de admissão, sendo recrutado para a infantaria e mandado para treinamento na Polônia. Porém, enquanto Sajer está começando seu treinamento básico, Scheiderbauer estaria tendo seus primeiros contatos com a guerra e seus horrores. É nítida a diferença de informações entre estes homens quando se trata da sua vida antes do serviço militar. Scheiderbauer faz um esforço muito maior em detalhar sua vida antes do exército e seus motivos para entrar no mesmo. Sajer, por outro lado, começa seu livro direto no treinamento, raramente fazendo menções a sua vida antes do exército durante o livro, como se não houvesse um Guy Sajer antes do exército, pelo menos dando muito menos importância para quem ele era antes do alistamento.

É importante ressaltar também como ambos os homens decidem relatar suas memórias e a relação que eles tiveram com a guerra. Já nos títulos, *The Forgotten Soldier* de Sajer tem muito mais clara a frustração e o sentimento de esquecimento e desprezo que o autor sofria, falando abertamente em seu livro suas frustrações no pós-guerra:

Naquela época eu pertencia aos vitoriosos aliados, os quais eram todos

¹¹ Força Aérea Alemã.

heróis, como todos os soldados franceses que conheci depois da guerra. Somente os vencedores têm histórias a contar. Nós, os vencidos, éramos todos covardes e fracos até então, cujas memórias, medos e entusiasmos não deveriam ser lembrados (SAJER, 1965, p.59).

Já Scheiderbauer, com seu *Adventures of my Youth* tem um tom muito mais conformado com os traumas e experiências vividas durante a guerra e suas repercussões em sua vida depois do fim.

Cabe aqui notar e ressaltar a data de publicação de ambos os livros. Sajer publicou o seu em 1965, vinte anos depois do fim do conflito, enquanto Scheiderbauer lançou o seu somente em 2003, quase sessenta anos depois da guerra. Sajer está muito mais próximo de suas memórias e muitas delas ainda o afetam diariamente. Esquecimento, frustração e desilusão são temas extremamente recorrentes em seus relatos. Ele demonstra claros sinais de transtorno de estresse pós-traumático, como podemos ver em seu prefácio: “Veio um dia em que eu deveria ter morrido, e depois disso nada parecia muito importante. Então eu me mantive como sou, sem arrependimentos, desconexo da condição normal humana” (SAJER, 1965, s/p).

Enquanto o livro de Scheiderbauer tem muito mais veracidade histórica, comparada com o de Sajer, este sempre deixou muito claro que sua intenção nunca foi escrever um livro cujo foco fosse transpor fatos de maneiras exatas, nunca passou pela sua mente que seus relatos serviriam para trabalhos históricos de cronologia ou descrições profundas sobre as operações relatadas. Tanto que seu livro foi considerado pelo U.S. Army Command and General Staff College¹² um preciso “roman à clef”¹³ e tem sido uma das recomendações fixas de leitura para Segunda Guerra Mundial, com o intuito de demonstrar aos oficiais o horror das batalhas a que seus soldados estão sempre submetidos. Também está na lista de leituras recomendadas pelo comandante dos fuzileiros navais americanos¹⁴.

A respeito do livro de Sajer, muitos dos personagens no livro são fictícios ou com nomes diferentes dos originais. Um desses personagens supostamente fictícios

¹² Colégio de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos. É uma escola de formação de oficiais do exército americano.

¹³ Expressão francesa cuja tradução aproximada é "romance com chave", designa a forma narrativa na qual o autor trata de pessoas reais por meio de personagens fictícios. Em alguns casos, o autor recorre a anagramas ou pseudônimos para referir-se a sujeitos reais. Também cabe mencionar o romance *Nada de novo no front*, do alemão Erich Maria Remarque, que também segue o mesmo estilo ao retratar o cotidiano das trincheiras da Primeira Guerra Mundial.

¹⁴ HISTORICAL BIBLIOGRAPHY No. 8 Military Classics.

é um de seus capitães, um homem chamado Weisreidau. Supostamente fictício, pois, segundo Helmuth Spaeter, líder da Associação dos Veteranos da divisão Grossdeutschland¹⁵ e crítico inicial da veracidade dos fatos no livro de Sajer, não encontrou nenhum registro sobre este capitão nos arquivos da Associação. Weisreidau, segundo Sajer, é o exemplo de um líder nato, sempre à frente de seus homens, importando-se e sofrendo com eles, quase uma figura idealizada do oficial perfeito. Weisreidau também faz um discurso, que aqui se atribui a Sajer, desabafando suas angústias durante a guerra. Ele diz:

Nós somos odiados de todos os lados: se perdêssemos amanhã, aqueles entre nós ainda vivos após tanto sofrimento serão julgados sem justiça. Nós seremos acusados de uma infinidade de assassinatos, como se em todo lugar e em todo tempo, homens em guerra não se comportassem da mesma maneira. Aqueles que têm interesse em pôr um fim em nossos ideais irão ridicularizar tudo em que acreditamos. Nada nos será poupado. Até as tumbas de nossos heróis serão destruídas, só preservando – como um gesto de respeito aos mortos – as quais contenham figuras de heroísmo duvidoso, aqueles que nunca foram completamente cometidos à causa. Com nossas mortes, todos os atos de heroísmo, que nossas circunstâncias diárias proporcionam e memórias de nossos companheiros, vivos e mortos, e nossa comunhão de espíritos, e nossos medos e esperanças, serão esquecidos, e nossa história nunca será contada. Gerações futuras falarão somente de um idiota e inútil sacrifício (SAJER, 1965, p.143).

É possível, outrossim, que um capitão cujo nome Sajer não se recorda e escolhe nomeá-lo “Weisreidau” tenha existido, mas como o próprio autor admite que existem personagens fictícios e o objetivo de seu livro era transpor seus sentimentos mais profundos a respeito dos eventos que ele viveu durante a Segunda Guerra, é possível também que este capitão só seja uma idealização do oficial que Sajer nunca teve e que, por intermédio dele, achou uma voz para expressar certas angústias, raivas e medos.

Faz-se necessário começar a expor algumas das experiências de guerra que ambos os homens experienciaram. Nenhum deles censura ou diminui as experiências por eles vividas no front. Sajer se recorda da execução sádica de alguns prisioneiros russos:

Uma vez, para meu horror, eu vi um desses assassinos amarrando as mãos de três prisioneiros nas barras de um portão. Quando a vítima estava devidamente amarrada, o executor prendia uma granada no bolso do casaco de um dos prisioneiros, puxava o pino e corria para um abrigo. Os três russos, cujas tripas estavam para fora, gritaram por misericórdia até o último momento. (SAJER, 1965, p.79)

¹⁵ Traduz-se para a Grande Alemanha, foi uma divisão militar que serviu no Exército Alemão durante a Segunda Guerra Mundial.

Paradoxalmente, Sajer também se recorda de um momento muito singelo e humano com prisioneiros russos. Após um ataque bem sucedido, vários prisioneiros foram feitos e Sajer recorda sua experiência com eles:

Todos sorriamos uns para os outros sem distinção, como jogadores de dois times em um vestiário após uma partida. Não havia mais nenhum sentimento de ódio ou vingança, somente um sentimento de vida preservada e uma gigantesca exaustão. A chuva ficou tão pesada que tivemos que improvisar um abrigo, e cobrimos nossas cabeças e ombros com nossas lonas de acampamento. Por mais que a maioria de nós não entendesse mais que algumas palavras do outro idioma, nós ríamos e trocávamos cigarros – cigarros de Hannover por tabaco machorka das planícies do Tartar. Nós fumávamos e ríamos sobre nada – um “nada” que representava a mais absoluta alegria humana que eu havia conhecido. A troca de tabaco, a fumaça embaixo das lonas de acampar, que nos fazia tossir e se engasgar, e o simples fato da risada sem restrição – tudo isso fez uma ilha de felicidade em um mar de tragédias, que nos afetou como uma dose de morfina. Enquanto nossos estupefatos sentidos acordavam novamente para perceber a vida, nós esquecemos todo o ódio que nos dividia. Entendendo nada, eu ria incontrolavelmente, enquanto uma curiosa sensação tomava conta de mim e enchia minhas veias. De repente, eu estava arrepiado, assim como um fica ao ouvir uma parte especialmente tocante de uma música. A chuva continuava a cair sob o teto de metal. Iriamos nós atirar em nossos colegas russos amanhã? Isso parecia impossível; era impossível que tais coisas continuassem. (SAJER, 1965, p.158-159).

Scheiderbauer, por sua vez, relata um ataque falho contra uma posição fortificada defendida pelos russos. Após o ataque ter falhado, ele conta:

O ataque tinha sido repellido e o inimigo havia parado de lançar sinalizadores. Sob a pálida luz do luar, enquanto eu pulava de cratera em cratera, eu mantive meus olhos abertos para o restante de minha companhia.

Assim como homens mortos, eu vi homens feridos encolhidos dentro de crateras ou rastejando de volta. Em duplas ou trios, agachados atrás de cobertura todos juntos. “Herr Leutnant!”¹⁶, um deles me chamava. Eu pressionei minha mão sob meu estômago queimante e decidi que estava levemente ferido. “Herr Leutnant, aqui!” Fui chamado novamente. Enquanto eu procurava ouvir a voz e movendo para sua direção, eu fui derrubado por mais um tiro. Eu me esgueirei até a cratera mais próxima. Lamentos gritavam por médicos. O inimigo mantinha seu fogo pesado. Eu não tinha tempo para checar meu terceiro ferimento. Eu só senti alívio ao pensar que não poderia ser algo sério.

Enquanto eu me apoiava contra a beira da cratera, uma munição de morteiro explodiu muito próxima da minha cobertura. Um homem se jogou na cratera grunhindo de dor. Sua voz eu reconheci como a que estava gritando antes, um velho Obergefreiter¹⁷. “Eu perdi minha mão”, ele grunhiu. Eu a vi pendurada em sua luva. Grunhindo, ele me pediu para abrir a fivela de seu cinto. Enquanto eu alcançava pelo cinto, eu fui tomado por um horror. Eu senti a suave quente carne de seus intestinos. Minhas mãos

¹⁶ Traduz-se para Senhor Tenente.

¹⁷ Seria o equivalente à patente de Cabo.

entraram direto em sua barriga. Ela estava aberta ao longo de seu corpo. “Eu vou buscar o médico” eu disse para ele, mesmo sabendo que ele estava além de ajuda. Mas eu não poderia partir e deixá-lo sozinho para morrer. Afinal, ele havia seguido as minhas ordens.

Minutos se passaram. Pareceram com uma eternidade, entretanto, não tinha passado da meia noite. O gravemente ferido Obergefreiter havia endurecido e sua respiração vinha de maneira penosa. Eu vi o branco de seus olhos brilhando e senti sua mão inteira procurando pela minha. “Ah, Herr Leutnant”, ele disse. Sua cabeça caiu para o lado. Novamente, eu estava abalado pelo sentimento de horror. Finalmente, eu me movi de cratera a cratera (SCHEIDERBAUER, 2003, p.71-72).

Porém, antes desse horrendo ataque, Scheiderbauer se recorda de um peculiar encontro com um senhor russo. Durante a recuada alemã, Scheiderbauer e seus homens receberam a ordem de queimar e destruir qualquer recurso que pudesse ser utilizado pelo inimigo. Isso incluía equipamentos militares, alimentos, animais, plantações, casas, pontes, entre outros. Ao queimar um vilarejo quase abandonado, ele recorda:

À parte de alguns idosos, os habitantes haviam evacuado o vilarejo. Lágrimas estavam correndo nos rostos daqueles que ficaram para trás. Um homem absolutamente ancião, que havia me reconhecido como um oficial, levantou suas mãos. Ele lamentou e me pediu para poupar sua casa na qual ele havia vivido toda sua vida e onde desejava morrer. O velho homem havia me tocado. Era estranho que propaganda intensa e as tantas impressões de crueldade daquela campanha, não foram capazes de suprimir a pura sensibilidade humana. Eu lutei com meus sentimentos de dever, e fiquei aliviado que meus homens simpatizaram comigo quando os ordenei a poupar a casa do senhor.

Minha companhia continuou o trabalho e ateou fogo na próxima casa de madeira usando um monte de galhos. O velho homem tentou beijar minhas mãos, e me desejou uma vida longa. Acenando sua gratidão, eu expliquei para ele que deveria tomar cuidado para que as chamas das casas vizinhas não se espalhassem para a dele. Se entre homens houvesse um “figurão” ou um “fanático” eu teria arriscado sofrer uma corte marcial em prol daquele velho russo. Mas não havia nenhum desse tipo entre nós. Assim que um homem se encontrava entre soldados na linha de frente, ele logo reaprenderia seus valores (SCHEIDERBAUER, 2003, p.67).

Por meio desses relatos, fica claro o grau de violência e carnificina que esses homens experienciaram, mas também a estranha humanidade e senso de empatia que existia entre homens em guerra e os civis envolvidos. Porém, Scheiderbauer e Sajer reagem de maneiras diferentes ao terem que voltar para o front, depois de seus períodos de dispensa. Sajer, que dela gozou em Berlim e lá conheceu uma garota chamada Paula e com a qual teve relações românticas, não tinha vontade alguma de retornar ao front. Sobre voltar ao front, Sajer diz: “Eu tinha somente cinco dias de sobra, e me sentia oprimido e agoniado com o prospecto de partir. Paula,

que temia tanto quanto eu, tentou preencher minha mente com outros pensamentos” (SAJER, 1965, p.100).

Scheiderbauer, por sua vez, foi mandado de dispensa depois de seus ferimentos, passando até alguns dias em Paris, pois segundo ele: “Na época, havia uma ordem que a qualquer membro da Wehrmacht que estava viajando oficialmente, até ou por Paris, era permitido uma parada de até 48 horas para apreciar a cidade” (SCHEIDERBAUER, 2003, p.78). Depois disso, foi mandado para uma unidade de treinamento até estar totalmente pronto para o combate. A respeito desse tempo em treinamento, ele escreve:

Eu gostaria de ir “para o campo, para a liberdade”. Eu estava ansioso para experienciar novamente a camaradagem do front, a experiência única de comunidade, pela qual todo homem jovem tinha um especial afeto. Lá e em nenhum outro lugar era onde eu tinha essa experiência. Para melhor ou pior você pertencia lá, junto. Lá, as coisas eram certas (SCHEIDERBAUER, 2003, p.83).

A respeito do vínculo entre soldados, a irmandade em armas, o tenente coronel americano Dave Grossman, em seu livro *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*, quando aborda este senso de camaradagem, diz que o vínculo entre soldados é mais forte que o de marido e mulher, somente sendo superado pelo vínculo entre pais e seus filhos. É possível certo exagero, mas o que é inegável é que de fato existe um vínculo único entre os homens que compartilharam tantas experiências traumáticas no front. Até hoje, em muitas entrevistas com soldados americanos que retornaram do Iraque ou Afeganistão, quando perguntados sobre o que mais sentem falta da vida militar e de estar em serviço, a resposta é quase unânime: o senso de camaradagem.

Aqui não se acusa Sajer de não possuir esse vínculo com seus colegas do exército, mas Scheiderbauer tem uma característica única que o separa e distingue consideravelmente de Sajer: Scheiderbauer era um oficial. Este chega à patente de tenente, comandando dezenas de homens, que dependiam e contavam com sua liderança. Essa pressão, ainda mais em um jovem de dezenove anos, pesou muito sobre ele. O medo da morte ou de ferimentos severos era praticamente desprezível se comparado com o de falhar ou não corresponder com as expectativas de seus homens ou de levá-los à morte por maus julgamentos ou ordens erradas. Depois de seus ferimentos, Scheiderbauer foi levado para cirurgia, pois um deles havia

infeccionado, e ele se recorda do médico achar engraçadas suas divagações de oficial, enquanto sob o efeito do anestésico. Sobre isso ele recorda:

Ainda sob sua influência, eu divaguei a respeito de quão bom fora passar, de completamente consciente, para o inconsciente. Toda responsabilidade tinha sido tirada de mim, e todos os pensamentos de dever e compulsão foram embora. A expressão cética na face do cirurgião me mostrou que ele não tinha ideia do que eu falava. Ele provavelmente não tinha ideia do fardo da responsabilidade colocado sobre os ombros de um comandante de companhia de dezenove anos. Após sair da mesa de operações, eu disse "Obrigado, senhor", como era apropriado. Mas ele não entendeu. "Não se preocupe, meu garoto", foi sua resposta para o agradecimento tão sério que havia dado (SCHEIDERBAUER, 2003, p.72-73).

Raramente no livro de Scheiderbauer é possível notar o medo da morte ou de ferimentos, já que normalmente esses trechos aparecem quando ele se encontrava sozinho ao redor de inimigos. Mas, no calor da batalha, ele sempre tinha o dever em mente e o medo de falhar com seus homens era muito maior que o da morte. Isso se alia facilmente com sua criação e os valores cristãos nos quais ele acreditava.

Ao mesmo tempo, Sajer também temia pela vida de seus colegas, mas nunca de uma perspectiva de se sentir responsável por eles, mas por simples apego. O livro de Sajer é repleto de passagens em que ele teme por sua vida ou deseja fugir. O que também não se pode descartar é que todos os soldados possuem uma noção de que há expectativas sobre eles, sobre coragem, dever e sacrifício, e isso também pesa sobre o estado psicológico dos soldados rasos, muitas vezes propiciando que se mantivessem em combate não importando o quão traumáticas fossem as situações. Porém, o senso de responsabilidade é diferente; o soldado cobra de si mesmo, dele há certos valores e ações que são esperados e cabe a ele executá-los, enquanto os oficiais não são uma exceção, mas deles é cobrado e esperado ainda mais.

Agora, cabe aqui discutir um dos pontos mais importantes do artigo, o porquê destes homens lutarem. Começando por Scheiderbauer, nos anos finais da guerra e com a posição alemã cada vez mais precária, ele se encontrava cada vez mais em batalhas invencíveis ou retiradas desesperadas. Com a tentativa de assassinato de Hitler, ele divaga:

No anoitecer de 22 de julho foi anunciado que uma tentativa de assassinato havia sido cometida contra o Führer em 20 de julho. Entre nós havia mais surpresa que fúria. Nós não tivemos tempo para comentar sobre o evento e menos ainda para refletir sobre ele. Eu pensei comigo mesmo, que sem

dúvida era algum tipo de traição que havia acontecido. Mas, eu continuei pensando, homens cujos nomes eram Yorck, Stauffenberg, Witzleben, e Moltke¹⁸ não seriam prováveis de trair a Alemanha, nem seriam capazes de trair o que a Pátria alemã significava para eles. Eu pensei que talvez eles tivessem agido em prol da Alemanha e não contra ela (SCHEIDERBAUER, 2003, p.103-104).

Scheiderbauer comenta também que nos momentos finais da guerra, nem ele e nem os homens ao seu redor lutavam pelo partido ou pelos seus ideais, mas sim por um senso de medo pelo futuro da Alemanha, medo do que ela se tornaria assim que os russos quebrassem suas defesas. Ele comenta brevemente sobre isso depois de um avião russo lançar panfletos incentivando a deserção, questionando os soldados alemães do porquê lutarem por “Hitler e sua laia”, ele recorda: “A situação não era tão simples quanto o panfleto sugeria. Ninguém pensava que era sobre a sobrevivência de Hitler e sua Laia” (SCHEIDERBAUER, 2003, p.109. Em uma conversa por cartas com seu pai, que também estava alistado e lutando no front ocidental, Scheiderbauer se recorda do pai comentar que a guerra estava perto do fim e torcia para isso, porém, o oficial não gostava deste pensamento. Sobre isso, ele escreve:

Esperança para que a guerra estivesse próxima do final era algo que eu não nutria, nem em segredo. Eu também acredito que nenhum dos meus camaradas compartilhava deste anseio, porque a alternativa, especificamente do que aconteceria com a Alemanha assim que as represas do front ocidental se rompessem, era simplesmente inimaginável (SCHEIDERBAUER, 2003, p.122).

Em Scheiderbauer nós vemos o soldado estereotipado, o soldado que não foge do seu dever com a pátria e tem sempre em mente o autossacrifício. Suas motivações, e de muitos homens que serviram com ele, eram as de defender seu país, muitos sabiam das atrocidades cometidas na Rússia e tinham claramente noção do senso de vingança que acompanhava o avanço soviético. Até o fim, Scheiderbauer lutara com essa mentalidade, sempre seguindo a expectativa posta sobre ele de como um oficial do exército alemão deveria agir, até sua captura, em 1945, ao estar gravemente ferido num hospital militar quando se rende aos russos. Ao contrário de Scheiderbauer, Sajer não tem essa pressão nacionalista com a Alemanha. Mas, sim, nele há um conflito de nacionalidades, como visto em um dos trechos citados, quando ele se refere a si mesmo como pertencendo aos “vitoriosos aliados” no pós guerra. Ele escolheu um lado e foi o lado dos derrotados, ele nunca

criou uma conexão com o país pelo qual lutou, nunca se livrando de seu forte sotaque francês que o marcava sempre como não alemão e, depois de tudo, ele retorna para a França, onde vive até hoje. Nos seus últimos momentos na Guerra, ele se recorda claramente o porquê dele e dos homens ao seu redor lutarem, e, diferente das ocasiões passadas em que Scheiderbauer era o que mais englobava o soldado alemão, Sajer com este relato expressa muito melhor o porquê da luta incessante desses combatentes. Ele diz:

Ao enfrentar o furacão russo, nós corremos para onde podíamos. Mas raramente tínhamos escolha, e nos tornamos heróis sem glória, que de alguma maneira fomos capazes de conjurar forças superiores às do inimigo. Nós não lutávamos mais por Hitler, ou pelo Nacional-Socialismo, ou o Terceiro Reich – ou mesmo nossas noivas, ou mães, ou famílias todas presas em cidades destruídas por bombardeios. Nós lutamos por simples medo, que era nosso poder motivador. A ideia da morte, até quando nós a aceitamos, nos fazia uivar com um ódio impotente. Nós lutamos por razões que talvez fossem vergonhosas, mas são, no fim, mais fortes que qualquer doutrina. Nós lutamos por nós mesmos, para que não morrêssemos em buracos cheios de lama e neve; nós lutamos como ratos, os quais não hesitam em atacar com suas presas a mostra quando encurralados por um homem infinitamente maior que eles (SAJER, 1965, p.206).

O medo, querendo ou não, é o que une esses homens no final. Seja o medo da morte ou o medo do futuro incerto, mas o medo foi a força motriz para essas defesas desesperadas e, como Sajer descreve, de glórias vazias.

Por fim, cabe aqui uma breve discussão sobre o uso da memória como fonte primária em um trabalho histórico. Trabalhar com a memória não deixa de apresentar seus problemas. O mais simples sendo a veracidade das memórias relatadas. Não se afirmar aqui que o indivíduo, relatando-as, esteja mentindo propositalmente, o que também pode acontecer, mas que sua mentalidade no presente pode influenciar suas memórias quando tenta recordá-las. Beatriz Sarlo, em seu livro *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*, citando Paolo Rossi, historiador e filósofo italiano, diz: “A memória, como se disse, ‘coloniza’ o passado e o organiza na base das concepções e emoções do presente” (ROSSI apud SARLO, 2007, p.66).

Entretanto, a memória também proporciona aspectos únicos e visões inéditas sobre assuntos, até então, obscuros ou esquecidos. Sobre isso, Sarlo escreve:

A memória e os relatos da memória seriam uma “cura” da alienação e da coisificação. Se já não é possível sustentar uma Verdade, florescem em contrapartida verdades subjetivas que afirmam saber aquilo que, até três

décadas atrás, se considerava oculto pela ideologia ou submerso em processos pouco acessíveis a simples introspecção. Não há Verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, se tornam cognoscíveis (SARLO, 2007, p.39).

Com a memória, há a valorização do indivíduo; é um estilo de fonte que é cheia de humanidade, uma fonte viva, que é carregada de sentimentos e muitas vezes isso influencia uma visão mais técnica e factual, que fornece um leque de opções muito maior quando se trata de temas em que se procura a reação humana a algo. Sajer e suas memórias são um exemplo disso. Seus relatos foram fortemente criticados pela pouca veracidade histórica, mas como ele mesmo diz, seu livro nunca foi feito com o intuito de relatar e documentar fatos históricos, e sim descarregar as emoções que ele tinha acumuladas em si a respeito de suas experiências na guerra. Pelas suas memórias, é possível ver a frustração que milhares de soldados alemães possivelmente sentiram no pós-guerra, o sentimento de que sua luta e sacrifícios foram todos em vão e que suas histórias não valem a pena serem recordadas, devendo ser apagadas. O recurso à memória é uma maneira única de se ter acesso à identidade e mentalidade de um grupo, já que memória e identidade estão extremamente ligadas e que uma é criada a partir do outra.

A memória é uma ferramenta extremamente útil no arsenal do historiador e, como toda ferramenta, é necessário entender em quais situações ela precisa ser empregada. O relato não é algo que deva ser levado como palavra gospel e nunca ser questionado; isso nunca foi o ponto proposto. Pelo contrário, por ele, é possível acessar uma gama de novas visões e possibilidades. E o que é a história se não diversas possibilidades de como se construir o passado?

No final, Sajer e Scheiderbauer se unem para completar a imagem do soldado alemão, seus relatos compactuando para criar a identidade deste soldado que é tão humano quanto qualquer outro. O soldado alemão é aquele de quem se espera completo sacrifício e resignação, aquele de quem se espera atos horrendos em prol de uma causa ainda pior, aquele que é visto como uma máquina e ferramenta. Os relatos desses dois soldados nos mostram, contudo, um outro lado, aquele com medos, com ansiedades, com remorsos, com paixões, com empatias, com humanidade, aquele que, também citando Sajer, por vezes é coberto de glória e outras derrotado e abatido. No final, o soldado alemão é um ser em perpétuo paradoxo, preso entre ser a vítima do contexto e mundo em que viveu, mas também o carrasco que, no final, servia para atingir os objetivos nazistas, mesmo quando

milhares deles acreditavam estar lutando pela Alemanha e não pelo partido.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FRITZ, Stephen G. **Frontsoldaten: The German Soldier in World War II**. Universidade de Kentucky Press: Lexington, Ky., 1995.

GROSSMAN, Dave. **On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society**. Nova York: Open Road Media, 2014.

MASSON, Philippe, CORRÊA, Angela M. S. **A Segunda Guerra Mundial - História e Estratégias**. São Paulo: Contexto, 2010.

SAJER, Guy. **The Forgotten Soldier**. Nova York: Harper & Row, 1971.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHEIDERBAUER, Armin. **Adventures in My Youth: A German Soldier on the Eastern Front 1941-45**. Solihull: Helion & Company, 2003.

Imagens, representação e uso de cavaleiros da Idade Média pelo movimento de extrema-direita “Instituto Lux Brasil”

Images, representation and use of Medieval knights by the far-right movement “Instituto Lux Brasil”

Dave Hanneman Alves DUARTE¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar as representações de cavaleiros medievais veiculadas pelo grupo de extrema-direita *Instituto Lux Brasil*, muito ativo nas redes sociais, a partir do conceito foucaultiano de “dispositivo”. Argumenta-se que tais imagens de cavaleiros medievais servem de ferramenta aglutinadora dos ideários e valores conservadores e extremistas defendidos pelo grupo e com vistas ao chamamento de novos membros, mediante a sua veiculação pelas mídias sociais e pelo site do movimento, haja vista que as imagens de cavaleiros vêm sempre ao lado de dizeres e frases representativos do pensamento extremista de direita brasileiro. Para levar a cabo o estudo proposto neste artigo, serão analisadas imagens publicadas no sítio eletrônico do Instituto Lux Brasil que representam cavaleiros medievais, as quais estão nas mídias do grupo. Isto será feito pelo cotejamento das imagens com o texto escrito que se encontra nelas, a fim de construir o ponto chave da argumentação textual em questão.

Palavras-chave: Cavalaria; Extrema-direita; Instituto Lux Brasil; Neomedievalismo.

Abstract: This article aims to analyze the representations of medieval knights employed by the far-right group *Instituto Lux Brasil*, very active in social media, using Foucault’s concept of dispositif. We argue that the images of medieval knights are a tool to agglutinate the conservative and far-right extremist ideas supported by the movement and to call new members, due to the activity of this far-right group in the social media and the fact that the images, which are one of the targets of this article, are always being represented with texts representing common ideas adopted by some right-wing groups, such as Instituto Lux Brasil. To carry on the study proposed, will be analyzed images that represent medieval knights and are found on the site of the Instituto Lux Brasil, by the comparison between the images and the text written beside them.

Keywords: Knighthood; Far-right; Instituto Lux Brasil; Neomedievalism.

¹ Graduando em História pela Universidade de São Paulo (USP - FFLCH).

Introdução

Este trabalho se iniciará com uma breve explanação acerca da ascensão e presença no debate público de movimentos extremistas de direita e conservadores. O fenômeno em questão é derivado de uma radicalização do discurso político de determinados setores sociais, especialmente aqueles pertencentes à classe média e à classe média alta, ligados ao setor financeiro e ao empresariado. Dentro destes grupos estão presentes, por exemplo, aqueles indivíduos que se engajaram de forma ativa nos movimentos de mobilização pelo impeachment da então presidenta da República Dilma Rousseff, sob a alegação de que a chefe do executivo federal teria cometido “pedaladas fiscais”.

Nesse cenário de movimentação intensa nas ruas e engajamento político se deu a expansão e divulgação de grupos políticos de extrema-direita e de conservadores, que se pautam pela defesa de valores ditos “cristãos” e pelo discurso anti-minorias e movimentos sociais, isto é, contrários aos coletivos e representações LGBTQIA+, movimentos negros e feministas, entre outros (GRANJEIRO, 2021, p.10).

Mas é importante precisar melhor o que se entende por conservadorismo e extrema-direita, isto é, o que define sua visão de mundo. O conservadorismo se caracteriza por ser um movimento político e social cujas raízes estão assentadas no longínquo século XVIII, influenciado principalmente pela obra do pensador britânico Edmund Burke. Para ele, a visão iluminista que apresentava a razão individual no cerne daquilo que conferiria ao mundo real suas características essenciais estaria equivocada (SANI, 2004, p. 244). Mas em que sentido a proposição de Burke se traduziria em termos mais factíveis? A resposta a esta indagação pode ser entendida da seguinte maneira: a proposição de Burke estaria ligada a uma ação de congruência entre a realidade física e mundana com o transcendental, ou seja, o pensador britânico postulava que não se abandonasse por completo nem os avanços intelectuais alcançados pelos movimentos de esclarecimento ao longo dos séculos XVI a XVIII, nem a relação humana com o mundo transcendental. Deve-se ressaltar o contexto histórico e político no qual as obras do intelectual Edmund Burke vieram à luz, marcado por uma laicização e por uma racionalização do mundo político (SANI, 2004, p.243), além de uma mudança na percepção do tempo, não mais marcado exclusivamente pelo caráter cíclico da Cristandade, mas já inclinado à linearidade e à racionalização. Nascido neste contexto de reviravoltas políticas e

intelectuais, é possível compreender o que Burke dizia ao propor uma ligação entre a realidade material e o plano sobrenatural associado a Deus. Este movimento político cunhado de conservadorismo consolidar-se-á ao longo nos séculos XVIII, XIX e XX como uma força política de destaque nos países da Europa, e tal movimentação se refletirá no resto do mundo ocidental. A partir disso, ou seja, da capacidade do conservadorismo se consolidar no pensamento político europeu pós-Burke, é que podemos chegar a apreender uma de suas características: a sua capacidade de se adaptar e modificar de acordo com a situação política, social e cultural no qual se insere. De acordo com Karl Mannheim, “o agir conservador modifica-se de acordo com o contexto em que se insere, sempre se modificando de acordo com o contexto no qual se manifesta”² (MANNHEIM, 1984, p.97). A proposição sustenta a manutenção do pensamento conservador ao longo do tempo, pois ele irá se desenvolver, no seu início, na Inglaterra do século XVIII, marcada pelas discussões iluministas, e atingirá os países da Europa ao longo do século XIX e XX, já em contextos diferentes, marcados pelos movimentos de afirmação nacional, pela consolidação do capitalismo industrial e pelo período do pós-Primeira Guerra Mundial.

É neste espaço do interregno entre as duas guerras mundiais que o pensamento conservador irá atingir o seu ápice no que tange ao extremismo de suas aceções e ações. Nesse período, setores conservadores da Alemanha, Itália, Portugal e Espanha irão se aliar aos movimentos fascistas que eclodiram na esteira do interregno entre as duas guerras mundiais. Em todos esses países, o conservadorismo encontrará nos fascismos um ponto de apoio, marcado pela defesa de valores familiares e morais, pelo fervor religioso e pelo apego a um passado glorioso dos países no qual se desenvolveu. Um ponto importante que não se pode perder de vista é a busca por repressão a grupos marginais e minoritários socialmente, o que se configurava como pilares estruturantes *sine qua non* do ideário desses movimentos. Assim sendo, as ideias conservadoras encontrariam uma espécie de “guarda-chuva” no qual elas seriam bem vistas e propaladas como projeto de estado por essas diferentes formas do fascismo quando de sua chegada ao poder, seja na Itália, Alemanha, Espanha, entre outros.

² No original: „*Konservatives*” Handel ist sinnorientiertes Handel und zwar orientiert na einem Sinnzusammenhange, der von Epoche zu Epoche, von einer historischen Phase zur anderen verschiedene objektive Gehalte enthält und sich stets abwandelt. (Tradução do autor).

Entretanto, é possível afirmar que exista uma relação que funda as ideias conservadoras com o extremismo de direita? Não obstante na sua gênese o conservadorismo clássico inglês manifestasse simpatia – porém crítica – aos movimentos iluministas e de racionalização da sociedade, ao contrário dos movimentos extremistas de direita, que se opunham e se opõem fortemente à intelectualidade, não se deve esquecer de mencionar uma característica de suma importância que une atualmente o conservadorismo e a extrema-direita: o reacionarismo dos membros desses movimentos políticos. Para estes indivíduos, é imperativo que a sociedade regreda para um estágio anterior àqueles pelos quais ela passou, visando uma retração nos direitos sociais, políticos e civis conquistados por grupos anteriormente marginalizados (PISTONE, 2004, p.1073) E é crucial dizer que nos movimentos extremistas de direita e autoproclamados conservadores há uma valorização excessiva de um passado glorioso no qual não existiriam as vicissitudes e imoralidades dos tempos presentes. Este ponto é uma característica marcante de movimentos conservadores e extremistas de direita no mundo ocidental e no Brasil. Um grande exemplo atual são as afirmações de que no período da ditadura militar, segundo esses grupos, haveria moralidade, respeito à lei e à ordem. Daí decorre por exemplo que, para tais grupos, nomear o período entre 1964-1985 de ditadura seria um erro (GRANJEIRO, 2021, p. 4).

Há que se apontar ainda para um outro traço comum marcante entre conservadorismo e extrema-direita: não somente a valorização de um passado de glórias e louros, mas sua construção apaixonada. Isso é tão presente no discurso dos movimentos à direita brasileira, que até mesmo se recorre a momentos históricos cujas relações com a história do Brasil, a princípio, não fariam sentido. O caso das referências à Ordem do Templo e a outras ordens militares do medievo e suas ações é um exemplo significativo desse fenômeno.

Não se pode também deixar de se discutir o proscênio no qual os movimentos atuais extremistas de direita vieram à luz. No contexto da crise econômica que abalou o mundo no ano de 2008 e com as medidas governamentais dos países de capitalismo avançado, é preciso estabelecer o ponto de partida para a ascensão das direitas radicais. É necessário ter em conta que, apesar do emprego de medidas de contingência da crise, elas não atingiram de forma satisfatória as populações dos países europeus e dos EUA, o que acabou por gerar um grande número de pessoas desempregadas e desalentadas com a situação econômica. Atrela-se a isso o fato

de que nos anos posteriores houve a eclosão de conflitos em países do Oriente Médio, a exemplo da Síria, ocasionando um grande afluxo de imigrantes para os países capitalistas centrais da Europa, fazendo com que o ressentimento perante essas populações aumentasse e gerasse uma reação, que é em muitos casos extremada, por parte de grupos anti-imigração, os quais são ligados a outros ideários defendidos pela extrema-direita reacionária, como por exemplo a valorização do nacionalismo, o preconceito contra minorias, o fervor religiosos, entre outras facetas (BURITY, 2018, p. 24).

O Brasil, enquanto periferia deste sistema, acabou por aderir a este movimento reacionário, mesmo que mais tardiamente, o que é possível verificar com as manifestações de 2013, as quais começaram com pautas ligadas a movimentos sociais, mas que acabaram por ser apropriadas por setores conservadores (BURITY, 2018, p. 29). Aqui se encontra a gênese dos movimentos de rua pró-impeachment que irão culminar na derrubada da presidenta da República, e que irão se radicalizar cada vez mais durante o governo Bolsonaro e que farão uso de elementos históricos, como a cavalaria medieval, a fim de reafirmar seus ideais e atingir mais pessoas.

Desta forma, este trabalho busca entender como o grupo de extrema-direita chamado Instituto Lux Brasil utiliza a representação de cavaleiros medievais em produções midiáticas, analisando duas imagens disponíveis na Internet: uma veiculada na conta do Instagram do Instituto³ e a outra que se encontra em um vídeo produzido e divulgado pelo próprio movimento, disponível no YouTube.⁴ Nossa hipótese é que as representações dos cavaleiros por esse grupo extremista servem como uma teia que agrupa os principais valores e concepções defendidos por seus partidários, como a defesa da “família tradicional”, dos “valores conservadores” e do “amor à Pátria”, entre outros.

As ordens militares, os cavaleiros e seus empregos

Antes de passarmos a nosso estudo de caso, é importante apresentar brevemente a instituição cavaleiresca mais conhecida pelo grande público: a Ordem do Templo, ou os Templários.

³ A conta é @luxbrasil.org.br_

⁴ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=JTQMu4TzoG4>

A fundação da Ordem do Templo é atestada pela literatura como sendo no ano de 1120, tendo o nome se originado do local em que os cavaleiros estabeleceram sua base, na mesquita de Al-Aqsa, onde teria se localizado o Templo de Salomão, em Jerusalém, advindo daí a nomenclatura “Ordem do Templo” (FOREY, 1997, p.126). Basicamente, os templários eram incumbidos de realizar a proteção dos peregrinos que se encaminhavam à Terra Santa e proteger as estradas pelas quais circulavam estes mesmos peregrinos (FOREY, 1999, p.176), a exemplo da que ligava Jaffa a Jerusalém, protegida pelos castelos de Latrun e Yaun, que eles construíram entre 1169 e 1171. (PRINGLE, 2016, p.178). A Península Ibérica também foi um centro geográfico de ação por parte da Ordem do Templo, como demonstra o convite aos cavaleiros templários pelo conde de Barcelona em 1143 para que somassem forças no combate ao inimigo muçulmano e no processo de reconquista (FOREY, 1999, p.178).

Por se tratar de uma Ordem militar, a organização dos templários era marcada por uma forte hierarquia, com divisões internas em que se alocavam os membros em determinados postos de trabalho e ação. No *front* de combate, os indivíduos responsáveis por portar armas, armaduras e até três ou quatro cavalos eram os cavaleiros propriamente ditos, estando abaixo destes os sargentos, que os auxiliavam mas que também portavam armas similares e montavam a cavalo. (MORTON, 2013, p.36).

Os templários se associam ao conceito de *milites Christi*, isto é, soldados de Cristo (FOREY, 1999, p.182), o que assinala o dever do monge cristão para com Deus e os serviços da Igreja. Este termo aparece no século IX através da pena do monge Smaragdus que, naquele momento, procurava distinguir as diferenças entre aqueles homens que faziam parte de exércitos seculares (*milites seculi*) e aqueles cuja vida era dedicada à contemplação, adoração e pregação da palavra de Deus, que seriam os *militia Christi*. Com o passar dos séculos e as primeiras convocações para as cruzadas, a distinção entre as obras guerreiras dos exércitos seculares e as ações no mundo espiritual do exército de Cristo se desvaneceu, e cada vez se tornou mais comum a prática de homens dedicados à fé Cristã pegarem em armas para realizarem incursões militares e atingirem a Terra Santa, contando com o aval da Igreja. Desta forma, as ações bélicas não eram um empecilho para as práticas de fé dos templários e, inversamente, valores e ações postas em curso por monges

eram aceitas e difundidas na ordem, a exemplo da adoção da castidade e da realização de jejuns, ou seja, de um comportamento assaz rígido e disciplinado.

É importante sublinhar que a Ordem do Templo não era a única ordem de cavalaria na Idade Média. A dos Hospitalários, por exemplo, cujo nascimento está relacionado à Abadia de Santa Maria, em Jerusalém, também teve um papel de destaque na recepção de peregrinos e na ajuda aos pobres, tendo sido obrigada na década de 30 do século XII a iniciar suas atividades militares, em decorrência do aumento crescente das hostilidades no norte da Síria (MORTON, 2013, p.19).

É recorrente que nos grupos de extrema-direita os cavaleiros sejam apresentados de forma idílica, isto é, como homens justos, bons e honrados, cujo objetivo era combater a maldade, a injustiça e garantir a proteção das pessoas fracas e pobres. Todavia, esta visão não se sustenta na análise histórica. Além da obviedade dos problemas de generalização e idealização subjetiva, a cavalaria europeia é dotada de sua própria historicidade, isto é, o aparecimento, desenvolvimento e consolidação da cavalaria ocorreu ao longo de um processo que envolveu um espaço temporal amplo, o qual tem seu início na Antiguidade, haja vista que rituais relevantes para a consagração do cavaleiro – o chamado “adubamento” –, têm suas origens nos povos germânicos que viviam ao lado do *limes* romano (BARTHÉLEMY, 2010, p.51). Além do adubamento, o próprio Barthélemy aponta para a realização nestas sociedades germânicas de duelos os quais visavam à captura de inimigos, para conhecer o destino de guerras importantes. Para Barthélemy, este evento irá aparecer na cavalaria medieval, não com a mesma finalidade, porém em uma forma de afirmar o ideal de pureza, tão relevante para a cavalaria do medievo (BARTHÉLEMY, 2010, pp.50-51). Na própria Idade Média, os rituais cavaleirescos, como o próprio adubamento, também apresentaram momentos de afirmação, mostrando que havia uma dinâmica a qual estes rituais estavam submetidos, não sendo, portanto, estáticos e que reforçam a historicidade da cavalaria. Os adubamentos terão um ápice no ano de 1050, mais por ações de reis, condes e senhores e menos por causa da Igreja, que exercerá maior influência neste ritual na segunda idade feudal (BARTHÉLEMY, 2010, p.301).

Estas discussões mostram que a cavalaria medieval, assim como suas ordens, não eram séquitos de homens que não se modificavam ao longo do tempo e que tinham como única missão lutar contra os infiéis e inimigos de outros reinos. A cavalaria e as ordens cavaleiras estão inseridas em um determinado contexto

histórico, com as suas contingências políticas, econômicas, culturais e sociais, o que molda sua construção. O imaginário da Cavalaria que os grupos extremistas de direita apresentam é, pois, totalmente distante do que a historiografia tem produzido, sendo a cavalaria vista nestes grupos extremistas a cavalaria de forma idealizada, ignorando-se suas particularidades históricas.

Na leitura desses grupos extremistas, os valores supostamente defendidos pelos cavaleiros vêm sendo abandonados ao longo das últimas décadas, em decorrência dos avanços obtidos no âmbito dos direitos civis e sociais pelas minorias negras, LGBTQIA+ e mulheres. Além disso, a questão do combate aos islâmicos pelos templários e os outros cavaleiros de ordens como a dos Hospitalários e Templários também atua enquanto reservatório das visões de mundo ultrarreligiosas desses movimentos, através de uma visão extremada da cristandade, ou seja, como única fonte possível pela qual um ser humano pode obter parâmetros morais.

A partir das considerações efetuadas no parágrafo anterior, é que é possível alçar ao entendimento o uso dos cavaleiros medievais e suas representações por grupos extremistas de direita: Na forma com que tais grupos enxergam a ascensão de pautas de direitos sociais referentes às minorias. Para um grupo como o Instituto Lux Brasil, as conquistas de direitos reprodutivos, direitos sexuais e quaisquer outros, por grupos antes marginalizados e alijados, como uma ameaça à existência da sociedade conhecida por eles, a qual é vista de forma moralizada e tendo como principal esteio de organização, a religião cristã e a família nuclear, cunhada pelos militantes desses grupos de “família tradicional brasileira”. Por isso, na acepção de grupos como o Instituto Lux Brasil, a figura do cavaleiro ganha importância e serve de forma a difundir seus ideais conservadores pelas redes sociais, pois o tratamento dado ao cavaleiro é sempre de forma a idealizá-lo como um homem casto, que respeita a família nuclear, é fervorosamente cristão e que ama o país onde vive, o que reflete o caráter aglutinador da figura do cavaleiro medieval, pois são nessas características que os adeptos do grupo e aqueles potenciais membros encontram o fundamento de sua maneira de pensar e, portanto, a figura do cavaleiro encontra o seu papel de congregar os adeptos do grupo e convidar outros membros.

O reaproveitamento das ordens de cavaleiros pela política

Como já afirmado anteriormente, este texto trabalha com a apropriação das imagens de cavaleiros medievais no contexto da política brasileira atual. Contudo, esse processo de retomada dos cavaleiros medievais e das ordens que se dedicavam ao combate dos “infiéis”, ao cuidado aos peregrinos e à construção de fortificações, não é recente. Vemos, por exemplo, o uso da imagem das cruzadas e dos cavaleiros medievais em discursos de políticos como George W. Bush: após os atentados do World Trade Center e com o lançamento da política de “Guerra ao terror”, o então presidente dos Estados Unidos da América referiu-se aos movimentos bélicos estadunidenses contra as células terroristas islâmicas como semelhantes a uma “cruzada”, o que traz um sentido de luta de bem contra o mal (ELIOT, 2021, p.81). Este discurso gerou tanta repercussão entre os aliados e adversários do então presidente que circularam caricaturas e charges que apresentavam Bush como um guerreiro cruzado, dotado de armadura e montaria (Figura 1).

Figura 1: George W. Bush como um cavaleiro



Fonte: ELIOT, Andrew B.R. **Medievalism, Politics and Mass Media:** Appropriating the Middle Ages in the Twenty-First Century. Cambridge: Boydell & Brewer Ltd, 2017, p.81.

Em outras partes do mundo ocidental, o reaproveitamento dos cavaleiros e das ordens militares seguiu de forma significativa. No Reino Unido, é possível localizar o grupo extremista de direita EDL (*English Defense League*), o qual se caracteriza por ser um grupo anti-imigração e anti-islâmico, além de proclamar a defesa de “valores nacionais”. Este agrupamento emprega um símbolo que remete à

simbologia templária, ao apresentar uma cruz na cor vermelha e os dizeres em latim *in hoc signo vinces* (Sob este signo vencerás – frase que Constantino teria avistado nos céus, durante sua batalha contra Maxêncio, e que o levava a adotar o cristianismo) (Figura 2). Os dizeres em latim no emblema do grupo EDL não só remetem ao passado pelo emprego do latim, mas à tentativa de construir uma imagem de uma fé cristã autêntica e fervorosa, em contraposição ao islamismo e à contemporaneidade.

Figura 2: Símbolo da EDL (*English Defence League*), com os dizeres em latim *In hoc signo vinces* (Sob este signo, vencerás).



Fonte:

https://en.wikipedia.org/wiki/English_Defence_League#/media/File:EDL_English_Defence_League_logo.png Acesso em: 7.Fev.2023

O Brasil não fica alheio às movimentações de grupos extremistas que tomam como exemplo de seu ideário as figurações de cavaleiros medievais e de ordens religiosas. Há, por exemplo, em atividade a autoproclamada “ordem” católica “Arautos do Evangelho”. Esta organização, surgida no final dos anos 90 e início dos anos 2000 (RANGEL, 2021, p. 215), se caracteriza por um discurso ultrafundamentalista e interpretação radical dos escritos bíblicos e de toda a liturgia católica, além do uso de indumentárias que remetem ao medievo, inspiradas na Ordem Militar de Santiago (RANGEL, 2021, p. 217). As próprias igrejas construídas pela organização apresentam uma arquitetura neogótica (RANGEL, 2021, p.217).

Instituto Lux Brasil: Cavaleiros genéricos como espelho de seus valores

As atividades, visões e valores do “Instituto Lux Brasil” podem ser vistas em seu site⁵ e nas suas redes sociais, como o Twitter⁶ e Instagram. Tendo iniciado suas atividades de militância política em 2019, seu presidente é Emílio Dalçoquio, empresário catarinense e próximo ao notório apoiador do Governo Bolsonaro, Luciano Hang, proprietário da rede de lojas Havan. Além disso, de acordo com as redes sociais⁷ do movimento, Dalçoquio teria recebido em sua residência o então deputado federal Jair Bolsonaro, no ano de 2015, indicando uma proximidade de longa duração entre essas personagens da vida nacional. Há que se lembrar também da divulgação do vídeo que será analisado abaixo, no início de 2021, que viralizou nas redes sociais.

O indivíduo montado a cavalo é um dos membros do Instituto Lux Brasil, Wandercy Pugliesi, professor natural de Santa Catarina, que ficou conhecido por possuir uma piscina com um desenho de uma suástica em sua casa. Ao consultar as páginas nas redes sociais⁸ do grupo, verifica-se que há a apresentação geral do ideário defendido pelo grupo e algumas imagens com cavaleiros. Também dignas de nota são as “propostas Lux Brasil”, e particularmente o item “12 propostas Lux Brasil”. Nelas, não apenas a trajetória do grupo e seus ideais são descritos, como também do próprio Brasil, desde o período da redemocratização até os dias atuais. Nesta parte, verifica-se a existência de inúmeras desinformações e afirmações equivocadas sobre personalidades intelectuais e políticas do Brasil. Um exemplo é a descrição do filósofo da Educação Paulo Freire, apontado como “O guru do PT” e “responsável pela política educacional do Brasil nos últimos 20 anos”. Como é sabido, os pensamentos de Freire não foram empregados em nenhum momento nas políticas educacionais brasileiras durante as últimas décadas. Além do mais, seu método de alfabetização era voltado ao ensino de adultos, haja vista a sua aplicação no vilarejo de Angicos, durante o início dos anos 60.

Na figura 3, ao lado da imagem do cavaleiro, há a frase: “Defender a Ordem para ter o Progresso no Brasil”, valendo-se do dístico presente na bandeira nacional portada pelo cavaleiro para fazer um jogo de palavras no qual a palavra “Ordem” seria um pressuposto para que houvesse um período de progresso no Brasil. Isto

⁵ Atualmente o site está fora do ar, mas suas propostas podem ser lidas em: <<https://luxbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/08/12-PROPOSTAS-LUX.pdf>> Acesso em 21 nov. 2022.

⁶ A conta é @luxdobrasill

⁷ @luxbrasil.org.br

⁸ @luxdobrasill e @luxbrasil.org.br

está em consonância com um dos “Valores” defendidos na apresentação do grupo, o qual se diz compactuar com a “Conservação e manutenção dos costumes e tradição” e cuja “Missão” é “Formar, disciplinar e realizar ações coordenadas entre pessoas unidas pelos mesmos laços ideológicos”¹⁰

Figura 3: Cavaleiro templário empunhando uma espada na mão direita, e portando a Bandeira Nacional na mão esquerda.

A Lux Brasil não é um partido político.
 É uma Associação suprapartidária que defende pensamentos e ações realmente de direita.
 É uma espécie de "selo do Inmetro" dos partidos e candidatos. Ou seja: Quem tiver a chancela ou o "selo da Lux Brasil" é realmente um candidato/partido que:

- *Defende a Democracia,*
- *Detesta o comunismo,*
- *Não fica no centrão,*
- *Defende a Ordem para ter o Progresso no Brasil.*

 **LUX BRASIL.org.br**

Fonte: <https://luxbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/08/12-PROPOSTAS-LUX.pdf>. Acesso em: 14.Nov.2022

As imagens alvo de estudo deste artigo foram levantadas através da consulta do site do grupo na rede mundial de computadores e pela observação realizada nas redes sociais do Instituto Lux Brasil. Ao longo do processo de visita das redes e do site, foi possível constatar que essas eram as imagens veiculadas pelo grupo em suas páginas, não sendo possível atestar que outras imagens tenham sido publicadas pelo grupo. Tendo isso em conta, é a partir dessas imagens que serão feitas as análises propostas pelo artigo. Nas próximas linhas do texto, concentrar-se-á na análise das imagens.

Os dizeres acima presentes nos “Valores” e na “Missão” se coadunam com a imagem do cavaleiro medieval que carrega a bandeira nacional no sentido de que características como a disciplina, rigidez e hierarquia existentes na Ordem do Templo e seus pares, por exemplo, seriam um modelo para o Instituto Lux Brasil, o que é verificável também na presença do logotipo do grupo na armadura do cavaleiro.

Os membros deste grupo político teriam em conta o modelo hierárquico e de valores praticados entre os cavaleiros das ordens religiosas como um repositório a partir do qual suas ações seriam pautadas. Mas não só a imagem do cavaleiro serviria como uma fonte de inspiração para os partícipes do Instituto Lux Brasil e seus próceres: a representação do cavaleiro significaria uma espécie de dispositivo que, em consonância com Foucault, constitui uma relação entre elementos discursivos e não discursivos com vistas a atender demandas históricas do momento em que se está vivendo e dando uma função estratégica ao dispositivo (FOUCAULT, 2000, p.244). Isto é, o dispositivo foucaultiano emprega uma miscelânea assaz diversa de componentes – podendo ir desde discursos escritos, imagens, trabalhos arquitetônicos – os quais se inserem em um determinado espaço temporal que apresenta requisições. No caso em tela, trata-se de um período de tempo marcado pela presença de grupos extremistas de direita que se notabilizam pela retomada, sem embasamento e rigor, do passado histórico. Para tanto, eles se valem de discursos verbais, a exemplo do que é encontrado no link do Instituto Lux Brasil mencionado acima, e também de imagens, que serão tratadas adiante.

O conceito de dispositivo foucaultiano pode auxiliar a compreender que o emprego da imagem do cavaleiro acima se insere na relação entre os elementos discursivos presentes no link do Instituto (os “Valores” e a “Missão” do Instituto Lux Brasil) e a representação do cavaleiro com uma espada e a bandeira do Brasil em mãos. Confere-se assim uma função estratégica ao dispositivo “Imagem de Cavaleiro”, que é atingir um maior número de pessoas possível para a causa extremista de direita e da exaltação dos valores defendidos, através da associação dos valores expostos no link com a figuração de um cavaleiro medieval genérico e sua divulgação massiva (a exemplo da viralização do vídeo), o qual seria concebido como um cristão fervoroso, defensor dos valores tradicionais, da família e da pátria. Este tipo de correlação pode ser feito com base na atuação desses grupos extremistas na rede mundial de computadores. Nos últimos anos, é notório que

grupos de extrema-direita têm mobilizado esforços no que toca ao disparo em massa de vídeos, imagens e notícias falsas nas redes sociais, fato este verificado em eleições passadas, a exemplo do que ocorreu em 2018 e 2022. Assim sendo, a divulgação massiva de imagens de um cavaleiro genérico em grupos de conversa de redes sociais, juntamente com vídeos de pessoas trajando vestes remetendo a cavaleiros – como é o caso do Instituto Lux Brasil – serve para que as pessoas, especialmente aquelas que já tendem a ideias de extrema-direita, tenham um primeiro contato com o Instituto e seu ideário, sendo levadas a conhecer mais sobre o grupo.

Entretanto, não é apenas no link do Instituto que se encontra essa utilização dos cavaleiros medievais. Em um vídeo produzido em 2021, postado originalmente no YouTube e depois espalhado nas redes, vê-se um homem fantasiado com as indumentárias atribuídas ao posto de cavaleiro medieval pertencente a uma Ordem, como a do Templo, montado a cavalo (figura 4). A imagem em questão é outro forte indicador do uso da imagem dos cavaleiros medievais enquanto dispositivo.

Figura 4: Homem com armadura de um cavaleiro portando a Bandeira do Brasil e com os dizeres convocatórios “15 de Março: Venha para as ruas”.



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 14. Nov. 2022.

É possível perceber que existe um forte conteúdo propagandístico e reafirmador na imagem acima. Propagandístico, pela frase que conclama aos espectadores que saiam às ruas no dia 15 de março, e reafirmador, pela representação de um homem vestido enquanto um cavaleiro genérico medieval montado a cavalo, sinalizando que ele seria a conjunção entre os valores e ideais defendidos pelo grupo. Os dois conteúdos – propagandístico e reafirmador – estão

em convergência com a noção de dispositivo, visto que há uma relação entre o discursivo (a mensagem escrita) e o não discursivo (o homem vestido de cavaleiro), objetivando a um fim estratégico específico, que é a convocação de pessoas por tudo aquilo que o Instituto Lux Brasil diz defender e acreditar. Diante de tudo isso, pode-se refletir que a imagem do cavaleiro medieval serve estrategicamente para atrair pessoas e amalgamá-las em torno do ideário do Instituto Lux, além do fato de que a imagética dos cavaleiros utilizada pelo grupo serve como uma forma de reafirmar os “Valores” e a “Missão” presente no site do grupo.

A própria denominação do grupo, com a palavra *lux* (luz, em latim), serve para o mesmo fim de dispositivo. Ao empregar o vocábulo de uma língua morta, depreende-se uma tentativa de fazer a valorização daquilo que é pretérito e pertencente ao mundo medieval, em detrimento do que é contemporâneo. Ou seja, a palavra *lux* ajuda na construção de um passado glorioso medieval, pois é sabido que o latim era utilizado na liturgia cristã e por meio dela muitos objetos da cultura pertencentes à Antiguidade e ao próprio Medievo chegaram a ser conhecidos. O uso do latim está no seu vídeo propagandístico acima mencionado, logo no seu fim, quando o homem trajado de cavaleiro profere a seguinte frase: *Ordinem et Progressus*, que teria relação com o dístico positivista presente na bandeira nacional – apesar do equívoco na redação, posto que a palavra *Ordinem* está declinada no acusativo, e não no nominativo *Ordo*, como seria o correto. Ainda assim, a questão da valorização de um passado glorioso e de moralidade é perceptível e explicitada pelo uso do latim (mesmo que incorreto).

Conclusão

A Idade Média, em todos os seus séculos de duração, foi essencial para a formação de homens e mulheres na realidade sociocultural do Ocidente. Ainda são reverberados ecos seus nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana, em destaque para a política. Mas a reapropriação de conceitos, imagens e ideais oriundos da Idade Média nem sempre é feita com justeza e com respeito à história, sendo aqueles muitas vezes empregados com motivações mais heterodoxas, como é o caso do Instituto Lux Brasil, que procura estabelecer uma linha direta entre seus ideais extremistas e a cavalaria medieval, mediante a correlação entre religiosidade cristã, o respeito à “Família Tradicional Brasileira” e o ódio às minorias sociais aos supostos ideais e estética da Ordem do Templo e outras ordens cavaleirescas. Isso

é atingido pelas correlações dúbias que foram vistas ao longo do artigo. Nelas, os membros do Instituto Lux Brasil tentam associar ao seu ideário de extrema-direita a figura de um ente histórico que existiu em um período com peculiaridades distintas e com um contexto diametralmente oposto ao que se vive no século XXI, ou seja, a existência do cavaleiro só foi possível graças a eventos históricos particulares. Todavia, isto não se tornou um impeditivo para que grupos extremistas a exemplo do Instituto Lux Brasil empregassem as imagens de cavaleiros em suas redes e site, visando atingir um maior alcance na divulgação de suas ideias e também convidar novos adeptos para as causas defendidas. Tendo isso como base, é que se faz factível entender a função de dispositivo Foucaultiano das imagens das Ordens e de cavaleiros genéricos feita pelo Instituto Lux Brasil, o que é levado a cabo pelo grupo partindo da associação entre discurso e imagem dos cavaleiros, as quais estão sempre associadas, como foi visto, aos valores ideológicos do grupo explanados em seu site e também pela existência, nas imagens divulgadas, de elementos como a bandeira nacional, elemento esse muito associado, nos últimos anos, aos movimentos que propagam ideários conservadores e reacionários. Por isso, é cabível concluir que na busca de atingir seus objetivos e na reafirmação de sua ideologia e seus valores, os membros do Instituto Lux Brasil tenham recorrido ao grassamento das imagens de cavaleiros em suas mídias com vistas a atingir um público que compartilha dos mesmos ideais do grupo, através do jogo entre os elementos discursivos (dizeres, frases em latim) e não discursivos (bandeira nacional e armadura, por exemplo), indo de encontro ao que Foucault atesta em seu dispositivo, não obstante o fato de que tal tratamento carrega uma distorção de fatos históricos e leva à desinformação de quem entra em contato com esse material.

Referências Bibliográficas

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**: Da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: Análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ELLIOT, Andrew B.R. **Medievalism, Politics and Mass Media**: Appropriating the Middle Ages in the Twenty-First Century. Cambridge: Boydell & Brewer Ltd, 2017.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

FOREY, Alan. The Military Orders (1120-1312). In: RILEY-SMITH, Jonathan (Org.). **The Oxford History of the Crusades**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FOREY, Alan. The Templars. In: KEEN, Maurice (Ed.). **The Military Orders: From the Twelfth to the Early Fourteenth Centuries**. London: Macmillan, 1992.

GRANJEIRO, Giovanna de Lima. O crescimento da extrema-direita e das manifestações antidemocráticas pela volta do regime civil-militar no Brasil (2013-2020). **ANPUH: 31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 2021.

MANNHEIM, Karl. Traditionalismus und Konservatismus. In: KETTLER, David; MEJA, Volker; STEHR, Nico (Orgs.). **Karl Mannheim: Konservatismus**. Ein Beitrag zur Soziologie des Wissens. 1984: Frankfurt am Main, suhrkamp taschenbuch wissenschaft.

MORTON, Nicholas. **The Medieval Military Orders 1120–1314**. New York: Routledge, 2013.

PISTONE, Swerigio. Reação. In: NORBERTO, Bobbio; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política, Vol.2**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini.

PRINGLE, Denys. Templar Castles on the Road to the Jordan. In: BARBER, Malcolm (Ed.) **The Military Orders: Fighting for the Faith and Caring for the Sick**. New York: Routledge, 2016.

RANGEL, João Guilherme Lisboa. **Política, Religião e neomedievalismo: As diferentes Idade Média da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e os arautos do Evangelho**. Revista Signum, v.22, n.1, 2022.

SANI, Giacomo. Conservadorismo. In: NORBERTO, Bobbio; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política, Vol.1**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini.

Outros materiais consultados

<https://luxbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/08/12-PROPOSTAS-LUX.pdf>

Acesso em: 14.Nov.2022.

Cidade, patrimônio e ativismos urbanos: o casarão da Vila Guilherme entre a memória e o direito à cidade

City, heritage and urban activism: the big house of Vila Guilherme between memory and the right to the city

Anderson VANNUCCI¹

Resumo: Este artigo trata da dinâmica social das relações entre o patrimônio histórico e cultural e o direito à cidade nas últimas décadas. Tem como base minha dissertação de mestrado defendida em 2020 junto ao departamento de história da PUC-SP que estudou a transformação de um antigo grupo escolar paulistano, o Casarão da Vila Guilherme, construído em 1924, na Casa de Cultura da Vila Guilherme em 2016. A análise teve como foco o processo no interior do qual, o imóvel, após ser utilizado por vários anos como sede da subprefeitura, ficou abandonado por cerca de 10 anos, até que, a partir de 2012, diversos movimentos e coletivos da região se organizaram para reivindicar junto à prefeitura a criação, em suas dependências, de uma Casa de Cultura, o que só aconteceu após dois anos de ocupação cultural realizada por aqueles movimentos.

Palavras-chave: Casarão da Vila Guilherme; Direito à Cidade e coletivos Urbanos; Usos do patrimônio cultural.

Abstract: This article deals with the social dynamics of the relations between historical and cultural heritage and the right to the city in the last decades. It is based on my master's dissertation defended in 2020 at the history department of PUC-SP, which studied the transformation of an old school group from São Paulo, the Casarão da Vila Guilherme, built in 1924, into the Casa de Cultura da Vila Guilherme in 2016. The analysis focused on the process within which the property, after being used for several years as the headquarters of the subprefecture, was abandoned for about 10 years, until, as of 2012, several movements and collectives of the region organized themselves to claim with the city hall the creation, on its premises, of a House of Culture, which only happened after two years of cultural occupation carried out by those movements.

Keywords: Casarão da Vila Guilherme; Right to the city and urban collectives; uses of cultural heritage

¹ Graduado em história pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em história pela Pontifícia universidade católica (PUC-SP) e doutorando em história pela Universidade federal do Goiás (UFG)

Introdução

Deve levar-se em consideração a ideia de que as questões relativas ao patrimônio histórico e às lutas envolvendo o direito à cidade, são duas formas diferentes de apropriação do espaço urbano, tanto do ponto de vista simbólico quanto do ponto de vista concreto, mas, que ainda assim, devem dialogar e convergir para um mesmo objetivo.

Também as discussões em torno do patrimônio histórico e cultural têm se ampliado muito no sentido de incorporar as diversas faces da sociedade, representadas através de suas lutas e de suas diferentes identidades sociais. Dentro desse contexto, tenta-se entender de que forma os diversos ativismos urbanos se apropriaram do espaço da cidade e interviram no processo de patrimonialização, e de que forma através deles o patrimônio foi ressignificado e reinserido na dinâmica da sociedade.

A forma através da qual o tema foi abordado pode ser dividida em duas dimensões:

A primeira, o início do processo na gestão Erundina, procurou entender o contexto do projeto Cidadania Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, chefiado por Marilena Chauí, articulando-se ao cenário mais amplo dos debates ocorridos dentro do Congresso sobre Patrimônio Histórico e Cidadania promovido por aquela gestão e ocorrido entre 11 e 16 de agosto de 1991.

Uma segunda dimensão refere-se ao processo de disputa promovido por diversos coletivos culturais da Zona Norte em prol não apenas do tombamento do prédio, mas, principalmente, de sua utilização social, realizada através da transformação do bem histórico em um equipamento cultural público, gerido pela prefeitura e com atividades promovidas pelos grupos organizados da comunidade.

No que diz respeito às fontes, foi pesquisado o arquivo CEDESP (centro de documentação e estudos da cidade de São Paulo), que possui toda a documentação oficial referente à administração municipal Luiza Erundina em São Paulo (1989-1992), em especial com o material relativo à Secretaria de Cultura, que durante essa gestão foi comandada pela filósofa Marilena Chauí, e dentro do qual estava a documentação do DPH (departamento do patrimônio histórico), além da documentação referente às administrações regionais. Também foi consultado o arquivo do DPH para acessar o processo de tombamento do Casarão.

Por tratar-se de um período muito recente foram necessárias consultas a arquivos digitais encontrados na internet e em diversas redes sociais, além de páginas de jornais locais, às vezes existentes apenas no formato digital. Também páginas oficiais com material relativo à legislação em todas as esferas do poder público e a atas de reunião de conselhos ligados à prefeitura. Por fim, foi utilizada a História Oral, mediante depoimentos, onde foram obtidos diferentes pontos de vista sobre todo o processo de ocupação e criação da casa de cultura.

O processo de tombamento e a gestão Luiza Erundina (1989-1992)

O edifício situado na Praça Oscar da Silva 110, na região central do bairro da Vila Guilherme, na Zona Norte de São Paulo, foi construído em 1924 para abrigar o grupo escolar da Vila Guilherme, criado no ano seguinte.

Em 1947, o grupo escolar passou a se chamar Afrânio Peixoto e, em 1956, foi desapropriado pela prefeitura, sendo que até então pertenceu ao Governo do Estado e funcionou como escola até 1970. Em 1977, o prédio recebeu os escritórios da Administração Regional da Vila Maria/Vila Guilherme, como se chamavam na época as atuais Subprefeituras, que funcionaram ali até 2005. Desde então, quando a subprefeitura mudou de endereço, o prédio ficou sem uso oficial e, em 2011, chegou a ser interditado pelo Contru (Departamento de Controle e Uso de Imóveis) do município de São Paulo devido à situação de abandono.

O processo de tombamento do edifício junto aos órgãos de patrimônio foi iniciado em 1991 e concluído pelo Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de São Paulo) em 2013, ou seja, tramitou por 22 anos e atravessou o governo de sete prefeitos. Finalmente, em 28 de maio de 2013, o prédio é oficialmente tombado.

O início do processo de tombamento do Casarão da Vila Guilherme ocorre em um momento de grande transformação das políticas patrimoniais no município de São Paulo, e se articula às diretrizes e ações da prefeitura na área da cultura com a proposta da cidadania cultural, processo por meio do qual a Secretaria Municipal de Cultura buscou trabalhar o direito à memória em conjunto com outras secretarias e órgãos da gestão Luiza Erundina.

O projeto de implantação das Casas de Cultura era um dos projetos propostos pela Secretaria Municipal de Cultura que colocavam em destaque as propostas de

cidadania cultural e de direito à memória. A ideia de transformar o Casarão em Casa de Cultura articulava as duas propostas.

O principal desafio assumido por Marilena Chauí durante sua gestão à frente da Secretaria de Cultura foi a proposição de uma política cultural que não se confundisse com um programa de atividades e serviços. Naquele momento, a partir da crítica ao que caracterizava como modelos anteriores de política cultural adotados na cidade, Chauí estabeleceu uma tripla recusa que ajudaria a pensar o que seria a política da cidadania cultural: a recusa do controle estatal sobre a cultura e suas formas autoritárias; a recusa da divisão entre alta cultura e cultura popular, e do caráter messiânico desta última; e, por fim, a recusa a se curvar às exigências do mercado e, acima de tudo, à privatização da cultura. Essas seriam algumas das bases do novo modelo de cultura iniciado sob a nova gestão à frente da secretaria.

Seria no interior dessas premissas e diretrizes que o trabalho municipal sobre patrimônio iria se estruturar. O DPH nesse período também se baseou em algumas premissas na constituição de um novo sentido para o patrimônio histórico e cultural.² A perspectiva adotada no DPH e no Conpresp durante a administração Erundina foi considerar o papel social da patrimonialização e o campo de disputas entre as classes, e os diversos grupos sociais foram o objeto preferencial da política patrimonial daquela gestão. Na definição da diretora do DPH na gestão Erundina, a professora Dea Fenelon:

Bens culturais não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas (...) todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas. (FENELON, apud ORÍ, 2010. p.134)

O conceito de Direito à Memória trabalhava com a ideia de se valorizar a diferença e a multiplicidade dos bens culturais existentes, deixando de privilegiar apenas as grandes obras construídas pelos grandes homens da história paulista. As premissas articulavam-se às da cidadania cultural, na qual se baseava, buscando valorizar os bens das classes populares e os valores dos vários grupos pertencentes à sociedade.

² Dentro desse debate também é importante ressaltar o Congresso de Patrimônio Histórico e Cidadania que foi promovido por aquela gestão e ocorrido entre 11 e 16 de agosto de 1991, cujo texto final, transformado em livro, traduz de forma concisa os parâmetros da política cultural daquela administração.

Assim, a política de patrimônio do DPH e Conpresp durante a administração de Marilena Chauí à frente da Secretaria Municipal de Cultural da gestão Luiza Erundina revela que a possibilidade de tombamento do Casarão estava inserida em um planejamento mais amplo, que visava dar um uso social para aquele espaço tornando-o acessível para toda a população, mas não de forma museológica. Nesta concepção, o instituto do tombamento não era “gratuito” e se inseria dentro do contexto do projeto da cidadania cultural. A proposta era a de que o processo de tombamento e de criação da Casa de Cultura, além de envolver os vários órgãos da administração pública (administração regional, DPH e setor de Casas de Cultura), dialogasse com as demandas resultantes da mobilização popular no bairro.

Fazia todo sentido que as Casas de Cultura fossem sediadas em prédios já com alguma referência importante para a história da comunidade, que seria o caso do Casarão da Vila Guilherme. Então, nas Casas de Cultura implantadas na cidade, a Secretaria criou vários programas, entre eles o Projeto Memória, iniciado por volta de 1991, que, articulando o DPH com os movimentos sociais, visava promover o resgate da memória coletiva local de cada região através das histórias dos seus moradores e de suas experiências de vida e de trabalho. Era dada uma atenção maior para a construção da memória dos trabalhadores e pessoas dos setores populares, buscando valorizar, para essas pessoas, suas memórias e sua cultura como algo a ser guardado.

No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Cultura, houve problemas na execução do planejado em relação à criação das Casas de Cultura. O projeto inicial foi reduzido para apenas 7 unidades, sendo que na Zona Norte apenas a unidade de Pirituba continuava nos planos, tendo sido abandonados os projetos da Freguesia do Ó, Santana e Vila Maria.

Entre os problemas levantados estava a falta de condições materiais e verba para a instalação das Casas de Cultura. A Cultura, que tradicionalmente possuía um orçamento abaixo dos 2%, tinha o difícil trabalho de batalhar por mais verbas, e para isso precisou reavaliar as suas prioridades dentro da pasta em vários momentos.

Durante as gestões de Maluf e Pitta, entre os anos 1993 a 2000, o processo de tombamento do Casarão ficou estagnado.

Da ocupação cultural à casa de cultura (2012 – 2016)

A partir dos anos 2000 novos atores entram em cena na mobilização em prol da casa de cultura da Vila Guilherme, os coletivos culturais; movimentos independentes e sem hierarquia, formados por um grupo de pessoas com interesses comuns que desenvolvem uma cultura com um forte ingrediente radical. Outra característica marcante dos coletivos é o seu caráter flexível e horizontal. Eles buscam prover a comunidade com espaços que ofertem e divulguem atividades culturais, educacionais e esportivas, além de incluírem movimentos artísticos locais.

Dentre os coletivos diretamente envolvidos com o Casarão, ganham destaque o Agito Cultural da Zona Norte, que se propunha com uma articulação entre os diversos atores e grupos artísticos e lugares de práticas culturais na região, e o CICAS (Centro Independente de Cultura Alternativa Social) que estava ligado ao Fórum de Cultura da Zona Leste.

A partir do início da gestão Haddad, em 2013, e ainda antes do tombamento do Casarão, decretado em maio daquele ano, os movimentos e coletivos passaram a se reunir com a prefeitura para cobrar a criação da Casa de Cultura no edifício do antigo grupo escolar.

No decorrer dessas mobilizações, porém, identifica-se outra proposta para a utilização do espaço, que dizia respeito à cessão do imóvel e transferência da gestão de suas atividades para uma Organização Social (OS). Ela tinha origem a partir da atuação do grupo Abaçai Cultura e Arte, qualificado como OS pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em 2007, e é responsável pelo Festival Revelando São Paulo e pelo mapa cultural paulista.³

Devemos considerar que o Abaçai Cultura e Arte não gozava de uma boa reputação entre os coletivos da região, pois estes consideravam seu trabalho como uma forma de “privatização” e “terceirização” da política cultural do governo.

Por fim o grupo Abaçai realizava sondagens e tratativas diretamente com prefeitura a fim de conseguir administrar o edifício mesmo após o início da articulação dos coletivos culturais junto a prefeitura para a criação da casa de cultura.

³ Trata-se de um grupo de produção cultural voltado especialmente para a manutenção e valorização da cultura popular do Estado de São Paulo surgido em 1973 em uma escola pública. Seu principal evento é o Revelando São Paulo, no qual é mostrada toda a variedade da cultura popular do Estado através da música, artesanato e culinárias tradicionais. Esse festival ocorria desde 1997 no parque da Água Branca, e a partir de 2010 passou a acontecer no parque do Trote na Vila Guilherme.

Foi em decorrência dessa interferência e também pela demora da prefeitura em tomar uma decisão sobre a criação e a gestão da casa de cultura tomada a decisão por parte dos coletivos de ocupar o casarão da Vila Guilherme, tendo esta ocorrido finalmente na noite do dia 25 de abril de 2014.

Entre os vários coletivos que participaram da ocupação temos: Amigos da Vila Maria; Centro Comunitário Nelson Mandela; CICAS – Grupo Social Reviver, e alguns grupos apoiadores, como os grupos O de Casa; CPT; Fórum Mudar SP, e Ateliê Oço.

Dentre os grupos, encontrava-se também o projeto MUC Sound do MUC (Movimento Urbano Cultural) que foi responsável por levar um projeto de skate e de produção musical de hip-hop para a ocupação. Este foi um dos primeiros projetos, e ainda hoje é realizado na Casa de Cultura e ocupa boa parte da área externa do edifício do antigo grupo escolar.

Atividades bastante diversas foram realizadas durante a ocupação. Segundo dados fornecidos por Brandão, ocorreram no Casarão durante a ocupação cerca de 32 oficinas gratuitas e abertas para o público com a participação de mais de 200 alunos⁴.

Foram realizados diversos tipos de oficinas e atividades dentro do espaço da ocupação. Elas ocorriam aos fins de semana e eventualmente durante a semana. Havia circo, teatro, dança e shows musicais, aulas de capoeira, aulas de karatê, oficina de serigrafia, entre outros. Outra atividade importante realizada durante a ocupação foi a montagem de uma biblioteca comunitária formada por livros doados.

Também havia uma oficina de grafite na ocupação. Nesse caso houve a preocupação com a manutenção das características históricas do edifício e com a preservação do patrimônio, já que nessa época o edifício estava oficialmente tombado pelo CONPRESP.

Havia também toda a área do pátio externo dedicada ao skate. Foram construídos ali mesmo pelos próprios instrutores e seus alunos vários obstáculos usados para a prática, os jovens e adolescentes que se utilizavam da Praça Oscar da Silva para a prática do skate possuíam uma longa relação com o espaço da

⁴ Este TCC da área de arquitetura foi concluído em 2016, sendo uma importante referência para nosso trabalho, já que a pesquisa ocorreu durante o processo de ocupação e a autora pôde conhecer pessoalmente o local e entrevistar alguns membros da ocupação. Os números citados foram possivelmente obtidos por meio de um caderno que havia no começo da ocupação para registrar a frequência das pessoas no espaço. Infelizmente este caderno se encontra desaparecido.

praça, graças a isso, a área externa da ocupação se tornou uma espécie de continuidade da praça pública.

Havia alguns grupos de teatro que realizavam oficinas e espetáculos dentro da ocupação, alguns destes grupos também usavam o espaço como lugar para seus ensaios em geral devido à ausência de espaços próprios para esses grupos. Havia também alguns grupos que realizavam atividades diversas dentro da ocupação para a comunidade e que também se utilizavam das salas do edifício ocupando um espaço próprio dentro do Casarão.

Entre esses grupos temos a escola de samba Acadêmicos de São Jorge, criada em 2005 na Vila Sabrina, onde fica a sua sede oficial e que durante a época da ocupação desfilava no grupo 3 do carnaval paulista. Durante a ocupação da escola, o espaço do Casarão serviu como barracão para preparar seus desfiles de carnaval.

Outro grupo que aparece nesse contexto na ocupação é o INDEAFRO (Instituto Nacional de Tradições Afrodescendentes no Brasil), cuja sede fica no Jardim Brasil, e também utilizaram o Casarão como sede durante a ocupação. Tinham inclusive a intenção de criar um museu da cultura negra dentro da ocupação.

A partir da diversidade de práticas culturais realizadas durante a ocupação podemos entender a patrimonialização do Casarão para além da lógica material e mais para as práticas culturais ligadas a ela. Em seu livro *A Invenção do Cotidiano*, Certeau considera a importância de valorizar a cultura popular como parte do patrimônio cultural da cidade, mas não apenas a cultura produzida em tempos passados, mas também aquela produzida hoje de modo a não se tornar o patrimônio algo museificado e estático no tempo, nem algo restrito aos especialistas e expertos. Como ele argumenta.

Mas isso é desperdiçar o verdadeiro capital de uma nação ou de uma cidade. Pois seu patrimônio não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, a maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e poetizadas. Finalmente o patrimônio são todas essas “artes de fazer” (p.199).

Entre as atividades consideradas mais relevantes para os organizadores da ocupação eram aquelas ligadas a atuação junto às crianças e jovens em situação mais vulnerável. Importante ressaltar a preocupação em buscar jovens da região

para participarem das atividades ocorridas no Casarão vindos de diversas comunidades na região da Vila Guilherme, e até mais além, aonde alguns membros da ocupação iam a fim de atrair crianças e jovens e criando atividades voltadas para elas. Havia a preocupação não apenas com o caráter artístico da ocupação mas com o caráter social através do qual se poderia atuar.

Entre as comunidades estavam a da Coruja, Sallus e Amadeu, que estão situadas no próprio bairro da Vila Guilherme. Além dessas, as ações chegavam por exemplo à comunidade do Violão, situada no Jardim Brasil, e à comunidade da Zachi Narchi, situada no bairro do Carandiru.

Também havia um trabalho com crianças vindas de abrigos da Vila Medeiros e do Jardim Brasil. Para esse trabalho havia a cooperação de agentes públicos como do Conselho Tutelar e do setor responsável por cuidar de crianças e adolescentes da própria subprefeitura. Havia também um trabalho realizado com crianças vindas do Parque Novo Mundo, sendo este feito com o Movimento de Moradia da Vila Maria e com a Ocupação Douglas Rodrigues.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito ao que Harvey denomina de criação de novos espaços comuns, ou a política do comum. Sendo o comum a apropriação de lugares muitas vezes públicos, mas não disponíveis para todos, espaços e bens públicos não são necessariamente comuns, pois embora eles contribuam intensamente para as qualidades dos comuns. É preciso uma ação política por parte dos cidadãos para se apropriarem verdadeiramente destes bens, já que para o autor sempre houve uma disputa sobre quem deve cuidar e sobre quem deve regular a produção e o acesso aos bens públicos.

O comum também se institui com uma forma de organização e do governo da produção coletiva dos seus diversos sujeitos constituintes garantindo uma atuação de forma horizontal e democrática do processo social.

A organização dos diversos movimentos durante a ocupação sob este princípio foi outro aspecto bastante importante. Havia certa autonomia na utilização dos espaços dentro da ocupação pelos grupos. Havia uma reunião geral dos grupos do Casarão para decidirem os rumos da ocupação e tratar de questões práticas do dia a dia. Para essas reuniões costumavam ser convidados moradores da região, pessoas ligadas à subprefeitura da Vila Maria /Vila Guilherme, professores e pessoas ligadas à Biblioteca Pública Municipal da Vila Maria.

Também eram convidados artistas e militantes sociais e culturais de outras regiões. Com isso se buscava um maior fortalecimento da ocupação através da criação e ampliação de uma rede com pessoas e grupos atuantes em outras áreas e lugares que poderiam colaborar de diversas maneiras no processo.

Para a coordenação de estas atividades e para garantir o funcionamento cotidiano do espaço, foi criado uma espécie de conselho gestor interno da ocupação, que era organizado via comissões. Estas se dividiam conforme as necessidades da ocupação como limpeza, cozinha e a organização das oficinas. Do ponto de vista financeiro, dependiam de doações de produtos de limpeza e de alimentos.

A relação dos coletivos com a comunidade do entorno era uma questão importante para garantir a manutenção da ocupação como projeto de cultura que alcançasse a comunidade local de maneira efetiva.

Essa relação, no entanto, foi sensível e complexa, ativistas da ocupação relataram certa resistência nos moradores das proximidades do Casarão por causa da presença de jovens, negros e de artistas ligados ao RAP e ao Reggae, considerados gêneros marginalizados pela sociedade, além da presença constante de crianças e adolescentes vindas das comunidades carentes, fruto do trabalho social realizado na ocupação. Os coletivos que ocuparam o casarão são vistos por alguns moradores como invasores e pessoas estranhas à comunidade.

Por fim devem-se compreender as relações complexas e dinâmicas estabelecidas entre as duas formas da atuação política realizada durante todo o processo, nas quais os grupos da ocupação exercem pressão ao mesmo tempo, em que dialogam com a administração municipal, buscando resolução para as demandas locais numa perspectiva mais autônoma.

A relação dos coletivos ocupantes com administração pública ao longo do processo de ocupação foi relativamente boa. Havia um melhor diálogo com a Secretaria de Cultura devido ao interesse desta no desenvolvimento das Casas de Cultura na totalidade. Já a relação com a subprefeitura era mais complexa, pois havia pessoas que facilitavam e outras que dificultavam o diálogo, pois não estavam conectadas com a comunidade e eram mais ligadas à burocracia administrativa.

Portanto, havia duas frentes de diálogo travados com os ocupantes do Casarão, a Secretaria Municipal de Cultura para negociar a criação da Casa de Cultura e a subprefeitura, que era a proprietária do imóvel. Este último diálogo

aconteceu principalmente através do conselho do qual participava o Subprefeito Gilberto Rossi.

Alguns membros do Conselho Participativo da Subprefeitura apoiavam o movimento e foram importantes para garantir junto à prefeitura a manutenção do modelo participativo na futura Casa de Cultura. O Conselho Participativo da Subprefeitura era formado por pessoas atuantes na comunidade e foi muito importante como forma de intermediar o diálogo entre a prefeitura e os coletivos que ocupavam o Casarão, levando as demandas destes grupos até a Administração Municipal.

Finalmente a inauguração da Casa de Cultura ocorreu em 11 de junho de 2016 e contou com a presença do Prefeito Fernando Haddad, além das autoridades ligadas à subprefeitura. Ela passou a ser administrada provisoriamente pelo gestor do Centro Cultural da Juventude localizado no bairro da Cachoeirinha na Zona Norte de São Paulo e que foi cedido para a Casa de Cultura até 16 de janeiro de 2017 quando, a partir de então, foi eleito um conselho gestor formado por pessoas da comunidade e um coordenador foi eleito por esse conselho.⁵

Conclusão:

A partir das ideias de Certeau podemos entender como a intervenção dos coletivos exercida sobre o casarão contribuiu para evitar que o edifício se transformasse no que esse autor chama de um fantasma da cidade, ou numa ilha isolada dentro do espaço urbano, enquanto não se relaciona com a cidade viva em torno dela. O processo de patrimonialidade que acabou ocorrendo no Casarão da Vila Guilherme, de certa, forma serve como uma resposta frente a essa contradição estabelecida por Certeau, pois o edifício enquanto patrimônio foi também restituído ao cotidiano do bairro, voltou a se tornar ativo e vivo para a comunidade local.

Nesse sentido Certeau também trabalha com a ideia da importância das práticas cotidianas na construção de uma cidade mais humana e habitável, pois quando trata das relações dos habitantes com o patrimônio histórico e cultural ele revela as inquietações sobre a questão do restauro de edifícios que provoca a

⁵ Conforme a portaria nº 069 de 2016, a administração das Casas de Cultura fica sob a responsabilidade de um conselho gestor formado por 11 membros, sendo 1 funcionário da Secretaria Municipal de Cultura, 7 produtores culturais da região que atuem na Casa de Cultura e 3 membros da sociedade civil que morem no distrito da Casa de Cultura, com mandato de 2 anos e com a possibilidade de uma única reeleição

retirada do bem restaurado do mundo dos vivos através de sua museificação na qual se “subtrai a usuários o que apresenta a observadores.

Enfim, deve-se pensar no processo de ocupação e construção da casa de cultura também como um instrumento de socialização e ampliação da ideia de patrimônio como algo público que deve ser desfrutado pelo conjunto da população. Nesse contexto, o conceito de patrimônio deve ser entendido de maneira mais ampla e inclusiva, em que a ideia de bem cultural que deve ser conservado para a memória coletiva se mostre inseparável da ideia de patrimônio público onde a população participe do processo decisório tanto na definição quanto na utilização e fruição do bem público e cultural, ou seja, o processo de patrimonialização do imóvel como parte integrante de um processo mais amplo de apropriação pela comunidade do espaço público.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Marina Chagas. **Ocupar o patrimônio**: reflexões sobre estudos de caso. Trabalho Final de Graduação. FAU-USP, São Paulo, 2016
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

História da Mineração no território brasileiro: uma análise dos tratados políticos que legislam a atividade mineradora (1934-1967)

History of Mining in Brazilian territory: an analysis of political treaties that legislate the mining activity (1934-1967)

Gustavo Fernandes DOMINGUES¹

Resumo: Os minérios do território brasileiro são explorados por tratados políticos desde o período colonial. No século XX, os políticos em diferentes contextos históricos criaram códigos para normatizar esse setor, alinhando aos interesses estatais, são os Códigos de Mineração de 1934, 1940 e 1967. Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender a relação entre o Estado e o setor de mineração, analisando sistematicamente os requisitos legais que normatizam a mineração no território do Brasil em sua história mais recente – Códigos de Mineração, a partir desses três grandes tratados políticos que normatizam esse setor, busca-se compreender como o Estado se relacionou historicamente com as empresas mineradoras e entender de que forma o ambiente natural é considerado por esses tratados. Essa pesquisa também se empenha em averiguar a relação dos contextos políticos no recorte temporal analisado com os “boons” de crescimento da área da mineração. Para isso, é realizado leituras bibliográficas na área teórica da História Ambiental, e também para compreender as experiências do setor da mineração em diferentes momentos históricos.

Palavras-chave: Código de Mineração; Jazidas; Exploração; Crise Ambiental.

Abstract: The ores of the Brazilian territory have been exploited by political treaties since the colonial period. In the 20th century, politicians in different historical contexts created codes to regulate this sector, aligning it with state interests, these are the Mining Codes of 1934, 1940 and 1967. This research has as its main objective to understand the relationship between the State and the mining sector, systematically analyzing the legal requirements that regulate mining in Brazil in its most recent history - Mining Codes, based on these three major political treaties that regulate this sector, we seek to understand how the State has historically related to mining companies and understand how the natural environment is considered by these treaties. This research also endeavors to ascertain the relationship between political contexts in the time frame analyzed with the “boons” of growth in the mining area. For this, bibliographical readings are executed in the theoretical area of Environmental History, and to understand the experiences of the mining sector in different historical moments.

Keywords: Mining Code, Deposits, Exploration, Environmental Crisis.

¹ Graduando em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia).

Introdução

Por trás das atividades das mineradoras há uma legislação que regulamenta e disciplina as ações extrativistas. No entanto, parece que surge, para além do jurídico, uma espécie de tratado político que molda as relações entre o capital e os políticos. Esse tratado político do governo regulamenta a exploração das jazidas, concedendo direito de pesquisar e lavrar para as iniciativas privadas. O argumento que sustenta as decisões para a extração de minérios é o da corrida para o desenvolvimento e o progresso, paradigmas que orquestram contra a natureza e as formas de vida que historicamente foi se construindo nas sociedades modernas.

A atividade mineradora contribui para a crise ambiental, que também é social, explorando os ambientes naturais, e conseqüentemente, causando muitos problemas sociais. Por exemplo, o setor de mineração no Brasil ultimamente assolou a vida de comunidades como Mariana (2015) e Brumadinho (2019) em Minas Gerais, e há muito tempo afeta os povos originário do continente - indígenas. Essa atividade, seja em escala industrial ou garimpo ilegal, ameaçam vários biomas do território brasileiro e os povos que neles habitam, tais como o Cerrado, o que restou da Mata Atlântica, o Pantanal, o bioma Amazônico, provocando devastações de humanos e não humanos. A mineração explora todo ambiente natural a sua volta, as terras, as águas, polui o ar.

Quanto aos povos que habitam os biomas, como os povos originários, há mais de cinco séculos sofrem com os danos ambientais provocados pelo saqueio de jazidas das terras do continente. Dessa forma, os problemas gerados pela mineração causam impactos socioambientais², as dimensões sociais e ambientais não devem ser interpretadas separadamente uma da outra, os problemas ambientais causados pela atividade da mineração são problemas sociais. Como destaquei, esses problemas chegam primeiro para povos guardiões das florestas, dos rios, ou para comunidades em condições vulneráveis de se proteger, mas de toda forma, está afetando a todos no Planeta Terra com o aquecimento global e suas implicações sociais.

Para entendermos a relação entre o Estado e o setor de mineração, esse artigo analisará os requisitos legais que normatizam a mineração no território do Brasil em sua história mais recente³. Os Códigos de Mineração de 1934, de 1940 e de 1967,

² Conceito usado por Maristela Svampa (2019, p. 46).

³ Durante a República, pois no Antigo Sistema Colonial, já havia códigos legisladores do setor de mineração, os tratados de mineração (FIGUEIRÔA, 1997, p. 40).

são os três grandes tratados políticos que normatizam esse setor há muito tempo, a partir de algumas rupturas e permanências nas leis. Busca-se, por meio deles, compreender como o Estado se relacionou historicamente com as empresas mineradoras, entendendo de que forma o ambiente natural é considerado por esses tratados. Esse artigo também se empenha em averiguar a relação dos contextos políticos com os “boom” de crescimento na área da mineração. Para isso, foram realizadas leituras bibliográficas para compreender as experiências da mineração em diferentes contextos históricos, além de analisar sistematicamente os três Códigos de Mineração existentes a partir do século XX.

A modernidade e os “usos do mundo”

De acordo com o filósofo Pierre Charbonnier, os “usos do mundo” estão no imaginário político das sociedades modernas, não tem como separar a ecologia da política. A apropriação da terra, das águas, assim como das jazidas minerais, está presente nos acordos e no imaginário políticos das sociedades guiadas pelo progresso. De acordo com Charbonnier, “as relações coletivas com a natureza sempre estiveram no centro da construção política e histórica das sociedades e, em particular, daquelas que se definem como modernas” (CHARBONNIER, 2021, p. 36). O tratado *Mare Liberum*, de 1609, teve como objetivo organizar juridicamente os espaços políticos dos mares para coexistência das potências marítimas no contexto das expansões ultramarinas. Nesse tratado, os oceanos são interpretados enquanto vetores de contato entre os continentes, organizados para o tráfego de coisas e pessoas⁴.

Em relação à terra, a própria existência de fronteiras nacionais demonstra seu papel político na configuração das sociedades. Um exemplo é o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividiu o mundo a partir de um meridiano nas terras do continente sul-americano entre o Reino de Portugal e o Reino de Castela, para delinear suas zonas de influências. A fisiocracia, importante teoria econômica do século XVIII, ao considerar que as riquezas advinham do trabalho com a terra, também exemplifica o que esse trabalho quer dizer com o caráter político dos “usos do mundo”. Dessa forma, os tratados políticos dos mares, das terras, assim como das jazidas

⁴ Essa reflexão é desenvolvida por Charbonnier, em “Abundância e Liberdade”, 2021, p. 54.

minerais, no caso da área de mineração, mostram a profundidade política das questões ecológicas nas sociedades modernas.

O domínio técnico sobre o mundo e o modo como culturalmente as sociedades capitalistas/modernas exploram e habitam nele são as causas das doenças ecológicas, cujos sintomas percebemos, por exemplo, nas alterações climáticas. O enigma político da solução do problema, está em associarmos essa crise ambiental ao modo como historicamente as sociedades modernas se relacionaram com o mundo natural. Para isso, deve-se considerar os avanços tecnológicos do capitalismo para entender as estruturas que organizam a sociedade e que agredem os ecossistemas ao longo de séculos e entender a trajetória histórica da atividade mineradora.

Com as transformações tecnológicas do capitalismo na virada do século XIX para o XX, as sociedades começaram a se organizar a partir da eletricidade, com as primeiras usinas hidroelétricas e termelétricas, com base na queima de combustíveis fósseis, aperfeiçoamento das técnicas nas indústrias químicas e usinas siderúrgicas⁵. Há o desenvolvimento dos meios de transporte, e conseqüentemente, o crescimento dos grandes centros urbanos de concreto armado. Todas essas inovações fazem com que as explorações de novos potenciais energéticos sejam fundamentais para alimentar o sistema capitalista⁶, como é o caso da mineração.

De acordo com Sevckenko (2001), essas inovações tecnológicas, possibilitou o grande crescimento das cidades, os novos meios de transportes, como trens, bondes, ônibus, carros, permitiu que as pessoas pudessem se locomover por grandes distâncias em pouco tempo, tanto de forma horizontal quanto verticalmente, devido às tecnologias que possibilitaram a construção de prédios, com o uso de concreto armado por exemplo. A expansão das cidades é fundamental para compreender a demanda por cimento que há a partir desse contexto no setor de mineração e, de forma mais ampla, perceber como os “usos do mundo” – novos potenciais energéticos – está atrelado às inovações tecnológicas que organizam as sociedades ao longo do tempo, conhecido também como capitalismo. Cabe lembrar que para cada prédio construído, muitas toneladas de cimento são transformadas a partir da exploração de jazidas em dadas localidades no Planeta Terra.

⁵ Segundo Samuel Murgel Branco, em seu livro “Energia e Meio Ambiente” publicado em 1990, o Brasil tem a sua primeira hidrelétrica em 1889, na cidade de Juiz de Fora (BRANCO, 1990, p. 8).

⁶ O desenvolvimento das cidades e a demanda de potenciais energéticos são articulados por SEVCENKO em “A Corrida para o Século XXI”, 2001, p. 15.

História da mineração no território brasileiro

Para pensar a história da mineração no território brasileiro, não devemos considerar somente a conjuntura política do país. Os ecossistemas nessa região, assim como em outros lugares na América Latina, desde o Antigo Sistema Colonial são agredidos pela atividade mineradora, fornecendo recursos naturais desproporcionalmente a outro quanto do planeta, que se diz mais “moderno”. A história da mineração no Brasil está conectada com outras regiões do mundo, que juntas, possibilitaram o desenvolvimento do sistema econômico tão famoso conhecido como capitalismo.

Durante séculos, a exploração de recursos minerais no continente latino-americano foi base fundamental da economia do Antigo Sistema Colonial, tanto de Portugal quanto da Espanha. A região mineradora de Potosí⁷, por exemplo, foi o grande centro de extração da prata na América Latina para Europa, durante os séculos XVI e XVII, ela “[...] forneceu a metade de toda a prata que saiu da América com destino a Espanha ao longo do período colonial (ARÁOZ, 2020, p. 122)”. Já na região do continente dominada pelo estado português, segundo Figueirôa (1997, p. 38), cinquenta por cento (50%) do total da produção mundial de ouro no mundo durante os séculos XV e XVIII proveu-se do território dessa região.

O início da exploração de minérios no continente latino-americano acompanha políticas de desenvolvimento de nações europeias, as colônias forneceram os recursos necessários para que a aclamada “Revolução Industrial” acontecesse. A própria história da escravidão moderna e a dos povos indígenas estão conectadas nesse processo, em Potosí por exemplo, utilizava-se a exploração da mão de obra indígena, a partir do sistema conhecido como “mita”. Já nas minas na região de Minas Gerais, a exploração era realizada a partir do trabalho escravo exercido com as sociedades africanas. Percebe-se o quanto a história dos danos ambientais e sociais estão relacionados no mesmo processo histórico, por isso o conceito “socioambiental” é uma boa ferramenta para entender os impactos da mineração.

De acordo com Figueirôa (1997, p. 37), no século XVI (1693-1695) a corrida pelos metais preciosos dá início à exploração da localidade que viria a se tornar importante economicamente para a coroa portuguesa, a região de Minas Gerais.

⁷ “[...] central para compreender a geografia histórica da mineração na região e no mundo” (ARÁOZ, 2020, P. 113). Fica na atual região da Bolívia, é a “primeira e maior exploração mineira em escala industrial” (ARÁOZ. 2020, p. 121-122).

Cerca de duzentos anos depois, no século XVIII, com os resultados da exploração dessa região, a coroa portuguesa supera o volume explorado pela Espanha⁸, esse momento marca o período conhecido pela historiografia como o “Ciclo do Ouro”. A mineração em Minas Gerais, assim como em muitos outros lugares da América Latina, tiveram papéis fundamentais para a organização e expansão do sistema financeiro e comercial do capitalismo na Europa. Deste modo, os recursos minerais dessa parte do continente americano foi componente fundamental para a “[...] expansão do sociometabolismo urbano-industrial europeu.” (ARÁOZ, 2020, p. 181)

De acordo com Horácio Machado Aráoz, a história da mineração na América Latina é fundamental para compreender a arqueologia da modernidade. O processo de mineração, a partir da colonização da América Latina⁹, forma as bases materiais e simbólicas do capitalismo, seja pela exploração de recursos energéticos para alimentar as indústrias ou pelo próprio papel dos metais preciosos nas trocas comerciais, que dará lugar à moeda de troca econômica desse sistema econômico. A exploração de jazidas é crucial para a estruturação da hierarquia política e econômica das sociedades no sistema capitalista, a mineração é “[...] considerada mãe das indústrias e motor do desenvolvimento.” (ARÁOZ, 2020, p. 40). A própria arte da guerra entre os Estados modernos, que marca a ciência política moderna¹⁰, se desenvolve tecnologicamente a partir da mineração do chumbo e do aço, com a criação de armas de fogo.

A geóloga Sílvia Figueirôa, especializada em História das Ciências, realizou um ótimo trabalho para compreender os primórdios da institucionalização das ciências geológicas no Brasil. Segundo ela, o século XIX vai ser um período importante para o desenvolvimento de conhecimentos geológicos, a partir de empreendimentos acadêmicos financiados pela monarquia europeia.

Desde a decadência da mineração após os anos de 1750¹¹, a Coroa portuguesa já propunha medidas para fomentar a esfera econômica do reino se preocupando principalmente com a agricultura e a mineração. De acordo com

⁸ Segundo ARÁOZ, 2020, p. 181.

⁹ “[...] 1942 inaugura uma nova era, geológica e civilizatória. É a origem da modernidade [...]” (ARÁOZ, 2020, p. 89).

¹⁰ Segundo Aráoz, é “baseada no exercício sistemático da violência como meio de produção e controle das populações e dos territórios (ARÁOZ, 2020, p. 161)”.

¹¹ Segundo Sílvia Figueirôa (1997, p. 38), a extração do ouro de 1750 para 1785 foi de uma média de mais de quinze (15) toneladas por ano para menos de cinco (5) toneladas.

Figueirôa, a viagem de Andrada e Câmara para estudar nas principais escolas de geologia da Europa¹² e depois ocupar cargos administrativos, custeada pela Coroa portuguesa, mostra o seu envolvimento em estimular o desenvolvimento da atividade mineira. É a partir do fomento dessas iniciativas, que em 1875 é criada a Comissão Geológica do Brasil, a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1886 e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, entre outras escolas para pesquisar, e conseqüentemente, explorar os recursos geológicos do Brasil.

A mineração está intimamente relacionada ao desenvolvimento do sistema capitalista, é eixo central na prosperidade da tecnologia industrial. No Brasil, o desenvolvimento ganha contornos no governo de Getúlio Vargas na década de 1930, com a intervenção do estado nos setores da economia, defendendo a industrialização, o intervencionismo pró-crescimento e o nacionalismo (FONSECA, 2012, p. 51-56).

É nesse contexto político e econômico que se desenvolvem as indústrias de base no Brasil, que trabalham com as transformações de matéria-prima bruta, como a fundição do ferro, alumínio, cobre, a extração e fabricação de cimento, entre outros. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, esse momento histórico é marcado pelo *desenvolvimentismo*, isto é:

[...] uma ideologia consubstanciada em um projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do governo, o epicentro de suas ações e da política econômica, tendo como objetivo maior a industrialização do país. [...] Mais que progresso ou evolução, o desenvolvimento torna-se o fim último da ação estatal, supõe colocar todos os instrumentos e meios para a consecução de um objetivo bem definido: o crescimento da economia (FONSECA, 2012, p. 68).

A partir dessas circunstâncias históricas na década de 1930, o estado cria códigos legislativos intervindo juridicamente e economicamente na relação entre a indústria, o estado e o meio natural, como para o uso das jazidas na mineração¹³, sobre a utilização das águas¹⁴ que continua vigente até os dias atuais, e sobre as florestas, com o Código Florestal de 1934¹⁵.

¹² Segundo Figueirôa (1997, p. 42), algumas das principais academias geológicas desse período são: “Bergakademie Freiberg” na França, “Schemnitz” na Hungria, “São Petesburgo” na Rússia, “Almadén” na Espanha.

¹³ Decreto Federal n. 24.642, de 10 de julho de 1934.

¹⁴ Decreto Federal n. 24.643, de 10 de julho de 1934.

¹⁵ Decreto Federal n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

A demanda do Estado pela atividade mineradora, isto é, pelo desenvolvimento da industrialização no contexto comentado, além das concessões legais concedidas à iniciativa privada para explorar as jazidas, é notada também a criação de grandes empresas mineradoras por parte do Estado. Em 1941, o estado cria a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), grande exploradora das jazidas de minério de ferro, entre outras. Em 1942, o Estado cria outra grande mineradora, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ambas constituídas como empresas estatais, fornecedoras de aço, e fundamentais no processo de desenvolvimento da indústria brasileira.

Outro “pico” de desenvolvimento da atividade mineira promovido pelo estado é analisado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que irá propor metas para realizar um “boom” no crescimento industrial do país. O “Plano de Metas” foi um programa que teve como objetivo industrializar e modernizar o Brasil, propondo metas a serem alcançadas pelos setores da economia, momento lembrado pela expressão “Cinquenta anos em cinco”. Essa aceleração do tempo, é sinônimo da velocidade do desenvolvimento, que está atrelado ao crescimento dos setores de exploração dos recursos naturais, como o de energia, o da alimentação com a técnica da agricultura através da mecanização do campo, e o setor da indústria de base, como é o caso do cimento, que antes do Plano de Metas, “já supria 90% do consumo do país” (FONSECA, 1991, p.71).

Para alcançar os objetivos propostos, o governo deu incentivos à iniciativa privada, facilitando os negócios para os empresários. De acordo com a socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides, especializada em ciências políticas,

Para a classe empresarial o Programa de Metas tinha evidentes atrativos. O presidente enfatiza incentivos, e não ordens ou proibições. Isso significa estímulos à inversão privada, legislação favorável à obtenção de financiamentos externos, créditos a longo prazo, baixa taxa de juros e reserva de mercado interno para as produções substitutivas de importações (BENEVIDES, 1991, p. 19).

O resultado dessas iniciativas é percebido nos números de produção de alguns produtos contidos no programa, ao comparar o antes e o depois das políticas do governo de Juscelino Kubitschek¹⁶. A expectativa de produção do cimento – Meta 22 - era que fosse de dois mil e setecentos (2.700t) para cinco milhões (5.000.000t) de

¹⁶ Essas comparações estão presentes no livro “Brasil de JK”, org. por Angela de Castro Gomes, no capítulo “A década de 50 e o Programa de Metas” (FARO, 1991, p. 86-88).

toneladas, em 1960 a produção nacional chegou a 4.369.250 de toneladas, atingindo assim 84,7% da meta. Já na exportação de ferro – Meta 26, esperava-se ao invés de dois mil e quinhentos (2.500t), atingir a produção de oito milhões de toneladas (8.000.000t), 62,5% da meta foi alcançada (5.000.000t). Esses são exemplos que revelam o aumento da exploração das jazidas minerais, para atender ao desenvolvimento acelerado durante o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Durante o período da ditadura militar, os setores de exploração da natureza como a mineração experimentaram fortes incentivos dos políticos. Esse período ficou conhecido pela historiografia como o “Milagre econômico”. Mais uma vez, percebemos a forte relação do Estado com a atividade mineradora, cabe destacar o Projeto RADAM que tinha como objetivo cartografar geologicamente os recursos da região amazônica para explorar a região, isto é, fomentar a exploração do interior.

Segundo Maristela Svampa, os governos conhecidos como progressistas, em toda a América Latina, no começo do século atual investiram a fé na superação econômica através da exportação de commodities. Para a autora, historicamente os governos progressistas, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, viram na exportação de recursos naturais o modelo econômico de desenvolvimento para superar o atraso econômico. Nesse contexto, os governos desse continente experimentaram o “Boom das commodities”, um período de altas nos preços dos recursos naturais.

Mineração e Legislação

Durante o Antigo Sistema Colonial, as jazidas eram propriedade da Coroa, obedecendo ao sistema estabelecido pelas Ordenações do Reino. Nesse sistema, o dono do solo não é, necessariamente, o proprietário do subsolo onde encontra-se as jazidas de minérios. Com a Constituição de 1891, as jazidas passam a pertencer ao proprietário do solo, dependendo dele para explorar os recursos minerais sem restrições políticas. Esse modelo vigorou até a criação do “Código de Minas de 1934”, que desvincula a propriedade das jazidas à do solo, sendo elas propriedade do Estado.

A legislação mineira é mudada pelo Estado na década de 1930, com o objetivo de alinhar a exploração das jazidas minerais aos interesses estatais de desenvolvimento e industrialização. A criação do Código de Mineração, permite com

que o Estado regule o setor de mineração, sendo as jazidas minerais propriedade “pública” sob jurisdição estatal, o Estado funciona como concessionário desses recursos naturais, concedendo-os às iniciativas privadas.

O Código de Mineração de 1934 diz que as “riquezas do subsolo”, como as jazidas, são propriedade do Estado, sendo distinta do solo para serem explorados sob o argumento de que vão contribuir para o bem comum. Considerando os impactos que o processo de extração e transformação dos minerais causam ao longo da história moderna, a crise ecológica evidencia que a longo prazo, essa atividade contribui é para o mal comum. Isto é, afeta todos os povos desse planeta, com as alterações climáticas por exemplo. De acordo com o Art. 4º do Código de Minas de 1934:

A jazida é uma bem imóvel e tida como coisa distinta e não integrante do solo em que está encravada. Assim a propriedade da superfície abrangerá a do subsolo na forma do direito comum, exceptuadas, porém, as substâncias minerais ou fósseis úteis à indústria¹⁷.

O Código de Minas de 1934 atende aos interesses econômicos do estado, contribuindo assim para a estruturação do setor de mineração no país. Esse código intervém nessa esfera econômica com a finalidade de regulá-lo, incentivando e assegurando as propriedades privadas, criando assim, uma burocracia estatal para organizar as pesquisas das jazidas e a sua exploração.

Como comentado, com a instauração da República (final do século XIX), as minas pertenciam ao proprietário do solo, com este código, os proprietários ainda continuaram a ter benefícios econômicos sobre as jazidas, mas não jurisdição política. Apesar do proprietário das terras onde se encontram as jazidas receberem indenizações do Estado, com esse Código de 1934 eles não têm mais controle sob a exploração ou não dos minerais. As jazidas são asseguradas ao Estado à iniciativa privada para que aconteça a sua exploração, dessa forma, esse primeiro código consiste em um modelo liberal de exploração.

Portanto, as explorações dos minérios devem estar aliadas aos projetos do Estado, para atender a “nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da nação”¹⁸. O Códigos de Mineração de 1934 representa a intervenção estatal nesse setor.

¹⁷ Art. 4 do Código de Mineração de 1934.

¹⁸ Art. 85 do Código de Mineração de 1934.

Esse tratado de 1934, facilitou os negócios desse setor econômico. Foram isentos impostos de importação para máquinas, aparelhos, ferramentas, modelos e material de consumo, esses investimentos tinham tarifas mínimas nas estradas de ferro, nas companhias de navegação e nos serviços de carregamento e baldeação nos portos, que eram custeados ou garantidos pelo Governo. Para gozar desses benefícios, o código exigia que as empresas mantivessem escolas para os operários e para a vizinhança da fábrica, e a fundação de hospitais para o tratamento médico das pessoas que circulam nas dependências da fábrica¹⁹.

No segundo Código de Mineração (1940)²⁰, permanece as facilidades econômicas oferecidas no primeiro. Portanto, uma diferença entre eles chama atenção, diferentemente do primeiro código, o segundo não exige ações sociais da empresa para que ela possa aproveitar dos benefícios citados no parágrafo anterior, ou seja, os complexos industriais, para explorar as jazidas com a ajuda do estado, não tem preocupações com a manutenção de escolas e fundação de hospitais nesse novo tratado.

A prerrogativa de um crescimento da indústria nacional, e não estrangeira, é observada no Código de Minas de 1934, também, ao declarar que as autorizações de pesquisa e concessões de lavra deverão ser conferidas exclusivamente a capitais nacionais. No código de 1940, apesar de permanecer a defesa do capital nacional, pequenas mudanças começam a serem feitas que possibilitam a participação do capital estrangeiro.

Essas mudanças são identificadas na exploração das jazidas de calcáreo, recurso natural fundamental para a fabricação do cimento, além das jazidas de gesso e argila, substâncias minerais consideradas de menor valor econômico pelo Estado²¹. É a partir da exploração dessas jazidas, que o presidente da República pode autorizar a participação do capital estrangeiro. Segundo o Art. 76 deste código: “[...] as empresas interessadas poderão ser autorizadas a admitir sócios ou acionistas estrangeiros, quando destinados os minérios à fabricação de cimento e à cerâmica, desde que predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional”²².

¹⁹ Art. 88 do Código de Mineração de 1934.

²⁰ Decreto Federal n. 1.985, de 29 de março de 1940.

²¹ § 1º do Art. 12, do Código de Mineração de 1940.

²² Art. 76 do Código de Mineração de 1940.

Em ambos os códigos, o governo concede aos estados o poder de autorizar as pesquisas e lavras das jazidas classificadas em classes²³. Isto é, antes de acontecer a exploração, as empresas privadas têm que realizar uma pesquisa técnica das jazidas e apresentar ao Departamento Nacional de Produção Mineral, para depois iniciar o trabalho de exploração delas. Nesse processo, a mineradora recebe do Estado uma autorização para a extração, chamado Licenciamento Ambiental.

No segundo Código de Mineração (1940), algumas classes de jazidas, “[...] julgadas de interesse da segurança nacional”²⁴, somente o governo federal pode autorizar as explorações. Essas classes dizem respeito às jazidas de metais nobres, como o ouro e a prata, de combustível fósseis, de petróleo e fases naturais, de rochas betuminosas e pirobetuminosas, e das águas minerais, termais e gasosas. Outra diferença observada foi a introdução de um capítulo no código para tratar da atividade de mineração realizada através da técnica de garimpagem, associada a práticas mais rudimentares²⁵.

Dessa maneira, o Estado intervém juridicamente e economicamente no setor de mineração, fiscalizando o cumprimento das normas que exigem um “bom aproveitamento da jazida”, a “conservação e segurança das construções e trabalhos”, a “precaução contra danos a propriedades vizinhas” e a “proteção do bem-estar público, da saúde e da vida dos operários”²⁶. Essas preocupações sociais entram em contradição com a não exigência de manter escolas e fundar hospitais para gozar de benefícios estatais, comparado ao código anterior.

Esses primeiros códigos de mineração são fundamentais para compreender a relação entre o Estado e o setor de mineração a partir do século XX. A partir da criação deles até os dias atuais, haverá rupturas e permanências jurídicas nesses tratados. As criações deles fazem parte do contexto histórico no qual o Estado (governado por Getúlio Vargas, 1930-1945) alavancou o crescimento da industrialização do país, com base em um modelo liberal, concedendo concessões (licenças) a iniciativas privadas para explorar os recursos minerais e energéticos, necessários para alimentar o capitalismo e os modos de vida atrelado a ele.

²³ Em ambos os tratados políticos analisados, as jazidas são divididas em diferentes classes. Essas classes se alteram de acordo com o Código de Mineração.

²⁴ Art. 59 do Código de Mineração de 1940.

²⁵ Capítulo VIII do Código de Mineração de 1940, “Da faiscação e garimpagem”.

²⁶ Art. 49 do Código de Mineração de 1940.

Apesar de algumas mudanças, em ambos os códigos legislativos, para possibilitar a exploração das jazidas minerais, o Estado determina ao proprietário do solo que, independentemente da sua vontade, serão realizadas as pesquisas, e posteriormente, a lavra. Em 1934, dizia-se que

Os proprietários ou possuidores do solo são obrigados, contra reparação integral e prévia do dano, a permitir que sejam executados os trabalhos de pesquisa, sendo que os de prospeção, inclusive medições, levantamentos de planta, colheita de amostras e outros semelhantes, independem de indenização²⁷.

Com a legislação de 1940, as indenizações são definidas a partir da classe do mineral explorada e da quantidade de hectares ocupados. Enquanto no código de 1967, é um único valor para todas as classes minerais, ele muda somente de acordo com a área ocupada. Neste, as indenizações não podem “[...] exceder o valor venal da propriedade na extensão da área efetivamente ocupada pelos trabalhos de pesquisa”²⁸, isto é, o valor a ser pago ao proprietário do solo é o equivalente ao valor da propriedade na extensão territorial ocupada. Desta forma, o Estado concede direitos legais às iniciativas privadas para explorar as jazidas, independentemente de onde elas estejam.

O Código de Mineração de 1967 reforça a jurisdição estatal sobre o setor de mineração. Nesse código, o Estado tem o dever de monopolizar todas as atividades do ramo minerador, como “[...] administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais”²⁹. Dessa maneira, o Estado centraliza todas as atividades do processo de mineração, desde a pesquisa ao comércio, concedendo direitos às iniciativas que estejam alinhadas ao projeto estatal.

Conclusão

Os Códigos de Mineração são tratados políticos que a partir de permanências e mudanças, ao longo de oitenta e oito anos (1934-2022), estão controlando as atividades mineradoras no território brasileiro. Estas normas legislativas concedem direitos legais às iniciativas privadas para explorarem as jazidas minerais, e

²⁷ Art. 15 do Código de Mineração de 1934.

²⁸ Art. 27 do Código de Mineração de 1967.

²⁹ Art. 1 do Código de Mineração de 1967.

possibilitam a realização de projetos do Estado, em diferentes contextos históricos. Esses projetos estatais que devem ser considerados ao analisar a legislação que regula a atividade mineira há anos, são iniciativas que têm como objetivo assegurar o desenvolvimento industrial³⁰. Pois os minérios são recursos naturais essenciais para o desenvolvimento industrial.

Mas percebe-se na análise dos códigos, que ao longo dos três Códigos de Mineração (1934, 1940 e 1967), a intervenção do estado fica cada vez mais presente em sua relação com o setor de mineração. A mineração historicamente se apresenta enquanto parte fundamental dos projetos do estado, como o do desenvolvimento industrial por exemplo. Por outro lado, esses tratados não têm a preocupação de lidar com a agressão dos biomas do território brasileiro e seus povos causados pela mineração, eles se empenham em justamente criar condições para que as agressões ao meio ambiente ocorram. O propósito desses códigos gira em torno da preocupação econômica, e não socioambiental.

E analisando historicamente a extração de recursos minerais, é relevante notar que no século XXI um novo conceito surge na América Latina, o “neoextrativismo”³¹. Esse conceito busca descrever a nova amplitude de exploração dos recursos naturais, que diferentemente do século XX (no qual se usa extrativismo), agora se extrai muito mais recursos em menos tempo graças às inovações tecnológicas, nas quais são pensadas dentro da lógica capitalista. Como analisado neste trabalho, enquanto essas tecnologias forem pensadas em prol em prol do capital, serão postas enquanto fortes inimigas dos biomas terrestres em diferentes escalas, tanto regionais quanto globais.

Referências Bibliográficas

ARÁOZ, Machado Horacio. **Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade**. Trad.: João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

³⁰ Como comentado no tópico “História da Mineração do território brasileiro”, alguns dos projetos políticos do Estado em diferentes épocas são, na década de 1930 a industrialização defendida pelo governo de Getúlio Vargas, na década de 1950 o “Plano de Metas”, com JK, e na década seguinte, as iniciativas econômicas do governo ditatorial dos militares.

³¹ “[...] é uma categoria analítica nascida na América Latina e que possui uma grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e um amplo poder mobilizador. Às vezes aparece como categoria analítica e como conceito fortemente político, já que não ‘fala’ de forma eloquente acerca das relações de poder e das disputas em jogo, e remete, para além das assimetrias existentes, a um conjunto de responsabilidades compartilhadas e ao mesmo tempo diferenciadas entre o Norte e o Sul globais, entre os centros e as periferias” (SVAMPA, 2019, p. 24).

BENEVIDES, Maria V. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. *In*: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da História: quatro teses. **Sopro 91**: Panfleto Político-Cultural, Trad. Denise Bottmann et al, p. 2-22, julho/2013.

CHARBONNIER, Pierre. **Abundância e Liberdade**: uma história ambiental das ideias políticas. Trad. Fabio Mascaro Querido. São Paulo: Boitempo, 2021.

BRANCO. Samuel Murgel. **Energia e Meio Ambiente**. São Paulo: Moderna, 1990.

BRASIL. Decreto Federal n. 1.985, de 29 de março de 1940. Normas políticas e jurídicas para o setor de mineração.

BRASIL. Decreto Federal n. 227, de 28 de fevereiro de 1967. Normas políticas e jurídicas para o setor da mineração.

BRASIL. Decreto Federal n. 24.642, de 10 de julho de 1934. Normas políticas e jurídicas para o setor de mineração.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 2ª Edição, São Paulo: Difel, 1971.

EAGLETON, Terry. Versões de cultura. *In*. _____. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. 2. Ed. São Paulo: Unesp, 2005. p. 9-50.

FARO, Clóvis de; SILVA, Salomão L. A década de 50 e o Programa de Metas. *In*: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FIGUEIRÔA, Sílvia. **As ciências geológicas no Brasil**: Uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FONSECA, Pedro C. D. Do progresso ao desenvolvimento no Brasil. *In*: BASTOS, Pedro P. Z.; FONSECA, Pedro C. D. **A era Vargas**: Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 51-68.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOURE, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. *In*: **Onde aterrar?** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, página 128, 2020.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

SEVCENKO. Nicolau. **A corrida para o século XXI**: No loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Trad. de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

Qual é o lugar da História Local no ensino médio? O caso da Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo – Camaragibe/PE

What is the place of Local History in high school? The case of Francisco de Paula Corrêa de Araújo School – Camaragibe/PE

Kerolayne Gomes da FONSECA¹

Resumo: A utilização da História local apresenta-se como uma ferramenta que promove o debate da identidade histórica, fornecendo aos estudantes a aproximação das suas realidades com o debate historiográfico. Desta forma, o presente trabalho de cunho qualitativo tem por objetivo investigar os conteúdos sobre a História de Camaragibe que são discutidos durante as aulas, e as práticas pedagógicas dos professores de História que atuam no Ensino Médio na Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo, estabelecimento pertencente à Rede Estadual de Educação de Pernambuco, localizada no município de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife. Buscamos entender como o ensino de História local no Ensino Médio oferece auxílio no processo de reconhecimento desses indivíduos como sujeitos históricos capazes de perceber que a História não está acabada, mas encontra-se em permanente construção.

Palavras-chave: Ensino de História; História local; Ensino Médio.

Abstract: The use of local history presents itself as a tool that promotes the debate of historical identity, providing students with an approximation of their realities with the historiographical debate. Thus, this qualitative work aims to investigate the contents of the History of Camaragibe that were discussed during classes, and the pedagogical practices of History teachers who teach at High School Francisco de Paula Corrêa de Araújo, in Pernambuco State Education Network, located in Camaragibe, Metropolitan Region of Recife. We seek to understand how the teaching of local history in High School offers assistance in the process of recognizing these individuals as historical subjects capable of realizing that history is not finished but is in permanent construction.

Keywords: History Teaching; Local History; High School.

¹ Graduada em Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Introdução

O ensino de História ocupa uma posição de destaque na construção das identidades e memórias dos sujeitos, além disso, é responsável por auxiliar na formação crítica dos cidadãos, que serão capazes de se perceberem como sujeitos históricos e como agentes transformadores da sociedade em que vivem. Para Carlos Henrique Farias de Barros “o ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre as identidades individuais, sociais e coletivas, [...]” (BARROS, 2013, p. 12).

Por sua vez, a utilização da História local apresenta-se como uma ferramenta que promove o debate da identidade histórica, fornecendo aos estudantes a aproximação das suas realidades com o debate historiográfico. Para Tomé Soares da Costa Neto e Francisco de Assis de Sousa Nascimento, “se o aluno não conhece a história de sua cidade ou de seu Estado, não terá condições de atuar plenamente como cidadão, atento às mudanças positivas e negativas de sua comunidade” (NETO; NASCIMENTO, 2017, p. 100).

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo investigar os conteúdos sobre a História de Camaragibe que são discutidos e as práticas pedagógicas dos professores de História que atuam no Ensino Médio na Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo, estabelecimento pertencente a Rede Estadual de Educação de Pernambuco, localizada no município de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife. A proposta é apresentar como a escola e os docentes incluem no seu projeto pedagógico temas relacionados à História local: de que forma e com quais materiais se ensina a História local nesta escola? Realiza-se então a investigação dos conteúdos, das práticas e da bibliografia disponível e utilizada para discussão dessa temática, com o intuito de observar como a construção do conhecimento da História local é realizada.

Para Erinaldo Cavalcanti “a História local e a memória se encontram interconectadas” (CAVALCANTI, 2018, p. 279) e desse modo, segundo Roseli Terezinha Vendruscolo e Edgar Ávila Gandra, “a melhor forma de conservar a memória é lembrá-la, deve-se, então, atuar com um ensino de História que rompa obstáculos e faça da escola um espaço de reação, de debate e de criação, voltado para o desenvolvimento e valorização do indivíduo como sujeito histórico” (VENDRUSCOLO; GANDRA, 2011, p. 12).

O ensino de História local e a escola, tida por Aécio Lessa Macedo, como “espaço privilegiado na construção da consciência crítica” (LESSA MACEDO, 2017, p. 7) são essenciais não apenas no fornecimento de materiais e informações para que os estudantes possam compreender os eventos históricos, mas também como espaço formador de sujeitos críticos, dotados de consciência histórica e cientes de seu papel na conservação da memória.

Dessa forma, analisaremos o surgimento, as mudanças e permanências a respeito do ensino da disciplina de História no Brasil, debatendo a legislação, os silenciamentos e a necessidade de inserção da História local nos espaços de ensino-aprendizagem, bem como as práticas pedagógicas dos discentes e docentes que utilizam esta ferramenta nas turmas do Ensino Médio da Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo, observando o ensino de História local como estratégia utilizada com a finalidade de promover o desenvolvimento da criticidade dos indivíduos aliado à valorização histórica e ao sentimento de pertencimento social.

Ensino de História entre o nacional e regional: um paradoxo permanente

Manuais, livros e compêndios foram produzidos com o intuito de ensinar e difundir a versão oficial da História do Brasil. Surgiram materiais e versões imbuídas de conteúdos que destacavam os feitos dos portugueses colonizadores e a autoridade da Igreja Católica. Nestes materiais, segundo Antonia Terra de Calazans Fernandes, eram incluídos o “estudo da História da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna e [...] após décadas alguns desses manuais, incluíam também a História do Brasil e da América [...]” (FERNANDES, 2018, p. 165).

Ainda segundo Antonia Terra de Calazans Fernandes, podemos inferir que o “tratamento dado à história ensinada como homogênea [...] e os enfoques históricos disseminados pela historiografia e no ensino de História” (FERNANDES, 2018, p. 165) acabaram por perpetuar e até mesmo legitimar a permanência desta “forma” de ensinar História, na qual os debates regionais e locais e/ou de populações minoritárias assumem um papel secundário em detrimento de uma História tida e ensinada como “geral” e que não deixa espaços para interpretações e/ou questionamentos.

Sendo assim, “a disciplina de História no Brasil iniciou-se no regulamento do Colégio D. Pedro II em 1838 no Rio de Janeiro, capital do Império” (BIGOTO, 2017,

p. 102). Adotando o modelo de ensino europeu, desde então, a disciplina de História voltou-se para o ensino de datas comemorativas, biografia de personagens ilustres e narrativas ligadas à História oficial que as autoridades desejavam implantar na consciência e no imaginário da população brasileira. Sobre a implantação do ensino de História, Tomé Soares da Costa Neto e Francisco de Assis de Sousa Nascimento dizem que:

O momento histórico no Brasil ainda era de consolidação da monarquia, e o sistema escravocrata ainda estava em pleno vigor. Seguindo a linha metodológica francesa, o ensino de História pautou-se em elencar datas, fatos e personagens ligados às elites e ao aparelho estatal, numa didática que atestava como melhores aqueles que mais conseguissem citar respostas em consonância ao que era produzido pela historiografia, principalmente a europeia, a qual serviu de base para construção de todo o conteúdo a ser ministrado nas aulas de História (NETO; NASCIMENTO, 2017, p. 102).

Esse modelo de ensino da História acaba por se perpetuar em alguns estabelecimentos de ensino e, na prática de alguns profissionais até os dias de hoje, sendo oferecido aos estudantes um conteúdo pautado na história europeia e/ou voltado para as questões políticas e econômicas do eixo sul-sudeste brasileiro. No geral, para Roseli Terezinha Vendruscolo e Edgar Ávila Gandra “a tradição histórica sempre se preocupou com a história nacional ou internacional dificilmente tratando, ou tornando significativa, a história local/regional” (VENDRUSCOLO; GANDRA, 2011, p. 5).

No Brasil, há uma tendência em priorizar o ensino da História nacional em detrimento da História regional e local. Benedito Marcos Bigoto explica que:

Após a Independência, para preservar a Unidade Nacional, todas as Constituições Nacionais ressaltaram que o país era uma união indissolúvel de seus Estados-Membros, o que sufocou o conceito de regionalismo, isso influenciou diretamente na Educação e no ensino de História no Brasil, principalmente na época do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e dos governos militares pós-Golpe Militar de 64 (1964-1985). Talvez os órgãos federais tivessem receio, pois o aprofundamento da História Regional poderia acordar antigos anseios libertários ou separatistas do passado e ameaçar a unidade política do país (BIGOTO, 2017, p. 156).

E Roseli Terezinha Vendruscolo e Edgar Ávila Gandra acrescentam que:

O ensino de História, apesar de seguidamente rediscutido e ressignificado, continua, no geral, com sua prática centrada na história tradicional, que valoriza a história política e econômica, linear, factual, representada por heróis, que exclui a participação de outros atores, sobretudo os indivíduos vinculados aos setores subalternos da sociedade: silenciando-os. Tal

silêncio não contribui para o desenvolvimento de uma escola crítica e cidadã, pois, não valoriza as ações e os valores de atores comuns, de suas famílias e comunidades (VENDRUSCOLO; GANDRA, 2011, p. 2).

Selva Guimarães Fonseca diz que “a historiografia nacional ressalta as semelhanças, o regional lida com as diferenças [...]” (FONSECA, 2003, p. 22). Deste modo, o ensino de História regional deve ser responsável por fornecer experiências que permitam aos estudantes refletirem de forma crítica acerca da construção das suas identidades e memórias regionais, da observação das semelhanças, diferenças, silenciamentos e narrativas distintas que permeiam a História propagada nas diversas regiões do Brasil.

Essa estratégia de ensino além de auxiliar na formação das identidades regionais, integrando o público escolar com os movimentos histórico-político-sociais que ali ocorreram, fomenta interpretações e descobertas, sendo de extrema importância na conscientização da preservação do patrimônio cultural material e imaterial dessas regiões. Durval Muniz de Albuquerque Júnior ressalta que “a identidade regional não é dada pelo espaço onde ela nasce, ela emerge de um trabalho de subjetivação, ela é a constituição de uma dada subjetividade através das relações sociais e da incorporação consciente ou não das narrativas que definem este ser regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 8).

Roseli Terezinha Vendruscolo e Edgar Ávila Gandra dizem que:

É diante dessas reflexões que se pode afirmar que a história local/regional apresenta-se para o processo de ensino-aprendizagem como instrumento básico para motivar a investigação, despertar a curiosidade e para formar a consciência de inserção dos educandos na sociedade e no mundo (VENDRUSCOLO; GANDRA, 2011, p. 9).

Dessa forma, o ensino de História regional deve ser visto de maneira complementar às temáticas da História nacional ministradas/discutidas nas salas de aula. É importante destacar também que se faz necessário que na formação dos docentes sejam contempladas disciplinas que ofereçam o suporte pedagógico necessário para que quando inseridos nesse processo possam auxiliar de forma efetiva a construção de diálogos promissores, sendo instrumentos de divulgação, valorização, proteção e perpetuação dessas histórias e memórias.

Ensino de História local no currículo prescrito brasileiro

Por revisitar os lugares de memória, o ensino de História local deve ser uma estratégia pedagógica cujo objetivo é articular os temas trabalhados em sala de aula com o cotidiano, promovendo a construção de identidades e proporcionando aos indivíduos inseridos no processo de ensino-aprendizagem a possibilidade de construir noções, observar mudanças, entender as relações sociais e serem capazes de observar e tecer de forma crítica reflexões acerca das ações do passado e do presente, não apenas do lugar em que vivem, mas também de outros espaços e realidades. Carlos Henrique Farias de Barros ressalta que “a história local permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não lineares, mas permeados de discontinuidades próprias do processo histórico” (BARROS, 2013, p. 17).

Desse modo, assim como a História regional, a História local deve ser pensada como uma ferramenta de aproximação dos estudantes para com os eventos/acontecimentos históricos, pois é um recurso pedagógico percebido como meio de desenvolver a noção de pertencimento dos indivíduos. Selva Guimarães Fonseca diz que “optar por esta perspectiva didática proporcionaria uma reflexão dialética e crítica da história, respeitando as particularidades e universalidades de cada sociedade” (FONSECA, 2006, p. 139).

Os estudantes devem ser capazes de observar criticamente e compreender os eventos históricos e as particularidades da História local e regional, bem como as formas de inserção de diversas pautas no cenário local, regional, nacional e internacional. Pode-se perceber através da bibliografia a respeito do tema e pesquisas elaboradas² que é possível tecer um diálogo que contemple o conhecimento histórico e social já amplamente divulgado e construído com outros mecanismos/perspectivas/ferramentas que auxiliam e até mesmo fortalecem a questão e a relação do ensino de História local com a sociedade.

Segundo Benedito Marcos Bigoto, “nas escolas de Ensino Médio o ensino de História regional se resume a pinceladas de algum fato histórico e a História local é totalmente ignorada” (BIGOTO, 2017, p. 159, 160), mostrando assim, a necessidade de construção e implantação de matrizes curriculares tanto para o Ensino

² Por exemplo, a pesquisa realizada por Geyso Dongley Germinari (2010) que tem como título “**A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados**”. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24209/Texto1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

Fundamental quanto para o Ensino Médio que contemplem este tipo de discussão. Além disto, enfatiza a importância de termos docentes que durante a sua formação tiveram a oportunidade de se debruçarem sobre o ensino de História regional e local. Natania Aparecida da Silva Nogueira diz que “a valorização da memória do município favorece o surgimento de um espírito crítico e comprometido com o bem comum” (NOGUEIRA, 2001, p. 2) e Vilma de Lurdes Barbosa ratifica este pensamento quando afirma que:

O ensino de história local ganha significado [...], pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, aprendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. (BARBOSA, 2006, p. 66).

O ensino de História deve contemplar as realidades culturais, regionais e locais, fazendo com que os envolvidos no processo desenvolvam sentimento de pertencimento e tornem-se cidadãos críticos quanto aos acontecimentos do passado, do presente e do futuro. E dessa forma, é importante salientar a necessidade da formação adequada dos profissionais de educação que irão ser intermediadores do conhecimento construído nas salas de aula e nos espaços de ensino-aprendizagem.

Por sua vez, segundo Paulo Augusto Tamanini e Vanusa Maria Gomes Noronha (TAMANINI; NORONHA, 2019, p.115), o livro didático “ainda persiste e ocupa um papel central como artefato de fácil manuseio e acessibilidade”, sendo o recurso pedagógico mais utilizado nas salas de aula, ocupando este lugar de destaque em virtude do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), portanto, precisa acompanhar discussões e oferecer conteúdos que abordem a diversidade regional e local, abrangendo debates que visem a ampliação do repertório histórico e cultural dos discentes, ofertando temáticas atualizadas e linguagem acessível.

No Brasil, teremos dois movimentos institucionais que nos permitem olhar para o lugar da História local no currículo brasileiro. O primeiro movimento foi nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, no final da década de 1990 e o segundo movimento se materializa na definição da Base Nacional Comum Curricular, em 2018. Nos PCNs, o ensino da História local deveria estar presente de modo a atender “as características regionais e locais [...], considerando as demandas regionais do ponto de vista sociocultural, econômico e político” (BRASIL, 1990, p.

22). Dessa forma, cabendo ao sistema de ensino “incorporar as necessidades locais e as características dos alunos e a participação dos professores e das famílias no desenho institucional considerado adequado para cada escola” (BRASIL, 1999, p. 68-69), visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) recomendava em seu artigo 26 que “os currículos [...] devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996, p. 9); sendo considerada a parte diversificada do currículo o espaço destinado para a contextualização e debates dos conteúdos regionais e locais.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 7) sendo desta forma o documento norteador da educação brasileira que apresenta competências gerais que se referem aos aprendizados e ao desenvolvimento que os discentes devem alcançar ao longo da educação básica.

A BNCC entende que no Ensino Médio o indivíduo precisa desenvolver os conhecimentos adquiridos ao longo do Ensino Fundamental e propõe que os estudantes construam o aprendizado utilizando diversos tipos de linguagens, considerando também formas distintas para a realização das atividades, inclusive apontando a necessidade de valorizar os trabalhos de campo. Apesar disto, apenas aparece de forma clara no espaço reservado para a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Ensino Médio) a sinalização da necessidade de discutir temas nas escalas regional e local apenas duas vezes, nas Competências 1 e 3 (BRASIL, 2018, p. 570-571 e 574), sendo solicitado que as habilidades a serem alcançadas na Competência 1 sejam as de:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2018, p. 571)

E na Competência 3:

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (BRASIL, 2018, p. 574)

Por sua vez, essas competências buscam desenvolver no indivíduo a operacionalização de conceitos, tais como: identidade, territorialidade e memória. Ana Lara Casagrande, Katia Morosov Alonso e Danilo Garcia da Silva tecem comentários sobre “o impacto de uma base comum em um país de dimensões continentais como o Brasil”, trazendo a reflexão que:

Garantir conteúdos mínimos, ao mesmo tempo em que traz uma noção de universalização dos conhecimentos e aprendizagens iniciais a serem adquiridas, pode gerar uma padronização reducionista, isto é, o risco é o de desenhar-se um descompasso entre a formação integral para todos [...] (CASAGRANDE et. al., 2019, p. 407)

Destacam ainda que “o estabelecimento da BNCC impacta na formação de professores à medida que sintetiza os princípios, inclusive pedagógicos e políticos, sob os quais a prática em sala de aula deverá assentar-se” (CASAGRANDE et. al., 2019, p. 418).

Ocorre desse modo uma politização no campo do currículo; Carmem Teresa Gabriel (GABRIEL, 2019) discorre sobre o assunto quando aborda a substituição do “local” e “geral” pelo significativo “comum”, colocado em disputa porque existem alguns usos e interpretações do que seria tido como “comum”, inferindo que “o ato de instituir o(s) comum(ns) é, por sua vez, a possibilidade de refundar ou restituir, em permanência, o Social de forma que o comum (como um princípio) não seja confundido com aquilo que é comum (atributo ou característica de certas coisas)” (GABRIEL, 2019, p. 1562). Podemos perceber que há a necessidade de pensar de forma crítica alguns termos para podermos distinguir, por exemplo, o que seria a ideia de um “comum” tido como princípio/ponto de partida para a construção de outros conhecimentos ou um “comum” que hegemoniza esses saberes. Assim, como podemos perceber, o currículo é um lugar disputado por determinadas epistemologias, logo, o que vemos na área de História são articulações, politizações e processos de subjetivação que visam a disputa de discurso, e conseqüentemente, do poder.

O lugar da História local no Ensino Médio: o caso da Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo.

Sobre a definição do que seria o “local” neste trabalho, adotaremos o exposto por Erinaldo Cavalcanti que diz que [...] “os significados de ‘local’ estão embrionariamente ligados a uma concepção de lugar e, nessa relação, ‘lugar’ está indissociável de espaço” (CAVALCANTI, 2018, p. 275). Ou seja, ao falarmos de local, estamos concomitantemente falando de espaço”. Desta forma, o “local”, neste trabalho, é o município de Camaragibe.

A Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo atende ao público escolar dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O currículo da escola é prescrito pelo que a BNCC e o Currículo de Pernambuco estabelecem. Nesse sentido, a organização do tempo pedagógico está dividida em grandes áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa, Arte, Matemática e suas Tecnologias, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia).

No primeiro momento, olhando para o Currículo de Pernambuco, não encontramos nenhum conteúdo que faça menção de forma explícita ao ensino de História local³. Diante da situação, investigamos como a escola implementa a parte diversificada no currículo do Ensino Médio. Para tal, empreendemos uma pesquisa de cunho qualitativo e utilizamos da observação e da coleta de informações através de questionários respondidos de forma anônima por docentes e discentes da referida escola.⁴

Sobre o ensino de História local na Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo foram inquiridos docentes e discentes a fim de chegarmos às constatações. Sobre os questionamentos levantados a respeito dos docentes, buscamos compreender: 1) Em que período do ano letivo o calendário escolar trabalha a História de

³ PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco. Ensino Médio**. 2021. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/523/CURR%C3%8DCULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO%20M%C3%89DIO%202021_Final.pdf. Acesso em: 11 de nov. de 2021.

⁴ Haja vista que a pesquisa foi realizada de forma a não serem identificados os participantes e com o intuito de observar as práticas pedagógicas e a bibliografia disponível, destacamos que este trabalho não se enquadra na obrigatoriedade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 estabelece em seu parágrafo único, inciso VII que “não serão registradas e avaliadas pelo sistema CEP/CONEP pesquisas que objetivam o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

Camaragibe? 2) Quais são os assuntos/temas/eventos explorados nas aulas? 3) Quais materiais são utilizados? 4) Os professores tiveram ao longo da sua formação alguma disciplina voltada para o Ensino de História local?

A partir dessas indagações, verificamos que a História de Camaragibe tem um lugar no currículo de História do Ensino Médio, embora não esteja descrito no currículo prescrito. A História de Camaragibe aparece conforme resposta de aproximadamente 65% dos professores do Ensino Médio no 1º e 2º bimestres. A partir da observação é possível perceber que a História de Camaragibe não é tratada nos 3º e 4º bimestres, desde que não haja entre os diversos eventos que a escola organiza nenhum trabalho que se debruce sobre esta temática.

Entre os assuntos mais explorados nas aulas que abordam as discussões referentes ao ensino de História local estão os debates relacionados aos dois engenhos de açúcar que Camaragibe possuía - o Engenho Camaragibe e o Engenho Timbí, e a implantação da Fábrica de Tecidos, mas também foram mencionados pelos professores “o judaísmo em Camaragibe, a fundação e a emancipação do município”. Para estruturar a narrativa sobre a História de Camaragibe e organizar o momento pedagógico, os professores utilizam na maioria das vezes material próprio. Os professores chamam de “material próprio”, aquele confeccionado a partir de pesquisas realizadas em sites da internet, páginas de redes sociais, repositórios de universidades e centros de pesquisa. O município possui um material denominado “Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe”⁵ desde 2018, que é disponibilizado de forma gratuita em seu site, porém não foi citado, sendo assim, podemos inferir que não o utilizam no espaço escolar.

Sobre a oportunidade de terem cursado ao longo da formação alguma disciplina voltada para o Ensino de História local, constatou-se que dos três docentes responsáveis pelo ensino da componente curricular de História nas turmas do Ensino Médio, apenas um respondeu que cursou “na especialização (Ensino de História)”. Destarte, segundo Nikita Mary Sukow e Ana Claudia Urban “[...] à quase ausência total de estudos que dizem respeito ao ensino de História local nos cursos de formação de professores [...] acarreta na falta de instrumentalização dos

⁵ Ver: CAMARAGIBE. **Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe**. 2018. Disponível em: <https://www.camaragibe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/INVENTARIO-CAMARAGIBE-fase-1.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2021.

professores para abordar esse conteúdo” (SUKOW; URBAN, 2017, p. 8). Ainda sobre isto, Roseli Terezinha Vendruscolo e Edgar Ávila Gandra dizem que:

O professor exerce um trabalho de fundamental importância para a formação de cidadãos situados em seus espaços socialmente engajados e culturalmente identificados, capazes de apreender a realidade local e relacioná-la com os fenômenos globais [...] e de interagir na concretização das mudanças históricas (VENDRUSCOLO; GANDRA, 2011, p.19).

Uma vez que o professor é o responsável pela mediação dessa troca de conhecimentos, necessita-se de uma legislação educacional que contemple componentes curriculares que oferecerão um aporte pedagógico para que os docentes tenham contato com esta temática ainda durante a graduação, uma vez que o estudo da História local nas universidades também apresenta lacunas.

No que diz respeito aos discentes, os questionamentos foram: 1) Quais os temas relacionados à História de Camaragibe já estudaram nas aulas? 2) Quais os locais mais importantes para a História do município? 3) Houve a oportunidade de estudar sobre a História do bairro? 4) A partir de quais fontes têm acesso à História de Camaragibe? 5) Como gostariam de aprender esta temática? Responderam à pesquisa 47 estudantes, e a partir das respostas, chegamos às observações a seguir.

Corroborando o que os professores apontaram, é possível observar que há um interesse maior, por parte dos estudantes, de discutirem sobre os temas relacionados aos Engenhos Timbí e Camaragibe, e à Fábrica de Tecidos, visto que eles se fazem presentes no cotidiano do público escolar. O casarão do Engenho Camaragibe chama a atenção dos transeuntes devido a sua localização privilegiada: na entrada da cidade e ao lado da praça principal. Por sua vez, a escola é localizada em terras que pertenceram ao Engenho Timbí⁶, que também dá nome ao bairro homônimo no qual a escola está localizada e onde a maioria dos estudantes residem. No que diz respeito à Fábrica de Tecidos, é possível justificar o interesse devido à recente implantação de um *shopping center* no espaço que antes abrigava um dos prédios da fábrica; além disto, no bairro – Vila da Fábrica – no qual a fábrica era instalada, encontra-se a Praça de Eventos do município, o que acaba por movimentar o entorno. É possível inferir que a construção do *shopping center*

⁶ Destaca-se que a escola está situada no bairro do Timbí e o terreno sobre o qual foi construída pertence às antigas terras do Engenho Timbí, e recebe o nome de Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo como forma de homenagem ao antigo proprietário.

contribuiu despertando para aquela localidade a atenção e até mesmo a curiosidade dos moradores do município, e, conseqüentemente, dos estudantes, que começaram a frequentar aquele espaço que ainda conserva a estrutura e alguns prédios que eram utilizados décadas atrás quando a fábrica estava em funcionamento. Para os discentes, estes locais mencionados acima configuram como os mais importantes para a História do município.

Identificamos, após observação/levantamento, que a principal fonte utilizada para obtenção de informações sobre a História de Camaragibe é a internet, apontada por aproximadamente 90% dos discentes. Ela é utilizada como meio para pesquisa, para tirar dúvidas e “sanar” curiosidades. O que nos leva a destacar a necessidade de além de aumentar a oferta desses conteúdos nas salas de aula, a importância de trabalhar com os discentes os métodos de pesquisa e a forma crítica com a qual uma notícia e/ou informação deve ser tratada, de modo a não consumirem informações que não são verdadeiras e que por este motivo, não contribuem com o aprendizado escolar e social desses indivíduos.

Sobre a oportunidade de estudar a História do bairro, aproximadamente 50% dos discentes que responderam à pergunta dizem que ainda não tiveram contato com estes conteúdos. Sendo assim, é importante destacar que o ensino de História local precisa contemplar não apenas a História do município, mas também a história do bairro no qual a escola se encontra e dos bairros onde estes estudantes vivem. Aécio Lessa Macedo diz que, neste sentido, “a escola é um espaço privilegiado na construção da consciência crítica desses tantos sujeitos que vivem o bairro além da sala de aula” (LESSA MACEDO, 2017, p. 7-8). Sobre este aspecto do ensino de História local a professora Circe Bittencourt ressalta que:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009, p. 168 *apud* CAVALCANTI, 2018, p. 277).

Ao longo da trajetória escolar desses discentes, em especial nos anos do Ensino Médio, os conteúdos/temas debatidos sobre a História local circundam os seguintes temas: o universo dos engenhos, da fábrica, da emancipação política do município de Camaragibe e até mesmo a criação da escola. E são os

conhecimentos adquiridos sobre estes locais (engenhos, fábrica e arredores) tidos pelo público escolar como cenário importante para a História de Camaragibe que revelam o alcance e a efetividade da história ensinada na Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo. Na pesquisa, ao serem perguntados “Como gostariam de aprender essa temática?”, quase 80% dos estudantes responderam que mediante “visitas de campo”.

Tomé Soares da Costa Neto e Francisco de Assis de Sousa Nascimento dizem que “a construção de uma História local na sala de aula também guarda grande valor quando permite ao aluno despertar um senso crítico quanto a aspectos relevantes da vida na sua comunidade” (NETO; NASCIMENTO, 2017, p. 109). Deste modo, visitas de campo que tenham o intuito de aproximar os estudantes dos locais de memória e de História do município são bastante produtivas, já que o processo de aprendizagem é mais efetivo quando ocorre interação entre teoria e prática.

Considerações Finais

O ensino de História local é uma temática que apesar de bastante discutida teoricamente, ainda apresenta lacunas a serem preenchidas de forma prática. Materiais, métodos, formação, disponibilidade de informações, entre outros motivos, fazem com que esta ferramenta de ensino ainda não esteja presente efetivamente nos espaços escolares. Para Tomé Soares da Costa Neto e Francisco de Assis de Sousa Nascimento, este tipo de ensino se faz necessário porque “a finalidade do ensino de História na educação básica é proporcionar ao aluno uma reflexão de natureza histórica, para praticar um exercício de reflexão crítica, [...] não só no ambiente escolar, mas para sua vida em coletividade” (NETO; NASCIMENTO, 2017, p. 102).

É importante e essencial a discussão sobre os métodos e dispositivos utilizados para inserir as experiências individuais e coletivas dos discentes no processo de ensino-aprendizagem, porque o conhecimento desenvolvido nos espaços escolares influencia na formação da identidade histórica e na construção da consciência crítica e social dos indivíduos. Conhecer a História local do seu município acaba por provocar nos discentes a percepção de que a história é construída de forma paulatina com a contribuição dos sujeitos, despertando o sentimento de pertencimento e estimulando a consciência histórica. Deste modo,

podemos concluir que a escola é um espaço privilegiado e essencial na construção destes tipos de conhecimentos.

O ensino de História local é uma ferramenta pedagógica que contribui para que os sujeitos desenvolvam consciência histórica, noções de entendimento e pertencimento históricos, bem como a valorização da memória, sendo capazes de observar de forma crítica os eventos históricos retratados no âmbito local/regional/nacional e as relações existentes entre eles. Por sua vez, o Estado precisa oferecer componentes curriculares que atendam aos indivíduos nas suas diferenças e semelhanças, já que segundo Benedito Marcos Bigoto, “o ensino brasileiro sempre priorizou a História nacional e deixou de lado o que poderia ser a possibilidade de conhecer as peculiaridades das suas particularidades que devem ser preservadas pela História regional e não absorvidas pela História nacional” (BIGOTO, 2017, p. 161-162).

A ausência de disciplinas durante a graduação que forneçam experiências e ferramentas para o ensino de História local acaba contribuindo para a prevalência do ensino da História tradicional nacional nas escolas. É necessário também que sejam estimulados a utilização e o desenvolvimento de objetos educacionais como o apresentado por Sandra Razana Silva do Monte (2020), que além de trabalhar questões regionais e locais utiliza como metodologia de aprendizagem a história em quadrinhos, que facilita o diálogo dos conteúdos que é feito de forma interdisciplinar.

No caso específico da Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo, no que se refere ao ensino da História local, é preciso abrir a possibilidade de intensificar ou ampliar o debate que está circunscrito à fundação da Fábrica de Tecidos e ao entorno da Vila Operária, no currículo chamado de “currículo em ação” ou “currículo oculto”. Trazer essas histórias para o currículo prescrito é um movimento de valorização da participação popular e cultural dos trabalhadores da fábrica, sendo uma oportunidade para discutir, por exemplo, o cotidiano dessa vila de pessoas que se encontravam nas classes mais pobres e as modificações que a Revolução Industrial trouxe no que diz respeito ao ordenamento social.⁷

Pensar a História local no Ensino Médio é oferecer aos discentes e docentes, oportunidade de desenvolverem discussões, atividades e participarem de

⁷ Sobre essa discussão, ver: SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos. Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe - PE (1900-1929). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9563/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2021.

experiências que auxiliem no processo de reconhecimento dos contextos históricos e sociais nos quais o público escolar se insere; fazendo com que estes sujeitos se reconheçam enquanto indivíduos participantes das histórias do bairro, do município, do estado e do país, e que essas histórias tenham significado para ele; que não sejam sujeitos passivos, e que percebam que a História não está acabada, mas encontra-se em permanente construção.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como um modo de preparo historiográfico. In: **Anais do XIII Encontro de História**. Anpuh, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BARBOSA, V. de L.. Ensino de História Local: Redescobrimo Sentidos. In: **Saeculum - Revista de História**, n. 15, p. 57 – 85, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11357>. Acesso em: 12 out. 2021.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História Local. **Criar Educação**, Santa Catarina, v.2, n.2, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1247>. Acesso em: 04 set. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9394/1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 08 nov. 2011.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BIGOTO, Benedito Marcos. O estudo da história regional e da história local nas universidades. **Revista Científica UNAR**. Araras (SP), v. 15, n. 2, p. 155-169, 2017. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol15_n2_2017/11_O_ESTUDO_DA_HIST%C3%93RIA_REGIONAL.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CAMARAGIBE. **Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe. Camaragibe, 2018.** Disponível em: <https://www.camaragibe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/INVENTARIO-CAMARAGIBE-fase-1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

CASAGRANDE, A. L.; Alonso K. M., SILVA, D. G da. Base nacional comum curricular e Ensino Médio: reflexões à luz da conjuntura contemporânea. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: v. 19, n. 60, p. 407-425, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24033/23268>. Acesso em: 30 out. 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 272-292, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393/271>. Acesso em: 14 set. 2021.

FERNANDES, A. T. de C.. Ensino de História e seus conteúdos. **Estudos Avançados**. São Paulo: vol. 32, n. 93, p. 151-173, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152566>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FONSECA, S. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **Revista História Oral**, v.9, n. 1, p. 125-141, p. 125-141, 2006. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br>. Acesso em: 13 set. 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados**. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2003.

GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo e construção de um comum: articulações insurgentes em uma política institucional de formação docente. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1545-1565, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44944/30836>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GERMINARI, G. D. **A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24209/Texto1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 out. 2021.

LESSA MACEDO, Aécio. As potencialidades do estudo da História local em sala de aula: Análise de uma experiência no Colégio Estadual Professor Aristides de Souza Oliveira (São João do Cabrito; Plataforma; Salvador – Bahia). In: Contra os preconceitos: História e Democracia. **XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846938_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

MONTE, Sandra Razana Silva do. **O empate ambiental das heroínas de Tejucupapo: ensino por história em quadrinhos**. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40335>. Acesso em: 28 set. 2021.

NETO, Tomé Soares da Costa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O ensino de História Local nas escolas públicas brasileiras: uma análise bibliográfica. **Contraponto. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, vol. 6, n. 2, p. 99-117, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/7616>. Acesso em: 22 set. 2021.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. O ensino da história local: um grande desafio para os educadores. **IV Seminário Perspectivas do Ensino de História: Ouro Preto, 2001**. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1551782/o-ensino-da-hist%C3%B3ria-local--um-grande-desafio-para-os>. Acesso em: 05 de ago. de 2021.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco. Ensino Médio**. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/523/CURR%C3%8DCULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO%20M%C3%89DIO%202021_Final.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2021.

SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos. **Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe - PE (1900-1929)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Acesso em: 13 de out. 2021.

SUKOW, Nikita Mary; URBAN, Ana Cláudia. História Local e Consciência Histórica: uma revisão bibliográfica. In: **Anais do XVII Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica – Teoria, Pesquisa e Prática**. Foz do Iguaçu, Paraná. UNILA, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/jornadaseh2017/78048-HISTORIA-LOCAL-E-CONSCIENCIA-HISTORICA--UMA-REVISAO-BIBLIOGRAFICA>. Acesso em: 11 ago. 2021.

TAMANINI, Paulo Augusto; NORONHA, Vanusa Maria Gomes. O Ensino de História e a BNCC: livros didáticos sob uma análise comparativa. **Revista Teias**, v. 20, n. 57, p. 109-124, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/39102>. Acesso em: 17 jul. 2021.

VENDRUSCOLO, Roseli Terezinha; GANDRA, Edgar Ávila. **Reflexões sobre a História local/regional no ensino de História apresentação de implementação na escola**. Indaial: 2011. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=8793>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

Apêndices

Apêndice A – Questionário - Docentes

1) Em que período do ano letivo o calendário escolar trabalha a História de Camaragibe?

() 1º bimestre

() 2º bimestre

() 3º bimestre

() 4º bimestre

2) Quais assuntos abaixo são explorados nas aulas?

() Fundação do Engenho Camaragibe

() Fundação do Engenho Timbí

() Instalação da Fábrica de Tecidos

() Emancipação de Camaragibe

() Criação da Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo

3) Quais desses materiais você utiliza em sala de aula?

() Livro: “Camaragibe: suas raízes e sua história”, de João R. Lemos

() Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe

() Material próprio

() Outros

4) Quais os eventos da História de Camaragibe podem ser trabalhados em sala de aula?

5) Na sua formação, cursou alguma disciplina voltada para a História local?

Apêndice B – Questionário – Discentes

1) Quais dos temas relacionados abaixo você já estudou na escola sobre a História de Camaragibe?

() Fundação do Engenho Camaragibe

() Fundação do Engenho Timbí

- 
- () Instalação da Fábrica de Tecidos
- () Emancipação de Camaragibe
- () Criação da Escola Francisco de Paula Corrêa de Araújo
- 2) Para você, quais os lugares mais importantes para a História de Camaragibe?
- () Engenho Camaragibe
- () Engenho Timbí
- () Convento das Carmelitas
- () Seminário Cristo Rei
- () República dos Solteiros
- () Vila da Fábrica
- () Fábrica de Tecidos
- () Gruta Nossa Senhora de Lourdes
- 3) Você já estudou sobre a História do seu bairro? O quê?
- 4) Quais fontes de informação lhe permite ter acesso a História de Camaragibe?
- () Livros
- () Matérias de jornais
- () Revistas
- () Internet
- () Outros
- 5) Como você gostaria de aprender sobre essa temática?
- () Textos (livros e material didático)
- () Material audiovisual
- () Visitas de campo
- () Outros

